

UNIVERSIDADE FEEVALE

ANTONIO JANIEL IENERICH DA SILVA

**JORNALISMO ESPECIALIZADO E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA  
ANÁLISE DA REVISTA INCLUIR**

NOVO HAMBURGO

2017

ANTONIO JANIEL IENERICH DA SILVA

**JORNALISMO ESPECIALIZADO E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA  
ANÁLISE DA REVISTA INCLUIR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção de Grau de Bacharel em Jornalismo pela Universidade Feevale.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Alexander Grazzi  
Keske

Novo Hamburgo

2017

ANTONIO JANIEL IENERICH DA SILVA

Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo, com o título **JORNALISMO ESPECIALIZADO E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ANÁLISE DA REVISTA INCLUIR**, submetido ao corpo docente da Universidade Feevale, como requisito necessário para a obtenção do Grau de Bacharel em Jornalismo

Aprovado por:

---

Prof. Dr. Henrique Alexander Grazzi Keske

(Orientador)

---

Prof<sup>a</sup>: Dr<sup>a</sup>. Anelise Silveira Rublescki

(Banca Examinadora)

---

Prof<sup>a</sup>: Dr<sup>a</sup>. Neusa Maria Bongiovanni Ribeiro

(Banca Examinadora)

Novo Hamburgo, junho de 2017

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar quero agradecer à presença divina na minha vida, que ao longo do tempo vem me mantendo firme em meus propósitos e me dando forças para suportar diversos desafios. Também quero agradecer a meus pais: Ademir e Janete que, desde pequeno, me ensinaram que a coisa mais importante da vida é o conhecimento; e que, em nenhum momento de suas vidas, pouparam esforços para que eu pudesse estudar.

Agradeço também ao meu orientador professor Henrique Keske, por todos esses anos de troca de experiências e muito aprendizado: serei eternamente grato pela orientação neste trabalho, pois sempre me apoiou e me incentivou em todas as minhas decisões. Agradeço também às professoras Neusa Ribeiro e Anelise Rublescki pela participação na banca.

Quero agradecer, ainda, a todos os professores com os quais pude conviver ao longo da graduação, pois todos tiveram papel importante para que este momento se tornasse real. Em especial quero agradecer ao professor Marcos Santuario pelas oportunidades dadas ao longo desta trajetória que foram tão essenciais para o crescimento pessoal e profissional.

Aos amigos que a Universidade Feevale me proporcionou, pois graças a eles pude aprender coisas novas, agregar conhecimento e principalmente conviver com as diferenças. Agradeço, de forma especial à minha namorada Bruna, por todos os momentos juntos e o aprendizado que isso nos trouxe. Obrigado também ao Rafael pela parceria e pela paciência em determinados momentos.

Aos amigos e colegas do Núcleo de Rádio da Feevale, em especial ao Rinaldo, Otávio e Carlão, por todas as dicas, e pelas muitas risadas e momentos felizes.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a minha formação, acredito que o diálogo e o constante debate são uma das melhores formas de aprendizado.

Obrigado a todos.

“A sabedoria começa na reflexão.”

**Sócrates**

## RESUMO

Essa monografia trata de uma análise da *Revista Incluir*, revista especializada no segmento de pessoas com deficiência, idosos, gestantes e obesos, pois estas classes se enquadram no perfil de pessoas com mobilidade reduzida. Na análise foram considerados os conceitos de jornalismo, gêneros jornalísticos e jornalismo especializado. O objetivo principal desta monografia é verificar como o público deficiente é representado pela publicação e se esta atende às necessidades das pessoas com deficiência. A metodologia usada foi de pesquisa bibliográfica, segundo Prodanov e Freitas (2013). e também análise de conteúdo, segundo Bardin (2004). A fundamentação teórica consiste em um capítulo falando sobre jornalismo, gêneros jornalísticos e jornalismo especializado, enquanto o segundo aborda pessoas com deficiência. A partir disso foi estruturada a análise, dividida em seis categorias, para a obtenção de um resultado geral sobre o objeto analisado. Nos resultados é possível entender e identificar os conceitos estudados, como a caracterização dos gêneros jornalísticos, através de notas, crônicas e reportagens; e ainda, que a revista abrange várias deficiências, mostrando que a mesma cumpre seu papel informativo.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Revista Incluir. Pessoa com Deficiência. Gêneros Jornalísticos. Jornalismo Especializado.

## ABSTRACT

This monograph approach an *Revista Incluir's* analysis, magazine specialized at people with disability, elderly, pregnant and obese, because these classes fall within the profile of people with reduced mobility. The concepts of journalism, journalism genres and specialized journalism were considered on the analysis. The main objectives of this work are to verified how the disability people are represented on this publication and if this magazine answer to the needs of their public. The methodology consists in bibliographic research, accordin to Prodanov and Freitas (2013), and content analysis, by Bardin (2004). The theoretical foundation is based on a chapter about journalism, journalism genres and specialized journalism, as the second chapter approach people with disability. Thus, the analysis was structured and divided between six categories, to obtain a general result about the analysed object. At the results, it is possible to understand and identify the studied concepts, like the journalistic genres description through news, chronics and reportages; and yet, that the magazine reaches multiple disabilities, showing that it accomplishes your informative role.

**Palavras-chave:** Journalism. Revista Incluir. People With Disability. Journalism Genres. Specialized Journalism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capas da <i>Revista Incluir</i> .....	62
Figura 2 - Print do Twitter RS Paradesporto.....	82
Figura 3 - Print do Twitter Secretaria de Direitos Humanos.....	83
Figura 4 - Print do Twitter Ministério da Educação.....	83
Figura 5 - Print do Twitter Ministério da Saúde.....	84
Figura 6 - Print do Twitter Ministério do Trabalho.....	84
Figura 7 - Print do Twitter Ministério do Esporte.....	85
Figura 8 - Print do Twitter Time Brasil.....	85
Figura 9 - Print do Twitter Senador Romário.....	86
Figura 10 - Print do Twitter Deputados Maria do Rosário, Jean Wyllys e Mara Gabrilli.....	86
Figura 11 - Print do Twitter Senado Federal.....	87
Figura 12 - Print do Facebook Blog Vencer Limites.....	87
Figura 13 - Print do Facebook Comitê Paralímpico Brasileiro.....	88
Figura 14 - Print do Facebook Associação de Assistência à Criança Deficiente.....	89
Figura 15 - Print do Facebook Associação Nacional de Desporto para Deficientes.....	89
Figura 16 - Anúncio destinado a Pessoa com Deficiência.....	110
Figura 17 - Anúncio não destinado a Pessoa com Deficiência.....	111



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tipos de Deficiência.....	67
Gráfico 2 - Acessibilidade.....	68
Gráfico 3 - Atividades Profissionais.....	70
Gráfico 4 - Vestuário e Moda.....	71
Gráfico 5 - Propaganda.....	72
Gráfico 6 - Entretenimento e Esporte.....	73
Gráfico 7 - Sexo.....	76
Gráfico 8 - Escolaridade.....	76
Gráfico 9 - Faixa Etária.....	77
Gráfico 10 - Tipos de Deficiência.....	77
Gráfico 11 - O que você costuma ler.....	78
Gráfico 12 - Como você costuma ler.....	78
Gráfico 13 - Você procura publicações sobre Pessoa com Deficiência.....	79
Gráfico 14 - As publicações são satisfatórias.....	79
Gráfico 15 - Sobre assuntos para compor uma editoria.....	80
Gráfico 16 - Você conhece a <i>Revista Incluir</i> .....	80
Gráfico 17 - Você costuma ler a Revista de qual forma.....	81
Gráfico 18 - O público deficiente é bem representado pela mídia.....	81

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipos de Deficiência e Definições.....	48
Tabela 2 - Conteúdo Interno da <i>Revista Incluir</i> .....	64
Tabela 3 - Lista de Deficiências acompanhadas pelo NUAP na Universidade Feevale.....	90
Tabela 4 - Lista de outros atendimentos feitos pelo NUAP na Universidade Feevale .....	91

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 JORNALISMO.....</b>	<b>14</b>
2.1 JORNALISMO NO BRASIL.....	16
<b>3 GÊNEROS JORNALÍSTICOS.....</b>	<b>18</b>
3.1 JORNALISMO INFORMATIVO.....	19
3.2 JORNALISMO INTERPRETATIVO.....	24
3.3 JORNALISMO OPINATIVO.....	27
3.4 JORNALISMO DIVERSIONAL.....	33
<b>4 JORNALISMO ESPECIALIZADO.....</b>	<b>35</b>
<b>5 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....</b>	<b>47</b>
<b>6 METODOLOGIA E ANÁLISE.....</b>	<b>59</b>
6.1 OBJETO DE ANÁLISE.....	61
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>92</b>
<b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....</b>	<b>94</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>110</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo dessa monografia consiste em analisar o conteúdo da *Revista Incluir*, publicação especializada, que é destinada a pessoas com deficiência, mas que também abrange idosos, gestantes e obesos, já que estes se enquadram no perfil de mobilidade reduzida. O motivo da escolha desta revista se dá pelo fato de haverem poucas publicações especializadas para o público deficiente e diante das opções encontradas, a *Revista Incluir*, mostra-se a mais completa.

Entender como o deficiente é representado pela mídia e como a mídia atende a necessidade deste público é o problema de pesquisa. Visto que no Brasil, segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 23,9% da população tem algum tipo de deficiência, totalizando 45,6 milhões de pessoas. A partir disso, este trabalho tem por objetivo analisar a produção de conteúdo da *Revista Incluir* e como as pessoas com deficiências são representadas pela mesma. Para isso, se conceitua o jornalismo de revista, o jornalismo especializado, e define um conceito de pessoa com deficiência, a fim de compreender a apresentação deles na revista.

A *Revista Incluir*, ainda, possui diversos mecanismos de acessibilidade e na versão impressa apresenta partes da capa em Braille, que leva o deficiente visual ao site para que o mesmo possa ter acesso às matérias com acessibilidade.

Considerando que a *Revista Incluir* é bimestral, são analisados seis de seus exemplares. Assim, é possível ter acesso ao conteúdo equivalente a 12 meses da revista. Para este trabalho são usadas as edições de nº 36 de setembro de 2015, a de nº 37 de outubro e novembro de 2015, a de nº 38 de dezembro de 2015 e janeiro de 2016, a de nº 39 de fevereiro e março de 2016, a de nº 40 de abril e maio de 2016 e a de nº 41 de junho e julho de 2016. Essas edições são aquelas que se verificam os conceitos que, após, são discutidos na análise.

No caso da *Revista Incluir*, todo o conteúdo é considerado na análise, com exceção dos editoriais, pois o editorial da revista sempre trata da temática da edição e, por vezes, a temática principal inclui as deficiências. O restante da revista, ou seja, reportagens, notas, crônicas, colunas e anúncios, são considerados para a análise da revista. Desta forma o conteúdo é separado em categorias, para que assim seja possível a melhor compreensão do material. Vale ressaltar que na revista, como característica natural, há uma predominância de reportagens e, no caso da *Incluir*, essa presença é reforçada pelo fato da bimestralidade.

A análise desse trabalho começa por uma pesquisa bibliográfica, segundo Prodanov e Freitas (2013), com a leitura e coleta de conceitos em livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses com assuntos relacionados com o objetivo que estamos buscando. Após, é feita uma análise de conteúdo, através do método de Bardin (2016), fazendo uma pré-análise, uma exploração do material e, em seguida, o tratamento dos resultados atingidos.

Esta monografia é dividida em capítulos. O primeiro aborda os conceitos de jornalismo de forma geral, gêneros jornalísticos e jornalismo especializado. Também é apresentado o jornalismo de revista, conceito base deste trabalho, pelo fato de se analisar uma revista. O segundo capítulo trata a cerca pessoas com deficiência, em que são descritos conceitos e definições sobre os principais tipos de deficiências presentes no Brasil. Além disso, há um comparativo entre as legislações dos países do Mercosul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Uruguai, Paraguai, Peru e Venezuela no quesito referente aos direitos da Pessoa com Deficiência.

No terceiro capítulo está a análise deste trabalho, em que são apresentados os objetivos gerais e específicos que são buscados por essa pesquisa. Além disso, apresenta-se a metodologia, que, conforme citado acima, é feita através do método de análise de Bardin (2016). Para trazer os resultados de forma diversificada são criadas categorias para análise: Tipos de Deficiências, Acessibilidade, Atividade Profissional, Vestuário e Moda, Propagandas e Entretenimento e Esporte. A partir disso, a pesquisa segue na busca de conceitos que possam se relacionar com o objeto estudado.

Depois de definir todas as etapas, existem as hipóteses de que as pessoas com deficiência não são bem representadas pela mídia, além de faltarem conteúdos de qualidade; e também se demonstra a necessidade de jornalistas se especializarem no assunto. Além disso, é feita uma pesquisa de público para ouvir a opinião de deficientes a respeito das hipóteses apresentadas. Após a análise e aplicação dos conceitos estudados, é possível perceber que, mesmo havendo iniciativas de levar informação a pessoas com deficiência, ainda se esbarra na complexidade, tanto dos temas, quanto do entendimento das deficiências e as peculiaridades que compõem cada uma.

## 2. JORNALISMO

O jornalismo é a forma de levar informações, notícias e entretenimento de forma periódica às pessoas. Além de informar, o jornalismo nasceu com uma função social, política e construtiva. Fato que leva a entender que as grandes transformações do mundo sempre foram acompanhadas pelo jornalismo. O próprio significado da palavra jornalismo já evidencia sua função: “A palavra jornalismo quer dizer apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, ideias, acontecimentos e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação” (BAHIA, 1990, p. 9).

Desta forma, o jornalismo se desenvolve com a função de levar até às comunidades as informações de maneira correta. O jornalismo, através do seu dever informativo, faz com que as pessoas participem da vida social e interajam diante dos acontecimentos. Nessa ótica, o jornalismo funciona como um intermediador da sociedade. Diante disso, é dever do jornalismo informar com independência, veracidade, objetividade, honestidade, imparcialidade, exatidão e credibilidade. Segundo Tavares (2007), o jornalismo “nasce da pulsão de falar o mundo, falar ao outro; da atração pela diferença, pela novidade, pelo distante; do enraizamento no mesmo, no próximo e em si que marcam a palavra humana desde sempre. Em síntese, o jornalismo faz parte do “dizer social” (TAVARES, 2007, p. 2 apud França, 1998, p. 26).

Mesmo diante das evoluções e a transformações do jornalismo em cultura de massa, deve-se evidenciar que este é o resultado das grandes transformações da imprensa. O jornalismo jamais perdeu seu caráter informativo, interpretativo, orientador. Assim, o jornalismo associou-se a outras funções como vender através de anúncios e difundir ideias e eventos mais complexos que a simples notícia. (BAHIA, 1990).

Mas, ainda, o jornalismo é a arte de contar histórias, registrar transformações sociais e contribuir para a evolução da sociedade na qual está inserida. Dessa forma, o “jornalismo é, por definição uma prática social voltada para o ‘contar histórias’. Em seus registros estão os resultados de um testemunho ou de uma investigação, a construção ou reconstrução de um acontecimento ou saber” (TAVARES, 2007, p. 42).

Diante disso, o papel do jornalismo continua sendo “influenciar e alterar padrões de comportamento, induzindo atitudes, registrando formas de produção e

gerando hábitos de consumo” (BAHIA, 1990, p. 21). Entretanto, é importante destacar também a influência da linguagem correta usada pelo veículo e pelo jornalista, pois somente assim é possível levar a informação com clareza, objetividade e exatidão, princípios básicos do jornalismo. Por conta disso:

O exercício do jornalismo, em qualquer uma de suas funções, está subordinado ao uso da linguagem, pois se baseia na comunicação, ou seja, no ato pelo qual se transmite uma mensagem, de uma pessoa a outra ou de um grupo a outro (BELTRÃO, 1969, p. 35).

O cuidado com a linguagem deve-se pelo fato de que o jornalista é uma espécie de voz da sociedade, responsável pela mediação entre os acontecimentos e diferentes versões. Por isso, “o jornalismo aparece como um interlocutor no interior da sociedade, mediando temporal e espacialmente o próprio tecido da trama social” (TAVARES, 2007, p. 2). Dessa maneira, o autor alerta que a produção jornalística deve compreender os processos de formação de sentido: “nesse momento, compreender jornalismo significa dimensionar e entender alguns processos de construção de sentido no interior de um campo profissional específico e bastante singular” (TAVARES, 2007, p. 4).

Outro ponto importante na descrição sobre jornalismo é a interpretação, pois ela é responsável por levar ao público os fatos realmente importantes. Assim, a “interpretação consiste no ato de submeter os dados recolhidos no universo das ocorrências atuais e ideias atuantes a uma seleção crítica, a fim de proporcionar ao público os que são realmente significativos” (BELTRÃO, 1976, p. 12). Partindo para um viés histórico e técnico são abordados conceitos sobre a evolução do jornalismo. A evolução do jornalismo vem de forma lenta, porém constante desde o século XV, assim:

Desde o século XV é ininterrupto, ainda que lento, o desenvolvimento do jornalismo. Cada etapa abriga novas máquinas de comunicar, como nos séculos seguintes. Mas quem conhece a técnica do jornal nem sempre é quem mais sabe sobre a técnica que se aplicará no jornalismo no futuro (BAHIA, 1990, p. 10).

Não há como falar em evolução e técnica sem falar da prensa de Gutemberg, que acelerou os processos de impressão e, conseqüentemente, acelerou também o processo de civilização. De acordo com Beltrão (1976):

Enquanto a descoberta da América alarga os horizontes e oferece à humanidade recursos econômicos e mobilidade social que nenhum outro império antes havia proporcionado, a tipografia fornece-lhe uma técnica de elaboração, reprodução e circulação do saber e da informação de atualidade que torna possível o aceleração do processo civilizatório (BELTRÃO, 1976, p. 18-19).

A partir da obtenção da prensa, uma das grandes transformações da imprensa, o jornalismo passa a se dedicar para as massas. Com isso, as funções foram modificadas, já que além de informar, interpretar, orientar e divertir, foram inclusos os anúncios como forma de difundir ideias. Isto explica que “essa intermediação tipográfica nas realções do jornal com o livro estende ao jornalismo uma responsabilidade na formação das pessoas que tem a ver com a educação” (BAHIA, 1990, p. 19).

## 2.1 O JORNALISMO NO BRASIL

O desenvolvimento do jornalismo brasileiro está atrelado à Coroa Portuguesa, pois antes da chegada da corte de D. João VI ao Brasil era proibida a prática de qualquer atividade gráfica. (LAGE, 2005, p. 42).

Se a imprensa fosse dividida em fases, a primeira fase seria a fase do panfletarismo, já a segunda seria marcada pelo surgimento de jornais mais duráveis como o Jornal do Comércio (1827), Gazeta de Notícias (1874), O Estado de São Paulo (1875) e o Jornal do Brasil (1891). Já a terceira fase, que comporta a República Velha, o Estado Novo e a Ditadura Vargas, tem como grande novidade a publicidade. (LAGE, 2005, p. 42). Outra mudança importante nesse período brasileiro foi a adoção do lead, técnica da pirâmide invertida que estreou no jornalismo em 1891 no jornal americano The New York Times:

A técnica estreou em 1861 no jornal The New York Times, como forma de dar objetividade ao relato de um acontecimento. Consiste em pôr as informações mais importantes no primeiro parágrafo, respondendo “O quê? Quem? Quando? Onde? Como e Porquê?” (SALVADOR E SQUARISI, 2005, p. 16).

Seguindo esta fórmula, as informações mais importantes aparecem primeiro, facilitando ao leitor o entendimento e assimilação da notícia. Bem diferente dos primórdios do jornalismo, quando o texto era poético e guardava o mais importante para o fim. Outro autor que fala sobre o lead é Lage (2005), alertando que além da utilização do lead, os recursos de diagramação e padronização começaram a aparecer nos jornais:

Já se começava a introduzir a diagramação e certo padrão era comum nos jornais quando o Diário Carioca e a Tribuna da Imprensa, ambos no Rio, adotaram estilo de diagramação que buscava adaptar às contingências da língua portuguesa a técnica de produção de notícias corrente nos países industrializados e que aqui já chegava através das agências estrangeiras (LAGE, 2005, p. 45).



Outro aspecto importante a se destacar nesse período é a relação com as fontes, pois elas são essenciais para o trabalho dos jornalistas. Segundo Bahia (1990), as fontes podem ser diretas, indiretas ou complementares, mas, independente disso, são elas que dão material ao trabalho jornalístico:

As notícias supõem fontes que as geram. Elas têm origem e se projetam no âmbito dos veículos através de canais como o acontecimento, o informante, o repórter, as agências noticiosas, as entidades públicas e privadas – governo, sindicatos trabalhistas, empresariado, associações de moradores, setores profissionais em geral -, indivíduos, clubes etc. (BAHIA, 1990, p. 37).

O jornalismo sempre se apresentou como ferramenta de construção de realidades. Desta forma, este capítulo apresenta um pouco de sua história, estrutura e detalhes que norteiam a prática jornalística. Diante da apresentação dos conceitos gerais de jornalismo, o próximo capítulo trata sobre os gêneros jornalísticos e suas peculiaridades.

### 3. GÊNEROS JORNALÍSTICOS

O estudo dos gêneros vem desde a Grécia Antiga, quando Platão classificou-os como gêneros sérios, que incluíam a epopeia e a tragédia; e o gênero burlesco de que faziam parte a comédia e a sátira. É o que afirma Medina (2001): “Platão propôs uma classificação binária, posteriormente o próprio Platão realizou uma nova classificação, agora em três modalidades, baseada na variação das relações entre literatura e realidade” (MEDINA, 2001, p. 45).

Já no Brasil, o estudo dos gêneros jornalísticos ganha força a partir de 1960 na figura de Luiz Beltrão. “No Brasil, os gêneros jornalísticos têm merecido estudo e pesquisa acadêmica desde a década de 1960, considerando-se, para assertiva as obras de Luiz Beltrão na trilogia A imprensa Informativa (1969), Jornalismo interpretativo (1976) e Jornalismo Opinativo (1980)” (COSTA, 2013, p. 44).

Para seguir o estudo de gêneros e melhor compreendê-los, é preciso classificá-los. Também, para abranger suas peculiaridades, os gêneros são divididos em cinco categorias: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. Porém, essa classificação não tem caráter definitivo, já que a nomenclatura serve mais para legitimação acadêmica: “Cabe destacar que esta divisão se baseia em princípios funcionais segundo a função de ‘descrever’ ou ‘ler’ o real” (COSTA, 2013, p. 42). A definição clara de gênero jornalístico é dada por Marques de Melo (2003):

Um conjunto de parâmetros textuais selecionados em função de uma situação de interação e de expectativa dos agentes do fazer jornalístico, estruturado por um ou mais propósitos comunicativos que resulta em um processo social de transmissão de informações por meio de uma mídia/suporte (COSTA, 2013, p. 47 apud MARQUES DE MELO, 2003, p. 22).

Bakhtin (1997) apud Medina (2001) também define gênero:

Gênero é uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar ideias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras. Num certo sentido, é o gênero que orienta todo o uso da linguagem no âmbito de um determinado meio, pois é nele que se manifestam as tendências expressivas mais estáveis e mais organizadas da evolução de um meio, acumuladas ao longo de várias gerações de enunciadores (BAKHTIN, 1997, apud MEDINA, 1997, p. 46).

Segundo o artigo de Gêneros Jornalísticos no Brasil: Estado da Arte, do mestrando Fábio Gonçalves Ferreira (2012), Aristóteles foi um dos mais antigos a se dedicar ao estudo dos gêneros e classificou-os da seguinte maneira:

[...] Gênero deliberativo (voltado para o futuro, em que assembleia aconselha ou desaconselha com base em valores como útil ou prejudicial);

Gênero judiciário (em que os juízes mantêm a intenção de defender ou de acusar fatos pretéritos, baseado em valores como o justo ou injusto); e Gênero demonstrativo (em que o espectador elogia ou censura, baseado em valores como a nobreza ou vileza dos fatos do presente (FERREIRA, 2012, p. 3).

Toda essa discussão, tanto em sentido geral, quanto sobre gêneros jornalísticos serve para mostrar a evolução dos mesmos e que esses diferentes estilos servem para orientação dos profissionais da mídia. E, ainda, auxiliam para que esses profissionais alcancem o objetivo de informar com clareza e isenção, e que seu trabalho contribua para o desenvolvimento da sociedade. A partir da contextualização histórica e definição de gênero jornalístico, se descreve cada um dos gêneros para melhor compreensão e identificação dos conceitos de cada um.

### **3.1 JORNALISMO INFORMATIVO**

O gênero informativo é definido por Beltrão (1980) como o “relato puro e simples de fatos pertencentes ao presente ou ao passado que sejam socialmente significativos” (BELTRÃO, 1980, p. 51). Partindo desta definição, é possível afirmar que o gênero informativo deve registrar e informar os fatos sem fazer qualquer uso de valor sobre os mesmos.

Uma das características do jornalismo informativo é o lead – formado pelos seguintes questionamentos: “O quê?”, “Quem?”, “Quando?”, “Como?”, “Onde?”, “Por quê?”. Esta é “a base para uma adequada apuração jornalística” (BAHIA, 1972, p. 30). Outra característica dos textos informativos são a exatidão e o tamanho, pois geralmente são textos curtos e que trazem a maioria das informações no lead. O jornalismo informativo tem em sua natureza a objetividade, já que trabalha com fatos, dados, fontes e declarações. Desta forma, é através destes conceitos que se desenvolvem os procedimentos noticiosos até se chegar ao objetivo final: a publicação da notícia. (BAHIA, 1972). Por sua vez, Lage (2010) descreve o caminho para se chegar a esse objetivo, explicando a estrutura do texto informativo:

Os eventos estarão ordenados não por sua sequência temporal, mas por interesse ou importância decrescente, na perspectiva de quem conta e, sobretudo, na suposta perspectiva de quem ouve. Mas, a importância de cada evento será em função do evento principal da série (LAGE, 2010, p. 22).

Em seu artigo Gêneros Jornalísticos, o pesquisador e mestre em Ciências da Comunicação, Lailton Alves da Costa (2003), também amplia o conceito de gênero informativo. Ele cita Marques de Melo (2003) da seguinte forma:

O gênero “informativo”, portanto, é o resultado, da articulação que existe, do ponto de vista processual, entre os acontecimentos reais que eclodem na realidade e sua expressão jornalística por meio do relato que visa informar o receptor do “que se passa” nessa realidade (MARQUES DE MELO, 2003 apud COSTA, 2003, p. 63-65).

O gênero informativo é dividido basicamente em nota, notícia, reportagem e entrevista. A partir daqui, aborda-se os conceitos de cada uma dessas categorias, para que se compreenda melhor cada uma delas e suas características.

### **3.1.1 Nota**

A nota é caracterizada por ser uma notícia curta destinada à informação rápida, sendo muito usada em rádio e televisão: “Nota é o relato de um acontecimento que está em processo de configuração. Nem todos os elementos da notícia (AÇÃO – AGENTE – TEMPO – LUGAR – MODO – MOTIVO) são conhecidos” (MARQUES DE MELO, 2006 apud COSTA, 2013, p. 55).

De acordo com o manual de redação da Folha de São Paulo (2006), a nota é definida como uma “notícia curta”. Por sua vez, a melhor definição de nota do dicionário online de Português é: “Comentário sucinto, esclarecimento”.

Diante dessas definições, é possível compreender que a nota jornalística é usada para a informação rápida, que ainda está em configuração. E, a partir disso, ganhará desdobramentos e novos componentes. Seguindo o raciocínio, o próximo tópico é a notícia.

### **3.1.2 Notícia**

Assim como referido acima, a notícia é um desdobramento da nota jornalística, pois a notícia é: “Um relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social” (COSTA, 2003 apud MARQUES DE MELO, 2013, p. 55). Desta forma, a notícia é o prosseguimento da apuração da nota. Já para Lage (2001), a notícia é:

Relatos de acontecimentos importantes – para o comércio, os meios políticos, as manufaturas. Muito, rapidamente, com a conquista do grande público, passaram a ser artigos de consumo, sujeito a acabamento padronizado, embalados conforme as técnicas do marketing (LAGE, 2001, p. 49).

Diante das afirmações, pode-se dizer que a notícia é caracterizada por levar até os leitores um acontecimento atual ou oriundo de eventos históricos, que são considerados importantes para a vida daquela comunidade, mas que, mesmo assim,

passa por um tratamento de padronização que atende aos padrões mercadológicos. Lage (2001) ainda destaca como deve ser feita a notícia: “O maior prestígio recai sobre as notícias desprovidas de emoção, o que corresponde à preocupação de abarcar intelectualmente o mundo (conhecê-lo, dominá-lo) sem envolver-se efetivamente” (LAGE, 2010, p. 49).

Nesse sentido, Neil MacNeil (2001) exemplifica o que é notícia: “É uma compilação de fatos e eventos de interesse ou importância para os leitores do jornal que a publica” (NEIL MACNEIL apud LAGE, 2001, p. 53). Bahia (1990) também define a notícia: “É o modo pelo qual o jornalismo registra e leva os fatos ao conhecimento do público. Nesse sentido, a notícia é sinônimo de acontecimento matéria, dado, verdade, mentira, certeza, dúvida, jornalismo, informação, comunicação” (BAHIA, 1990, p. 35). Partindo desse princípio, as notícias ganham notabilidade por seu grau de importância, já que nem tudo que chega aos veículos de comunicação poderá ser apurado e publicado: “Toda notícia é uma informação, mas nem toda a informação é notícia” (BAHIA, 1990, p. 35).

Diante dessas afirmações, chega-se ao ponto do significado de notícia, que pode ser entendido como divulgar fatos e eventos, sejam eles novos ou remotos, mas que atendam ao interesse da comunidade envolvida ou interessada. Compreende-se que a elaboração da notícia deve seguir os preceitos do lead e que o jornalista, ao redigir o texto, deve manter-se longe das emoções contidas nos fatos, ou seja, deve ser imparcial e fazer daquele momento o relato fiel dos acontecimentos.

Ainda de forma resumida, pode-se acrescentar a essas afirmações características como: clareza, brevidade, concisão, precisão, simplicidade, precisão, exatidão e ritmo – características essenciais em qualquer texto jornalístico. A união de todas essas formas possibilita ao jornalista uma harmonia vocabular, que facilita na hora de escrever e, principalmente, torna a leitura agradável e fluente para o receptor da mensagem, seja ela escrita ou falada. Diante da definição da notícia em jornalismo, em seguida é apresentado outro estilo de texto que também compõe o caráter informativo: A reportagem.

### **3.1.3 Reportagem**

Antes de partir diretamente para a definição de reportagem é importante ressaltar que notícia e reportagem se confundem e, muitas vezes, são tratadas como a mesma coisa. Entretanto, a diferença é explicada por Bahia (1990):

Toda reportagem é uma notícia, mas nem toda notícia é uma reportagem. Isto quer dizer que a notícia não muda de natureza, mas muda de caráter quando evolui para a categoria de reportagem. A reportagem é, portanto, uma espécie de notícia que por ter as suas próprias regras alcança um valor especial (BAHIA, 1990, p. 49).

De acordo com a afirmação acima, chega-se ao entendimento que a notícia se caracteriza pelo imediatismo, já a reportagem é o desdobramento e a amplitude das ações até o seu desfecho. A notícia notifica e apura, enquanto a reportagem trabalha dando enfoque das possíveis versões e diferentes ângulos para os fatos. A notícia nesse contexto seria a informação de uma versão só, mas a reportagem soma diferentes versões dos fatos. (BAHIA, 1990, p. 49).

Já para Lage (2001), a reportagem é “planejada e obedece uma linha editorial, um enfoque; a notícia não” (LAGE, 2001, p. 51). A partir dessa afirmação, entende-se que a reportagem trata de assuntos que não são propriamente fatos novos, mas reatualiza informações, acrescentando a elas novos fatos, ângulos e versões. Já para Costa (2013), ao citar Marques de Melo (2006), reportagem é:

Relato ampliado de acontecimento que produz impacto no organismo social (desdobramentos, antecedentes ou ingredientes noticiosos). Trata-se do aprofundamento dos fatos de maior interesse público que exigem descrições do repórter sobre o “modo” o “lugar” e “tempo”, além da captação das “versões” dos “agentes”. Da autoria originalmente individual, esse formato converteu-se em trabalho de equipe (MARQUES DE MELO, 2006, apud COSTA, 2013, p. 55).

A reportagem ainda pode ser dividida entre factual e especial. As factuais se detêm ao fato de noticiar, fazendo uma descrição detalhada de acordo com as perguntas base do lead, é o que explica Salvador e Squarisi (2005): “É o que o próprio nome diz – são textos que relatam um fato. Estão lá os pormenores da notícia, declarações dos entrevistados, dados estatísticos. Em essência, constituem um trabalho descritivo” (SALVADOR E SQUARISI, 2005, p. 50).

A reportagem especial, por sua vez, exige do repórter uma redação mais elaborada, que foge dos padrões rotineiros do dia a dia. Ainda dentro da reportagem especial há a reportagem investigativa, que é definida da seguinte forma: “Esse tipo de trabalho exige apuração delicada e longa. Objetiva escancarar algo que alguém – em geral o poder público – gostaria de manter em segredo” (SALVADOR E SQUARISI, 2004, p. 62).

Pelo exposto, compreende-se que a prática da reportagem requer um trabalho intenso, detalhista e, por vezes, longo. O objetivo resulta na união de fatos e versões que possam informar e esclarecer pontos não ampliados nas notícias ou, ainda, trazer fatos novos para uma notícia já apurada. Seguindo os relatos do jornalismo informativo, além da nota, notícia e reportagem já descritos, este gênero jornalístico ainda comporta a entrevista.

### 3.1.4 Entrevista

Segundo Marques de Melo (2006) apud Costa (2013), a entrevista é: “Relato que privilegia a versão de um ou mais protagonistas dos acontecimentos. Não se confunde com a técnica de ‘apuração’ dos fatos. Configura uma espécie de relato da alteridade, dando ‘voz’ aos ‘agentes’ da cena jornalística” (MARQUES DE MELO, ano apud COSTA, ano, p. 55). Diante dessa afirmação, conclui-se que entrevista é apresentar a opinião dos envolvidos através do relato e do diálogo que é estabelecido entre os agentes da cena. Por sua vez, Medina (1990) traz outra definição:

A entrevista jornalística em primeira instância, é uma técnica de obtenção de informações que recorre ao particular; por isso se vale, na maioria das circunstâncias, da fonte individualizada e lhe dá crédito, sem preocupações, científicas (MEDINA, 1990, p. 18).

Cabe também ressaltar que a entrevista, apesar de ser uma técnica de obtenção de respostas e dados, precisa também ser feita de forma que possa passar emoção e, principalmente, autenticidade. Mas, para que isso aconteça, é necessário que a entrevista deixe de ser apenas uma técnica de perguntas e respostas, se transformando em um diálogo. Medina (1990) alerta: “Se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar a comunicação humana, proponha-se o diálogo” (MEDINA, 1990, p. 45).

Mesmo que se consiga o diálogo e a proposta de humanização da entrevista, é preciso considerar aspectos técnicos para que este processo seja alcançado, partindo da pesquisa sobre o tema e elaboração de perguntas. Segundo Lodi (1986), “a entrevista para ser bem-sucedida deve preencher os seguintes requisitos: Validade, relevância, especificidade, cobertura de área, profundidade e extensão” (LODI, 1986, p. 19). A entrevista tem por objetivo um diálogo que culmine na

obtenção de informação. Diante disso, é importante ressaltar a diferença entre entrevista e conversação:

A entrevista é concebida como uma conversação dirigida a um propósito definido que não é a satisfação da conversação em si. A conversação, ao contrário da entrevista, é mantida com o propósito de mútua fruição sem compromisso para com o intercâmbio de informação (LODI, 1986, p. 64).

Nota, notícia, reportagem e entrevista são os componentes do gênero informativo. É a partir de seu estudo e esclarecimentos que se compreende esse gênero.

### 3.2 JORNALISMO INTERPRETATIVO

O jornalismo interpretativo tem como objetivo o aprofundamento da informação, além de buscar interpretar e esclarecer os fatos. Para Beltrão (1976), o jornalismo interpretativo pode ser definido da seguinte maneira: “O jornalismo interpretativo é o objetivismo multiangular da atualidade apresentados pelos agentes da informação pública para que nós próprios, os receptores, o analisemos, julguemos e possamos agir com o acerto<sup>1</sup>” (BELTRÃO, 1976, p. 46). A partir desse conceito, pode-se entender que a informação dada pelo jornalismo interpretativo é mais elaborada, contendo diversas versões e opiniões para que o leitor possa, diante daqueles dados, formar seu próprio pensamento pelas das informações recebidas.

Ainda segundo o autor, “esse jornalismo se propunha a completar a informação audiovisual, ampliar a informação superficial que apenas dizia o que havia ocorrido” (BELTRÃO, 1976, p. 44). Diante dessa afirmação do autor fica evidente a necessidade da interpretação, pois é preciso dar ao leitor o relato mais fiel possível dos fatos e a explicação necessária para que a informação possa ser absolvida. Mário Erbolato (1991), citado por Lailton Alves da Costa (2013) em seu artigo Gênero Interpretativo, atribui o fortalecimento do jornalismo interpretativo à criação do Departamento de Pesquisa e documentação do Jornal do Brasil por Alberto Dines e a relação deste departamento com a TV. Ele pontua que a televisão:

Obrigou o resto da veiculação a apresentar-se para entrar em seu ritmo e satisfazer às novas necessidades que criou, dando origem à “era do jornalismo interpretativo, analítico e avaliador. Ao fazer frente ao telejornal, os jornais impressos escolheram a estratégia de “dar ao leitor reportagens que sejam complemento do que foi ouvido no rádio ou na televisão” (ERBOLATO, 1991 apud COSTA, ano, 2013. 109).

---

<sup>1</sup> Grifo do autor.



O tratamento da notícia busca informar, de forma mais abrangente e coerente. Com isso, o jornalista deve, ao redigir uma matéria, buscar contextualizar o fato, trazendo novamente informações anteriores e seus desdobramentos. Por conta disso, Nava afirma que o jornalismo interpretativo deve:

Invocar no leitor impressões, efeitos, imagens e até cheiros. Uma forma de tratamento da notícia que busca as palavras exatas, as palavras-imagens, conseguidas após uma busca permanente, uma pesquisa metódica, uma seleção rigorosa. Deve ser baseada na narração para recriar uma realidade (COSTA, 2013 apud, NAVA, 1996 p. 114).

Descrito e conceituado o gênero interpretativo, define-se as categorias que compõem esse gênero, como análise, perfil, enquete e cronologia.

### **3.2.1 Análise**

O conceito de análise, de acordo com Dias (1998), é um processo pelo qual “a informação é analisada pelo autor do texto publicado, com dados complementares que fazem com que o leitor possa ter uma compreensão maior dos fatos” (DIAS, 1998, p. 8 apud COSTA, 2013, p. 115). A prática da análise, por vezes, é encarada e considerada como texto opinativo, pois geralmente está associada a editoriais e artigos – gêneros pertencentes ao caráter opinativo. De acordo com Salvador e Squarisi (2005), “artigos e análises representam a opinião de quem assina o texto” (SALVADOR E SQUARISI, 2005, p. 76). Mas, ao mesmo tempo em que afirmam que o texto representa opinião, é esclarecido o caráter explicativo da análise:

Nos últimos anos, novo recurso tornou-se corriqueiro. Trata-se das análises que complementam reportagens ou grandes coberturas. No caso, convoca-se um especialista ou repórter da redação para avaliar o acontecimento, explicar suas causas e consequências (SALVADOR E SQUARISI, 2005, p. 77).

A justificativa para a análise estar também presente na categoria dos gêneros opinativos, seria basicamente por questões de estrutura, já que a mesma se parece com o editorial e com o artigo, definem as autoras. Já que, em ambos os casos, o texto inicia com uma contextualização do tema e fatos sobre algo para, somente depois, apresentar opinião.

### **3.2.2 Perfil**

O perfil é um gênero dentro do jornalismo interpretativo, que busca apresentar um personagem específico da reportagem. Dessa maneira, o perfil é um “tipo de

biografia sobre um dos personagens da reportagem” (MEDINA, 2001, p. 54). Sendo assim, o perfil é voltado a contar fatos e curiosidades sobre um agente da notícia, que, normalmente, não são considerados nos outros gêneros. Pode-se ainda caracterizar o perfil da seguinte maneira: “Compreende a apresentação descritiva do personagem focado, possibilitando a interpretação do seu comportamento diante da sociedade” (DIAS ET AL, 1998 apud COSTA, 2013, p. 115). O perfil, por vezes, também aparece no jornalismo literário, já que esta descrição pode também compor a reportagem, que, em ambos os casos, há um personagem central na narrativa.

O perfil apresenta-se como uma longa entrevista, que possibilita ao jornalista colher diversas versões e dados sobre o entrevistado. Por vezes, isso torna comum a confusão entre perfil e biografia, mas a diferença pode ser explicada:

Perfis não são biografias autorizadas. Aliás, não são nem biografias. Ao contrário. Biografias encontram-se em documentos oficiais e narrativas circulares. Numa reportagem-perfil espera-se encontrar as informações que as biografias escondem. Na entrevista pingue-pongue, o fio condutor é o próprio entrevistado. No perfil, é o repórter. Ele deve passar semanas – meses, se possível – acompanhando o personagem (SALVADOR E SQUARISI, 2005, p. 69).

Diante desta afirmação, se esclarece que o objetivo do perfil é obter o maior número de informações possíveis sobre a vida do entrevistado. Ainda, de acordo com as autoras, fica caracterizado por longas entrevistas e, quando possível, do acompanhamento do entrevistado para observar e colher informações.

### **3.2.3 Enquete**

A base da enquete no gênero informativo aparece como uma pesquisa de opinião. Assim, a enquete “corresponde ao espaço dedicado para que a informação seja interpretada pelo entrevistado de forma rápida e sucinta” (DIAS ET AL, 1998 apud COSTA, 2013, p. 115). Já, de acordo com Medina (2001), enquete é uma: “Pesquisa de opinião onde são ouvidas várias pessoas sobre um determinado assunto” (MEDINA, 2001, p. 54).

### **3.2.4 Cronologia**

A cronologia cumpre, dentro do jornalismo, uma função de complemento e resgate da informação, pois é através dela que fatos podem ser reconstituídos e, assim, contribuir com dados sobre os acontecimentos. Por isso, ela “trata-se de lembrar os eventos passados que dispensa texto” (MEDINA, 2001, p. 54). Essa

reconstituição feita pela cronologia visa melhorar o entendimento do leitor referente a alguma informação. Desta forma, ela geralmente é composta por uma ilustração e um pequeno texto que funciona como uma legenda.

Outro autor que conceitua cronologia, explica que ela também serve de apoio às notícias e reportagens: “É o complemento da informação principal (seja ela reportagem ou notícia), com dados cronológicos dos acontecimentos” (DIAS ET AL, 1998, apud COSTA, 1998, p. 13-14). De acordo com os autores, a cronologia pode-se apresentar como um complemento da informação através da recapitulação de fatos e eventos históricos, geralmente, servindo como guia para o leitor. Diante dos conceitos e definições de jornalismo interpretativo, que é composto por Dossiê, Perfil, Enquete e Cronologia, parte-se para o gênero opinativo, apresentado e conceituado dentro de suas peculiaridades.

### **3.3 JORNALISMO OPINATIVO**

O jornalismo opinativo pode representar visões e interesses da empresa ou mesmo dos próprios jornalistas, de forma que o texto opinativo apresenta fatos ou opiniões resumidamente. Dessa maneira, “a opinião destaca-se no texto jornalístico como um gênero consolidado, já que é, invariavelmente, claro e, portanto, facilmente identificável” (RÊGO E AMPHILO, 2013, p. 8). A opinião também tem o papel de orientar e valorizar os temas tratados pelo jornal, já que é papel da opinião trazer diferentes pontos de vista, para que o leitor possa se guiar e formar sua própria visão dos fatos. Dessa maneira:

O jornal tem o dever de exercitar a opinião: ela é que valoriza e engrandece a atividade profissional, pois, quando expressa com honestidade e dignidade, com a reta intenção de orientar o leitor, sem tergiversar ou violentar a sacralidade das ocorrências, se torna fator importante na opção da comunidade pelo mais seguro caminho à obtenção do bem-estar e da harmonia do corpo social (BELTRÃO, 1980, p. 14).

Dentro do jornalismo é possível identificar três vertentes de opinião: a do editor, do jornalista e do leitor. Segundo Beltrão (1980), esses três elementos juntos “irão oferecer à comunidade a manifestação corporificada do tão discutido fenômeno social da opinião pública” (BELTRÃO, 1980, p. 19). O jornalismo opinativo é composto por diferentes estilos de texto, mas todos têm a opinião como característica principal. Estes estilos são o editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta do leitor.

### 3.3.1 Editorial

O editorial é a opinião dos veículos diante de assuntos de relevância atual, sendo definido como:

O editorial – no jornal, na revista, no rádio, na televisão – é a voz do dono, é o seu ponto de vista, o que pensa e o que diz o publicador (aqui, no sentido literal da palavra para que o veículo chegue ao mercado). Não é uma opinião assinada por isso mesmo – porque se tem como natural a evidência de sua autoria (BAHIA, 1980, p. 98).

O editorial, mesmo expressando a opinião das empresas de comunicação, é escrito por um profissional chamado de editorialista. De acordo com Salvador e Squarisi (2005), os editorialistas “de forma pejorativa, são chamados ‘pena de aluguel’” (SALVADOR E SQUARISI, 2005, p. 76), referência ao fato de defenderem teses de terceiros. Eles, na prática, fazem o mesmo trabalho dos repórteres: ouvir e transmitir a opinião de suas fontes. No caso, as empresas para as quais trabalham.

O editorial “expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. Porta-voz da instituição jornalística” (MARQUES DE MELO, 2006 apud COSTA, 2013, p. 64). Em termos de estrutura, o editorial é simples, pois é “considerada uma estrutura informativa, o editorial se divide em título, interpretação e opinião. É uma notícia informativa e opinativa que se caracteriza por uma posição crítica diante de acontecimento que analisa e julga” (BAHIA, 1980, p. 99).

Assim o editorial caracteriza-se por ser um texto que mescla informações e opiniões, escrito por um profissional, mas que representa a opinião dos veículos de comunicação diante dos fatos.

### 3.3.2 Artigo

O artigo jornalístico é caracterizado como um texto assinado por alguém que não precisa ser jornalista. Portanto, o artigo é “matéria jornalística através da qual jornalistas e cidadãos desenvolvem ideias e apresentam opiniões. Contém julgamentos mais ou menos provisórios, porque é inscrito enquanto os fatos ainda estão se configurando” (MARQUES DE MELO, 2006 apud COSTA, 2013, p. 64). O artigo, além de expressar opiniões, busca colocar diferentes ideias em debate e analisar temas que são de interesse geral da população no momento em que é publicado. De acordo com Salvador e Squarisi (2005):

Artigos e análises representam a opinião de quem assina o texto. Os jornais publicam pequenas notas de rodapé com informações sobre o autor, para

dar credibilidade ao escrito e ajudar a entender as intenções por trás dos pontos de vista apresentados (SALVADOR E SQUARISI, 2005, p. 76).

Outro autor que conceitua artigo é Medina (2001) ao afirmar que o artigo “traz interpretações ou opiniões de pessoas que não precisam ser necessariamente jornalistas. É sempre assinado” (MEDINA, 2001, p. 54). Quanto à estrutura o artigo é praticamente igual a do editorial, explica Beltrão (1980):

O artigo cujas características quanto à topicalidade, estilo e natureza são idênticas às do editorial, e cuja estrutura (título, introdução, discussão/argumentação e conclusão) é também semelhante, não implica diretamente em responsabilidade para o editor (BELTRÃO, 1980, p. 65).

Diante das afirmações obtidas, pode se resumir que o artigo é caracterizado pela autenticidade de quem faz. Ou seja, quem for convidado a escrevê-lo deve ser autoridade no assunto para que, assim, possa contribuir com o enriquecimento social das pessoas atingidas por aqueles veículos.

### 3.3.3 Comentário

O comentário é um texto onde se explica as notícias, falando sobre possíveis consequências com origem no jornalismo americano: “Oriundo do jornalismo norte-americano, no qual é cultivado por jornalistas de grande credibilidade, mais conhecidos como ‘opinions makers’. Explica as notícias, seu alcance, suas circunstâncias, suas consequências” (MARQUES DE MELO, 2006 apud COSTA, 2013, p. 64).

O comentário também é explicado por Medina (2001) como um texto curto que não é apenas informativo: “pequeno artigo interpretativo de um fato” (MEDINA, 2001, p. 54). Pode-se ainda destacar que: “Os comentários jornalísticos dependem das condições de produção, e que devem ser levados em conta os aspectos como a atividade e o suporte, contexto histórico, o contexto de linguagem imediata e situação de produção” (NASCIMENTO apud SILVA, 2009, p. 38).

Com base nas exposições sobre o comentário, é possível caracterizá-lo como um texto que traz à tona versões sobre os fatos. Essas versões podem partir de uma ação já consumada ou de uma ação que ainda virá a acontecer.

### 3.3.4 Crônica

A crônica pode ser definida como “formato genuinamente brasileiro, corresponde a um relato poético do real” (COSTA, 2013 apud MARQUES DE MELO,

2006, p. 65). O autor também afirma que a crônica gira permanentemente em torno da realidade. A crônica apresenta um texto leve, literal e subjetivo, mas sempre incisivo. Beltrão (1980) define crônica da seguinte forma:

É a forma de expressão do jornalista/escritor para transmitir ao leitor seu juízo sobre os fatos, ideias, e estados psicológicos pessoais e coletivos. É menos ambiciosa que o artigo e menos rígida, pois na exposição e interpretação do tema abordado não se leva a generalizações teóricas. O comentário é leve, concreto, incisivo; as conclusões oferecem normas e julgamentos específicos e diretos (BELTRÃO, 1980, p. 66).

É essencial para o cronista dominar o tema, além de selecionar dados e informações que possam agregar valor ao texto. Quanto à redação do texto, ao ser escrito, deve compreender três fases: “a) introdução ou enunciação do tema; b) argumentação ou desenvolvimento do raciocínio e c) conclusão ou emissão do juízo sobre o tema” (BELTRÃO, 1980, p. 69). Conclui-se que a crônica é uma narrativa dos fatos do cotidiano e que em termos de estrutura assemelha-se aos outros estilos que compõem o gênero opinativo.

### 3.3.5 Coluna

A coluna é um espaço em jornais e revistas aberto a alguém que escreve diariamente sobre determinado assunto. Salvador e Squarisi (2005) explicam: “Aparece em todos os cadernos dos jornais. Conforme o assunto tratado. Os autores, sempre os mesmos, se tornam donos dos espaços, às vezes, lhe dão o próprio nome” (SALVADOR E SQUARISI, 2005, p. 76). Pode-se ainda conceituar a coluna de forma mais técnica: “Mosaico estruturado por unidades curtíssimas de informação e de opinião, caracterizando-se pela agilidade e pela abrangência” (COSTA, 2013 apud MARQUES DE MELO, 2006, p. 65).

Outro autor que se dedica a falar sobre a coluna é Medina (2001), a definindo como “espaço no jornal onde uma pessoa escreve diariamente” (MEDINA, 2001, p. 54). Esse texto geralmente tem característica coloquial, de forma leve e direta, informando e, ao mesmo tempo, orientando o leitor: “aparentemente tem caráter informativo, mas na prática é uma seção que emite juízos de valor, com sutileza ou de modo ostensivo” (COSTA, 2013 apud MARQUES DE MELO, 2013, p. 65). Assim como os outros tipos informativos, a coluna aparece como um elemento de orientação do autor, pois o colunista deve ter domínio do assunto, mesclar sua opinião com fatos e, ainda, fazer valer seu conhecimento na hora de opinar para convencer o leitor.

### 3.3.6 Resenha

A resenha é descrita por Medina (2001) sendo um texto que ao mesmo tempo critica, avalia e orienta o leitor: É a “apreciação de um trabalho intelectual ou desempenho artístico com o objetivo de orientar o público leitor” (MEDINA, 2001, p. 54). Pode-se também descrever a resenha como a estima de obras de arte ou dos produtos culturais para orientação dos leitores:

Apreciação de obras de arte ou dos produtos culturais, com a finalidade de orientar a ação dos fruidores e consumidores. Não tem a intenção de oferecer julgamento técnico. Tem função eminentemente utilitária. Ao mesmo tempo em que sinaliza aos consumidores, dialoga com os produtores, oferecendo pistas para os autores, diretores, autores. Formato que abrange toda mídia, da imprensa ao rádio e à televisão, expandindo-se também na internet (COSTA apud MARQUES DE MELO, 2013, p. 65).

Outra característica que busca definir resenha é: “Um gênero complexo, como a resenha, que não se forma na comunicação discursiva imediata (como na fala cotidiana, por exemplo), mas em contextos de convívios sociais mais complexos e organizados” (BAKHTIN, 2003 apud RODRIGUES, 2011, p. 14). Quanto à característica do texto, a resenha “deve possuir característica de qualquer outro gênero jornalístico, tais como “clareza, coerência e agilidade” (PIZA, 2008 apud RODRIGUES, 2011, p. 15).

Diante dos pontos de vista apresentados, compreende-se a resenha como um estilo opinativo, responsável pela análise crítica de diversos bens e serviços culturais.

### 3.3.7 Caricatura

A caricatura é conceituada como uma: “Forma de ilustração que a imprensa absorve como sendo nitidamente opinativo. Sua origem semântica corresponde a ridicularizar, satirizar, criticar” (COSTA, 2013 apud MARQUES DE MELO, 2006, p. 65). Ela é uma imagem na qual a opinião aparece de forma clara. Medina (2001) diz que caricatura é: “imagem de opinião em forma satírica ou humorística, por meio da qual a opinião se manifesta de forma explícita” (MEDINA, 2001, p. 54).

Beltrão (1980) explica a caricatura por meio do profissional que a executa: “o desenhista de jornal, o caricaturista, foi definido por Hodgart, como aquele homem que contempla o mundo com uma mistura de riso e indignação” (BELTRÃO, 1980, p. 82). Ao mesmo tempo em que o caricaturista tem a liberdade de trazer críticas em

forma de desenho, ele precisa ser racional e colocar em sua obra argumentos que solidifiquem o momento vivido e ali e expressado. Ou seja, a caricatura não parte apenas da vontade do autor, mas deve estar inclusa no contexto histórico e social vivido. Sobre essa perspectiva, o autor ainda afirma:

Contudo, como não é apenas um animal irritado, mas, um artista, ele utiliza técnicas especiais que transmudam esse estado de espírito “bruto” em algo “estético”, objetivando produzir um puro prazer no receptor. Como artista, diante de uma realidade que o choca e irrita, utiliza seu dom de abstração e sua fantasia (BELTRÃO, 1980, p. 82).

Diante das definições da caricatura, pode-se compreender que a mesma é uma maneira de se fazer crítica e levar ao leitor uma visão diferente dos fatos. Seguindo com as definições dos estilos opinativos, o próximo é a carta do leitor.

### **3.3.8 Carta do Leitor**

A carta do leitor é um espaço nos jornais dedicados aos leitores. Para Erbolato (1981), a carta é definida como uma espécie de medidor de popularidade dos jornais. Segundo o autor as cartas servem para: “saber até que ponto um jornal está sendo bem recebido pelo público” (ERBOLATO, 1981, p. 87). Além de servir como medidor de popularidade, a carta do leitor é um espaço democrático, onde qualquer pessoa tem a oportunidade de expressar sua opinião. Por conta disso:

A seção Cartas dos Leitores é a tribuna do povo. O modesto operário, que jamais teria condições para ser recebido por uma autoridade, redige a seu modo o que pretende, defende seu ponto de vista e, dessa forma, os serviços de recortes de jornais levarão suas aspirações até o gabinete do prefeito, do governador, do secretário ou do ministro (ERBOLATO, 1981, p. 88).

Outra característica da carta do leitor é que ela trata de um “espaço facultado aos cidadãos para que expressem seus pontos de vista, suas reivindicações, sua emoção” (COSTA, 2013 apud MARQUES DE MELO, p. 65) O autor ainda ressalta que a carta do leitor “pretende romper a barreira que existe entre leitor e editor, produtor e consumidor” (COSTA, 2013 apud MARQUES DE MELO, p. 65). A carta é o espaço do leitor, em que ele pode opinar e expor suas opiniões. É isso que afirma Medina (2001) ao definir a carta dos leitores: “é um recurso em que o leitor pode expressar seus pontos de vista e opiniões” (MEDINA, 2001, p. 54).

A partir das definições dos autores sobre a carta do leitor, pode-se perceber que esse espaço é vital para os veículos de comunicação, pois, além de ter a avaliação do veículo, a carta é um espaço onde o leitor pode expressar sua opinião referente aos fatos de seu interesse. Após a definição do gênero opinativo, assim



como os estilos que o compõe, esta pesquisa continua a descrição dos gêneros jornalísticos, focando, também, no gênero diversional.

### 3.4 JORNALISMO DIVERSIONAL

O gênero jornalístico diversional é caracterizado como um “gênero complementar, de caráter “emocional” (ASSIS, 2013, apud MARQUES DE MELO, 2013, p. 141). O jornalismo diversional tem seu início no jornalismo norte americano, através da prática do chamado de New Journalism, traduzido livremente como “Novo Jornalismo”. E, assim, se explica:

As bases fundadoras do jornalismo diversional se encontram no movimento norte-americano denominado New Journalism, que, no início da segunda metade do século 20, revolucionou as formas de fazer jornalismo nos EUA e, conseqüentemente, abriu campo para que suas diretrizes fossem incorporadas em outros países (FERREIRA, 2012, apud ERBOLATO, 2013, p. 145).

Outra característica do gênero diversional é a estrutura do texto narrativo, que, em grande parte das vezes, tem como marca a emoção:

Esse tipo de texto tem, pelo menos, duas características: a primeira é de natureza estilística, que corresponde à estrutura, que geralmente se caracteriza pela “emoção” empregada na sequência relatada; a segunda diz respeito ao próprio conteúdo, cuja importância está não nos fatos ocorridos, mas na relação que os une, ou seja, naquilo que desperta o interesse humano pelo assunto (FERREIRA, 2012 apud BARTHES, 2013, p. 149).

Além disso, o jornalismo diversional se caracteriza pelo uso de formas literárias. É praxe deste estilo contar histórias e focar na essência do fato narrado:

A natureza diversional desse tipo de jornalismo está justamente no resgate das formas literárias de expressão, que em nome da objetividade, do distanciamento pessoal do jornalista, enfim, da padronização da informação de atualidade dentro da indústria cultural, foram relegadas a segundo plano, quando não completamente abandonadas [...] O interesse do leitor por essas produções jornalísticas está menos na informação em si, ou seja, na essência do fato narrado, do que nos ingredientes do estilo que recorrem seus redatores, despertando o prazer estético, em suma, divertindo, entretendo, agradando (ASSIS, 2013, apud MARQUES DE MELO, 2011, p. 3).

O gênero diversional possui dois formatos, dividido entre história de interesse humano e história colorida:

A partir de tais considerações, entende-se que o primeiro deles “utiliza um arsenal peculiar ao universo da ficção para abordar um fato que foi notícia retomado na sua dimensão humana com a finalidade de suscitar o interesse e a atenção do público”; já o segundo é visto como um formato que “descreve uma situação em que se desenvolve o fato”, cuja ênfase está no modo como a história se desenvolve e não na informação (FERREIRA, 2013, p. 151).

As histórias de interesse humano têm mais valor emocional do que propriamente noticioso. Conforme o autor: “história de interesse humano são aquelas cuja carga emocional ultrapassa inclusive o próprio valor da notícia” (FERREIRA, 2013, p. 151 apud BELTRÃO, 1969, s.n.). O autor ainda exalta quatro características que devem estar presentes nas histórias de interesse humano, são elas:

- 1) ação (ou seja, o fato é narrado e não simplesmente descrito ou relatado);
- 2) clímax emocional (predominância de aspectos que surpreendam o leitor);
- 3) veracidade absoluta (evita-se a apropriação de detalhes imaginados para “enriquecer” a narrativa); e 4) adequação (recursos literários incorporados a informação (FERREIRA, 2013, p. 151 apud BELTRÃO, 1969, s.n.).

Se por um lado a história de interesse humano privilegia o caráter emocional, a história colorida privilegia a característica dos fatos, já que “trata-se de uma leitura impressionista, que penetra no âmago dos acontecimentos, identificando detalhes enriquecedores, capazes de iluminar a ação dos agentes principais e secundários” (FERREIRA, 2013, p. 152 apud MARQUES DE MELO, 2006, s.n.).

Diante dos conceitos vistos, das definições de gênero diversional e seus componentes como história de interesse humano e história colorida, está encerrada a discussão sobre gêneros jornalísticos, seguindo para as definições de jornalismo especializado.

#### 4. JORNALISMO ESPECIALIZADO

O jornalismo especializado nasce de uma necessidade da sociedade em ter acesso a conteúdos diferenciados e selecionados. Essa mudança faz com que o jornalista passe a ser além de generalista, se tornando especialista:

O jornalismo especializado é uma necessidade social porque resulta porque resulta do próprio desenvolvimento das relações em sociedade. É uma técnica de tratamento da notícia que se aperfeiçoa paralelamente à evolução dos meios de produção, das tecnologias industriais e comerciais, das aquisições culturais, das pesquisas e experiências científicas (BAHIA, 1990, p. 215).

No Brasil esse tipo de jornalismo ganha forma no cenário do jornalismo impresso no século 19. Durante esse período destacavam-se a crônica e os ensaios:

No Brasil é possível situar o jornalismo especializado a partir do jornal impresso, que vai de 1808 até 1880, com a crônica (de costumes) e o ensaio (político literário) em lugar da reportagem, fase opinativa, doutrinária e filosófica; de 1880 a 1930, com o jornal somando-se ao rádio, em busca de identidade empresarial, a reportagem substitui a crônica e o ensaio, e a notícia começa a predominar sobre a opinião (BAHIA, 1990, p. 215).

O jornalismo tem por função primordial noticiar de diversas formas e ângulos diferentes, para que possa, assim, alcançar o interesse comum. Por isso, o mesmo é caracterizado por ser generalista, pois sempre visa buscar o coletivo. Já o jornalismo especializado dedica-se a um assunto específico, a uma causa, a um público. Desta forma toda a sua produção é direcionada a um seletivo grupo de interesse: “A especialização acrescenta a essa nova concepção o caráter seletivo, que restringe o âmbito, mas amplia a sua compreensão na medida em que se esgota nele” (BAHIA, 1990, p. 214). Para se entender o jornalismo especializado é preciso partir de três premissas básicas que compõem esse tipo de jornalismo:

1) A especialização pode estar associada a meios de comunicação específicos (jornalismo televisivo, radiofônico, ciberjornalismo etc); 2) e temas (jornalismo econômico, ambiental, esportivo etc) ou pode estar associada 3) aos produtos resultantes da junção de ambos (jornalismo esportivo radiofônico, jornalismo cultural impresso etc) (TAVARES, 2009, p. 115)

Após a definição das premissas básicas que norteiam o jornalismo especializado, o autor dedica-se as características do mesmo:

O jornalismo especializado é pensado, principalmente, a partir de duas perspectivas: uma normativa e outra mais conceitual. A primeira, mais direcionada para a produção deste tipo de jornalismo, apresenta-se em textos que se voltam para os preceitos e técnicas que circunscreveriam essa prática e processo jornalísticos. Já a segunda, está mais direcionada para a formulação de um lugar teórico para tal manifestação no campo do jornalismo (TAVARES, 2009, p. 116).

Dentro dessa lógica do jornalismo especializado, o jornalista deixa de ser generalista para se dedicar a um público específico. Isso caracteriza este tipo de jornalismo como uma forma de orientação ao público, diante de tantas opções. O desenvolvimento do jornalismo especializado também está ligado a outros interesses: “O desenvolvimento do jornalismo especializado está relacionado a essa lógica econômica que busca a segmentação do mercado como uma estratégia de atingir os grupos tão dissociados entre si” (ABIAHY, 2000, p. 5).

Além disso, a autora, ao escrever sobre jornalismo especializado, também cita a questão econômica no desenvolvimento desse tipo de jornalismo, dizendo que “na sociedade industrial, o sistema de comunicação de massa localiza em compartimentos bem característicos as formas de cobertura técnica. Tais formas geram, no processo de notícia, os canais da especialização” (BAHIA, 1990, p. 214). Independente do caráter econômico, que não deixa de ser importante, destaca-se que o papel do jornalismo especializado é destinado a setores específicos da sociedade. É papel do jornalismo especializado dar visibilidade aos menos favorecidos ou tratar de assuntos que, por vezes, parecem desimportantes. É o que afirma Tavares:

No caso do jornalismo especializado, podemos dizer, apresentam-se certos “acontecimentos invisíveis” que permeiam a sociedade e que são fundamentais em sua constituição. Apresenta-se nesse contexto uma relação entre o jornalismo e a cultura, deixando mostras de uma relação maior e direta em que mídia e sociedade são lidas e re-lidas uma pela outra, configurando a um processo de mediação (TAVARES, 2007, p. 47).

Outra ação proposta pelo jornalismo especializado é a de orientação, pois, com o grande fluxo de informação que é recebido diariamente, é necessário que haja um guia para que se possam alcançar mais diretamente os interesses da população:

As produções especializadas compreendem que justamente pelo excesso de informação que chega diariamente o indivíduo sente necessidade de uma orientação para que seja de seu maior interesse, por isso existe a busca crescente por materiais direcionados (ABIAHY, 2000, p. 13).

Mas, para que essa orientação realmente seja sentida, o jornalista deve se apropriar do tema de maneira ampla e profunda, pois ele não deve apenas conhecer a técnica e, sim, se apropriar do conteúdo: “o jornalista não deve somente conhecer a técnica de pesquisar, escrever, diagramar, ilustrar e outras atividades

complementares. Por competente e inteligente que seja, não consegue bons resultados ao redigir sobre um assunto que ignora” (ERBOLATO, 1981, p. 11).

Além da orientação ao público o jornalismo especializado também pode assumir um papel de fiscalizador dentro do contexto onde está inserido e, através disso, melhorar as relações de comunicação dentro das comunidades. Portanto, o jornalismo especializado:

[...] ao assumir, à sua maneira, “fiscalizar”, “regular” e “orientar” certas práticas e valores, representando e captando um certo quadro de sentido sobre a sociedade, o jornalismo passe a operar como sujeito em um campo antes denominado por um tipo específico de produção discursiva (TAVARES, 2007 apud RODRIGUES, 1994, s.n.).

A prática do jornalismo especializado exige do jornalista, pois, segundo Abiahy (2000) esse tipo de jornalismo exige mais estudo. Isso acontece porque “o jornalismo especializado deve buscar, e não só inovar na temática, mas, também na linguagem” (ABIAHY, 2000, p. 17). Desta forma, o jornalismo especializado pode ser encarado como aquele que serve para possibilitar ao leitor diferentes abordagens:

Assim no jornalismo especializado, pode-se dizer, propõe-se sempre uma junção, independentemente do meio e do conteúdo, entre a necessidade de um processo de leitura distinto sobre o mundo e a adequação de termos e lógicas a uma linguagem acessível (TAVARES, 2009, p. 125).

Dessa maneira, a consolidação do jornalismo especializado se dá a partir da sociedade industrial “com a multiplicidade de oportunidades de negócios e a reorganização do trabalho ao privilegiar qualidade, racionalidade e produtividade” (BAHIA, 1990, p. 215). Já Abiahy (2000) atribui a consolidação do jornalismo especializado a suas características: “Por sua capacidade de aprofundamento e pela possibilidade de ligar-se ao público com uma maior intimidade, essas produções jornalísticas podem ter ousadia e, conseqüentemente serem mais criativas” (ABIAHY, 2000, p. 26).

De acordo com a constatação de cada autor, pode-se perceber que o jornalismo especializado é, ao mesmo tempo, feito e liga-se a públicos considerados invisíveis. Mostra-se também como uma importante ferramenta de mercado para estimular o consumo e o alcance de novos públicos. A partir disso, esse tipo de jornalismo apresenta uma multiplicidade de formas e ações para que o jornalista que queira se aperfeiçoar em uma área, saiba que há mercado, mas que há também a possibilidade de transformação de realidades.

#### **4.1 JORNALISMO DE REVISTA**

A revista, sendo o tipo de jornalismo base deste trabalho, pode ser caracterizada por não fazer um jornalismo notadamente factual, dedicando-se ao aprofundamento das questões de que tratou suas edições. Por conta disso, a revista surge para atender públicos específicos e aprofundar assuntos. As revistas aparecem dentro da sociedade como elementos de fidelização e orientação dos leitores. A origem da palavra revista é explicada: “A palavra ‘revista’ vem do inglês ‘review’, que quer dizer, entre outras coisas, ‘revista, resenha e crítica literária” (ALI, 2009, p. 19).

Outra autora que se dedica a estudar esse tipo de produto afirma: “Uma revista é um veículo de comunicação, um produto, um negócio, uma marca, um objeto, um conjunto de serviços, uma mistura de jornalismo e entretenimento” (SCALZO, 2003, p. 11). Ela também pode ser caracterizada por ter identidade própria, fazendo com que o leitor seja capaz de conhecer sua revista: “o leitor identifica-se e se acostuma com o ‘jeito’ da sua revista: o formato, o estilo do texto, o design, as seções fixas, as colunas. Quer encontrar sua seção preferida numa página determinada, ter a seção de familiaridade” (ALI, 2009, p. 18).

Mas, para que isso aconteça, a revista precisa buscar seguir um padrão, ter um equilíbrio entre as matérias e seções, além de harmonizar sua construção, a fim de manter suas características e, conseqüentemente, manter os leitores. Portanto, o jornalismo de revista tem o papel de cobrir funções sociais e trazer análise e reflexão:

Revistas cobrem funções sociais que estão além e aquém do reportar. Podemos caracterizá-las por recrear, trazer análise, reflexão e experiência de leitura. Concomitantemente, são capazes de promover a miséria do pensamento, erigir mitos, sustentar estereótipos e fomentar ideologias. Assim, comportam, em relação à justaposição, tolerância e negociação, o conhecimento e a cegueira, a consciência e a incompreensão (AZUBEL, 2013, p. 258).

A revista é capaz de ir mais a fundo em matérias, nas quais os imediatismos de outros veículos não vão. Isso se deve a periodicidade, pois há mais tempo para produzir o conteúdo:

A matéria da revista é geralmente uma reportagem descompromissada com o factual e com os acontecimentos rotineiros, objetivando muito mais uma interpretação dos fatos e a análise de suas conseqüências, pois raramente pode ou procura oferecer novidades no sentido do que é assegurado pelas emissoras de televisão, de rádio e pelos jornais (AZUBEL, 2013, apud LUSTOSA, 1996, p. 260).

Cabe destacar também que as estratégias devem estar parelhas com o interesse do público, por isso é tão importante conhecer o leitor da revista. Então, cabe à editoria mapear esse público e, a partir disso, construir o conteúdo da revista para atender seus interesses. A revista é feita por pessoas e para pessoas:

Por isso, conhecer e compreender o público leitor é central na estratégia editorial. Voltar a atenção para os interesses, desejos e necessidades do leitor e acompanhar suas tendências é talvez a mais importante tarefa do diretor de criação (ALI, 2009, p. 33).

A relação da revista com o seu público é exemplificada pelo encontro entre o leitor e o editor:

Revista é também um encontro entre um editor e um leitor, um contato que se estabelece, um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a construir identidade, ou seja, criar identificações, dá a sensação de pertencer a um determinado grupo (SCALZO, 2003, p. 12).

Outro fato que fideliza o leitor é a segmentação de público e de interesse. Desta forma, é possível alcançar pessoas que tem os interesses mais diversos, construindo um importante nicho de mercado. As revistas segmentadas por públicos “são aquelas dirigidas a públicos determinados, como mulheres, homens, professores, jovens, crianças” (ALI, 2009, p. 20). Sobre as revistas segmentadas por interesse podem ser da gastronomia à paixão por carros, de jardinagem à tecnologia – tudo depende das atividades e hobbies das pessoas, afirma Ali (2009). Ao comparar a revista com o jornal, nota-se que o jornal ocupa espaço público e tem natureza heterogênea, pois fala para todos. Já a revista privilegia uma parte, um público específico:

Enquanto o jornal ocupa o espaço público, do cidadão, e o jornalista que escreve em jornal fala sempre com uma plateia heterogênea, muitas vezes sem rosto, a revista entra no espaço privado, na intimidade, na casa dos leitores. Há revistas de sala, de cozinha, de quarto, de banheiro... (SCALZO, 2003, p. 14).

Lage (2001) também salienta a diferença entre revistas e jornais, afirmando que a revista é mais literária que o jornal:

É necessário lembrar que a revista é mais literária que o jornal, no que se refere ao tratamento do texto, e mais artística quanto aos aspectos de programação visual. Nisto não vai qualquer juízo de valor: tal literatura e tal arte são aqui consideradas como meras formações ideológicas. Mas nos importa que a revista admita usos estéticos da palavra e dos materiais gráficos de modo bem mais flagrantes que os jornais (LAGE, 2001, p. 122).

Cabe destacar que a revista serve também para preencher ou complementar espaços de informação: “a revista semanal preenche os vazios informativos deixados pelas coberturas de jornais, rádio e televisão” (VILAS BOAS, 1996, p. 9). O

autor destaca que as revistas dão atenção aos assuntos que estão em evidência nos noticiários, mas acrescentando mais informações: “as revistas fazem jornalismo daquilo que ainda está em evidência nos noticiários, somando a estes pesquisa, documentação e riqueza textual” (VILAS BOAS, 1996, p. 9). Evidencia-se, igualmente, a diferença entre jornal e revista, em termos de periodicidade, atração e estilo textual:

Revista e jornal são, além de tudo, circunstancialmente diferentes. A periodicidade é fator determinante do estilo de texto de uma revista. As revistas de informação em geral chegam às bancas do mesmo modo em que um sabonete chega ao supermercado. Por isso precisam de atrativos que as diferenciem do jornalismo dinâmico e veloz de todos os dias (VILAS BOAS, 1996, p. 101).

Outro aspecto importante de ser analisado é a construção da revista, ou seja, o fato da mesma ser formadora de opinião. Isso se deve pela revista ter mais tempo para analisar e interpretar as informações, o que um jornal diário não tem. Portanto, é característica da revista “assumir mais o papel de formador de opinião” (VILAS BOAS, 1996, p. 34). Quanto à linguagem, é importante destacar que o estilo jornalístico é basicamente definido através do momento em que se identifica o público. A partir disso, a linguagem segue os preceitos básicos do jornalismo, em que o texto deve ser leve claro e de fácil assimilação: “O fundamental é fazer com que a linguagem seja de fácil assimilação” (VILAS BOAS, 1996, p. 39).

Ponto importante a ser abordado neste trabalho é a relação entre revista e internet. Pois, a *Revista Incluir*, objeto principal desta monografia, tem suas bases de trabalho na internet, tanto que a mesma só trabalha com assinaturas, não havendo vendas em bancas. Desta forma, essa relação deve ser observada, já que a internet possibilita aos editores e leitores um alcance infinito de públicos e possibilidades de reações. Ali (2009) fala sobre a chegada da internet e o receio do fim das revistas: “No ano 2000 previram que a internet acabaria com as revistas. Não acabou. E permitiu um contato direto e imediato com o leitor como nunca foi possível antes” (ALI, 2009, p. 22).

Além do contato com o leitor pela gama de possibilidades trazidas pela internet, as revistas passaram a produzir mais conteúdo, por conta da facilidade de interação e obtenção de informação. Outra novidade deste período é o surgimento das revistas virtuais, explicadas da seguinte forma: “Sem papel, sem tinta, ainda assim uma revista, com todas as características da tradicional publicação impressa: seções, matérias, chamadas, título, olho, fotos e ilustrações” (ALI, 2009, p. 22).



Seja do modo tradicional ou virtual, o principal ingrediente da revista ainda são os leitores, pois é papel da revista buscar identificá-lo, entendê-lo, chegando a seus interesses e necessidades. Isso porque a revista tem por natureza um contrato com o leitor:

A revista, por sua natureza, tem um contrato explícito com o leitor, mais ou menos nos seguintes termos: “prometo que se você ler a revista, edição após edição, encontrará à sua disposição o que é importante para você e do seu interesse, vai saber o que quer saber, e até o que não sabia que precisava” (ALI, 2009, p. 32).

Por isso, o jornalista de revista deve saber para quem está escrevendo. Segundo Salzo (2003), esse jornalista nunca deve escrever para si mesmo. Ela ainda explica o porquê desta afirmação: “o leitor é alguém específico, com cara nome e necessidades próprias” (SALZO, 2003, p. 54). Conceituada a revista e suas particularidades, aborda-se a história das revistas no Brasil.

## 4.2 A HISTÓRIA DAS REVISTAS NO BRASIL

Este capítulo tem como base as autoras Fátima Ali (2009) e Marília Scalzo (2003), visto que ambas são as autoras mais influentes acerca das revistas no Brasil. A história das revistas no Brasil está atrelada à vinda da família real portuguesa para o país, no começo do século 19, em refúgio aos ataques de Napoleão. As revistas têm esse elo com a família real, já que antes da vinda dos portugueses era proibida a prática da imprensa no Brasil. Desta forma:

A primeira revista, As variedades ou Ensaio de Literatura, aparece em 1812, em Salvador, na Bahia, e, segundo ela própria, propõe-se a publicar “discursos sobre costumes e virtudes morais e sociais, e algumas novelas de escolhido gosto e moral” (SCALZO, 2003, p. 27).

A partir disso, outras revistas começaram a despontar no Brasil: “em 1813, contando com o apoio da elite intelectual da época, surge no Rio de Janeiro, a revista, O Patriota, com o propósito de divulgar autores e temas nacionais” (BAPTISTA E ABREU, s/d). Já em 1822, chega outra revista que marca a história, pois o Brasil, recém independente, precisava de engenheiros, médicos, cientistas, militares e intelectuais. Por conta disso, é publicada a revista Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura: “lançada em 1822, no Rio de Janeiro, mostra os sinais dessa mudança, refletidos na pauta que abarcava vários campos do conhecimento humano” (SCALZO, 2003, p. 28).

Nessa mesma época, surge no Brasil a revista O Propagador de Ciências Médicas, feita pelo órgão da Academia Brasileira de Ciências Médicas, que é

“considerada a primeira revista brasileira especializada” (SCALZO, 2003, p. 28). Nesse mesmo sentido, publica-se a primeira revista feminina brasileira, Espelho Diamantino, que trazia conteúdos como literatura, artes e teatro. Seu objetivo era, de acordo com Scalzo (2003), que a mulher ficasse à altura dos progressos.

Outro avanço que ajudou no desenvolvimento das revistas no Brasil foi a introdução do método de litografia. Dessa forma, “Plancher foi um dos introdutores da litografia no Brasil, processo inventado nos últimos anos do século XVIII, fundamental para a reprodução de imagens antes do advento da fotografia” (MIRA, 2001, p. 15). A outra revolução que chegou no Brasil naquele mesmo período, trazida por Junio Constance Villeneuve, era a primeira impressora mecânica do hemisfério norte. Logo após chegariam também a primeira rotativa e a primeira linotipo.

Esse período se caracterizou pelo surgimento de diversas publicações, outro exemplo, é a Museu Universal lançada em 1837; e na, mesma linha, foram publicados os seguintes títulos: Gabinete de Leitura, Ostentor Brasileiro, Museu Pitoresco, Histórico e Literário, Ilustração Brasileira, O Brasil Ilustrado e Universo Ilustrado. Mas, ao mesmo tempo em que haviam diversas publicações, a maioria delas não tiveram grande duração: “Todas essas publicações têm vida curta. Sofrem com a falta de assinantes e de recursos. Algumas delas saem apenas uma vez, com baixíssimas tiragens, outras, duas ou três. No máximo, duraram um ano ou dois” (SCALZO, 2003, p. 28). Em seu artigo, Revistas semanais a notícia em sete dias, Henrique (2002) também explana a história das revistas:

As primeiras publicações que se aproximaram da ideia de revista no Brasil eram manifestos de erudição. A notícia passava longe. A diagramação, com alguns poucos rococós, diferenciava-se dos jornais, mas, com raríssimas ilustrações, se aproximava dos livros da época. Aos poucos, porém, foi surgindo uma linguagem nova de apresentação de textos nas páginas, com maior riqueza de gravuras e o recurso da moldura, espécie de afresco que cercava o texto de imagens (HENRIQUE, 2002, p. 136).

Essa realidade começa a mudar a partir do momento em que começaram a utilizar novas técnicas e profissionalizar as funções dentro de uma revista, explica Mira (2001): “a introdução de novas técnicas leva, geralmente, a uma maior profissionalização, definindo-se um pouco melhor, a partir daí, o lugar do repórter, do fotógrafo, dos redatores, dos desenhistas, dos revisores e dos gráficos” (MIRA, 2001, p. 21).

Com o lançamento de *A Marmota da Corte*, em 1849, se dá início a uma nova fase nas revistas, em que “começam as revistas de variedades – que abusam das ilustrações, dos textos mais curtos e do humor” (SCALZO, 2003, p. 29). O surgimento dessa revista, trouxe a inovação no sentido do humor, mas também mostrou ao público um layout que transformou a revista em umas das mais duradouras no período: “Fundada em 1849 pelo editor de livros e periódicos Francisco de Paula Brito, circula até 1846, inovando pela colocação da ilustração ao lado do texto, a qual antes só aparecia no verso ou em folha separada” (MIRA, 2001, p. 17).

O cenário brasileiro no século XIX era de altos índices de analfabetismo, agravado pelo fato de que só os homens podiam estudar. Diante desse cenário, o “Brasil vira o século com 84% de analfabetos, o que se aproximava da porcentagem de alfabetizados em países como França e Inglaterra na mesma época” (MIRA, 2001, p. 17). Fortemente influenciado pela cultura francesa, o Brasil, no início do século XX, vive uma intensa reformulação do Rio de Janeiro – capital do país e maior parque gráfico do Brasil na época. Por isso:

No início do século XX, na chamada Belle Époque, ocorre uma série de transformações científicas e tecnológicas, que vão se refletir na vida cotidiana e na remodelação das cidades. As revistas acompanham essa euforia – centenas de títulos são lançados – e, com as inovações na indústria gráfica, apresentam um nível de requinte visual antes inimaginável. Nesse momento, o Rio de Janeiro, capital da República, possuía o maior parque gráfico do país, onde vão proliferar publicações de todos os gêneros (SCALZO, 2003, p. 29).

A partir desse momento, as publicações passaram a ser divididas por segmento, pois facilitaria a identificação e conquista do público. Scalzo (2003) explica que as publicações se dividem entre variedades e cultura. Outra mudança é a chegada da fotografia e a melhora da qualidade nas impressões, pois “ao mesmo tempo, com o avanço dos processos de impressão, as fotografias também ganham espaço nas páginas de revistas. A Revista da Semana, lançada em 1900, é pioneira na utilização sistemática de fotos, especializando-se em fazer reconstituições de crimes, em estúdios fotográficos” (SCALZO, 2003, p. 29).

Essa divisão por segmento possibilitou às revistas produzirem conteúdos específicos, já que conheciam seu público e a necessidade de cada um. Assim começam a ser publicadas as revistas para homens, que traziam assuntos como política, temas sociais, humor, contos e fotos eróticas no final do século XIX e início do século XX, explana Scalzo (2003). De acordo com o autor, as publicações eram

popularmente chamadas de galantes. No mesmo segmento masculino surgem: “O Rio Nu, em 1898 e A Maçã, em 1922” (SCALZO, 2003, p. 29-30).

Em 1928, chegava ao mercado a revista que seria um dos maiores sucessos da história das revistas no Brasil: O Cruzeiro, “criada pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand, a publicação estabelece uma nova linguagem na imprensa nacional, através da publicação de grandes reportagens e dando atenção especial ao fotojornalismo” (SCALZO, 2003, p. 30). A autora ainda afirma que a revista chegava a vender 700 mil exemplares por semana durante a década de 50.

Em 1952, surgia a principal concorrente de O Cruzeiro, a revista Manchete, que se trata de “uma revista ilustrada que valoriza ainda mais que O Cruzeiro, os aspectos gráfico e fotográfico” (SCALZO, 2003, p. 30). O autor conta ainda que “incapaz de se renovar e sofrendo com a derrocada do império de Assis Chateaubriand, O Cruzeiro morre na década de 1970. Manchete sobrevive até o começo da década de 1990” (SCALZO, 2003, p. 30). Mesmo com o fechamento de O Cruzeiro, o seu legado e a evolução para as revistas brasileiras ficou marcado na história.

Em 1966, chegava ao mercado brasileiro a revista Realidade, que durou 10 anos. Esta é considerada “uma das mais conceituadas revistas brasileiras de todos os tempos” (SCALZO, 2003, p. 31). Após esse período, chega ao mercado a revista Veja. A autora explica: “lançada em 1968, nos moldes da norte-americana Time, Veja lutou com dificuldade, durante sete anos, contra os prejuízos e contra a censura do governo militar, até acertar sua fórmula” (SCALZO, 2003, p. 31). Por conta disso, outras revistas que seguem o mesmo padrão começam a surgir, como a Visão, Isto É, Senhor, Afinal e Época. Sendo assim, “aproveitando a consolidação de uma sociedade urbana e industrial no país, na década de 1950, a revista criou um modelo de jornalismo que privilegiava a análise, a clareza das informações e a capacidade de síntese” (SCALZO, 2003, p. 31).

Essa evolução urbana e industrial também possibilitou o desenvolvimento das revistas de entretenimento. Assim, chegam ao mercado as fotonovelas e, logo depois, veículos especializados em cinema, quadrinhos, filmes. Uma dessas publicações é a revista Capricho, fundada em 1952. A autora conceitua também esse tipo de publicação: “Algumas transformam-se em publicações voltadas para adolescentes, enquanto outras passaram a cobrir o mundo da tevê, reforçando a vocação das revistas para a cobertura da indústria cultural” (SCALZO, 2003, p. 32).

No fim dos anos 50, o Brasil vivia uma época de fervor cultural e, nesse momento, surgem novidades como a Bossa Nova, a construção da capital federal Brasília e o Cinema Novo. Scalzo (2003) explica que nesse momento surge a revista *Senhor*, criada por Nahum Sirotsky, ex-diretor da *Visão* e de *Manchete*. O lançamento reunia jornalismo, design, humor e literatura na sua melhor forma no início dos anos 60.

Na mesma década, o Brasil vivia o período de Ditadura Militar, quando as revistas serviam como forma de crítica ao regime para intelectuais. Mas, também é nesse mesmo momento que as revistas percebem a importância da publicidade: “as revistas já reconhecidas como bons veículos para a publicidade, acompanhavam muito de perto o desenvolvimento da indústria” (SCALZO, 2003, p. 33). Com essa nova realidade das revistas, surgem as segmentações. Assim, chegam ao mercado revistas de moda e automobilismo: “Com o crescimento da indústria de fios e tecidos, surgem as revistas de moda. Em 1960, acompanhando o surgimento da indústria automobilística e da construção de estradas no Brasil, é lançada *Quatro Rodas*” (SCALZO, 2003, p. 33).

A partir dos anos 60, surgem as revistas eróticas masculinas, que traziam diversos conteúdos, além do nu feminino. Em 1966, é lançada a *Fairplay*, que sofre com a censura e o preconceito dos anunciantes. Em 1970, chega ao mercado a *Playboy*, mas com outro nome: “a revista masculina se consolida com a *Playboy*, lançada com o sugestivo título *Homem*, num momento em que o título internacional estava proibido de circular no Brasil” (MIRA, 2001, p. 99). O sucesso da revista foi tanto que cinco anos depois a editora Abril assinou um contrato com o editor da *Playboy* americana, Hugh Hefner, que permitia uma versão brasileira da publicação.

Além das revistas eróticas destinadas aos homens, outro segmento ganhou força nessa época: as revistas de esporte e lazer. Scalzo (2003) explica o surgimento de uma delas: a *Placar*. Lançada em 1970 pela Editora Abril, aproveitando o embalo da Copa do Mundo, foi a experiência mais bem-sucedida nessa área, embora cheia de altos e baixos. Mas, antes da *Placar*, outras revistas tentaram fazer sucesso com o principal esporte brasileiro: “revistas como *Esporte Ilustrado*, *A Gazeta Esportiva Ilustrada* e *Manchete Esportiva* tiveram vida curta” (SCALZO, 2003, p. 36).

Além do futebol, outros esportes também ganharam suas revistas especializadas. Surgiram revista de tênis, basquete, surf, golfe, motocross e skate.

Essas revistas “têm protagonizado experiências importantes com linguagem gráfica, que acabaram sendo absorvidas por revistas maiores” (SCALZO, 2003, p. 36). Seguindo essa tendência de segmentação de público e assunto, nos anos de 1980 chegam às bancas as revistas relacionadas à saúde e ao bem-estar, seguindo a tendência do momento que era cuidar do corpo. Com a preocupação em cuidar do corpo, são lançadas revistas como Saúde, Boa Forma, Corpo a Corpo, Plástica, Dieta. Desde as segmentações das revistas são possíveis encontrar publicações em segmentos diversificados, tendo vida longa ou curta.

## 5. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Este subcapítulo trata de conceituar e explicar o que é deficiência, pois ao longo dos anos, muitos termos foram usados para classificar a pessoa com deficiência. Como, por exemplo, retardado, aleijado, doente, especial, entre outros, que além de não tratarem especificamente da deficiência, trazem consigo uma carga de preconceito. Assim, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência: “Considera-se deficiência toda restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária e/ou atividade remunerada” (Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2012).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último censo realizado o ano de 2010, o Brasil possui 45 milhões de pessoas com alguma deficiência, o que corresponde a 23,9% da população. Esses dados ainda mostram quais as deficiências que são mais predominantes do território brasileiro. Em primeiro lugar aparece a deficiência visual com 18,8%, logo após as deficiências motoras com 7%. Com 5,1% há a deficiência auditiva e com 1,4% aparecem as deficiências mentais e intelectuais.

O termo correto para definir alguém com deficiência foi estabelecido pela Secretaria de Direitos Humanos, através da portaria nº 2344/2010, que estabelece: “onde lê-se Pessoas Portadoras de Deficiência, leia-se ‘Pessoas com Deficiência’”. Segundo a definição do Ministério da Educação (MEC), pessoas com deficiência são aquelas que “apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente”. Essa definição também fica clara no Artigo 1º do Decreto Legislativo nº 186/2008 conforme segue:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

A definição para pessoa com deficiência também é feita por Amaral (1995):

Algo ocorre com o indivíduo de forma congênita ou adquirida, em função de uma cadeia de circunstâncias (etiologia), provocando alterações na estrutura ou funcionamento do corpo (patologia). Essas manifestações, se evidentes, são exteriorizadas por anomalias na estrutura ou na aparência, ou ainda no funcionamento de um órgão ou sistema (deficiência), alterando a capacidade de realização (incapacidade), o que pode colocar a individualidade em situação de prejuízo (desvantagem) resultante de

deficiência ou incapacidade, em relação a outros indivíduos de seu grupo (AMARAL, 1995, p. 65).

Já o Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, no seu Artigo 1º proclama a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência e, ainda, aponta deficiência como: “uma restrição física, mental, ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”.

De acordo com o Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004, segue na tabela abaixo algumas definições sobre deficiência:

**Tabela 1 – Tipo de Deficiências e Definições**

Tipo de Deficiência	Descrição
Deficiência Física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia <sup>2</sup> , paraparesia <sup>3</sup> , monoplegia <sup>4</sup> , monoparesia <sup>5</sup> , tetraplegia <sup>6</sup> , tetraparesia <sup>7</sup> , triplegia <sup>8</sup> , triparesia <sup>9</sup> , hemiplegia <sup>10</sup> , hemiparesia <sup>11</sup> , ostomia <sup>12</sup> , amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida.
Deficiência Auditiva	Perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.
Deficiência Visual	Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a

<sup>2</sup> Paralisação de determinadas partes do corpo humano, geralmente dos membros inferiores, ou seja, da cintura para baixo.

<sup>3</sup> Perda de força dos membros, superiores ou inferiores.

<sup>4</sup> Deficiência de nervos ou músculos de um só membro.

<sup>5</sup> Perda parcial das funções motoras de um só membro.

<sup>6</sup> Paralisia que afeta os quatro membros, superiores e inferiores, juntamente a musculatura do corpo.

<sup>7</sup> Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.

<sup>8</sup> Perda total das funções motoras em três membros.

<sup>9</sup> Paresia de um dos lados do corpo com paresia de um membro do lado oposto do corpo.

<sup>10</sup> Paralisia muscular de um lado do corpo, contralateral a lesão cerebral.

<sup>11</sup> Paralisia parcial de um lado do corpo.

<sup>12</sup> Procedimento cirúrgico que consiste na desconexão de algum trecho do tubo digestivo, do aparelho respiratório, urinário, ou outro qualquer, e a abertura de um orifício externo, por onde o tubo será ligado.



	melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o;
Surdo - Cegueira	Compreende a perda concomitante da audição e da visão, cuja combinação causa dificuldades severas de comunicação e compreensão das informações, prejudicando as atividades educacionais, vocacionais, sociais e de lazer, necessitando de atendimentos específicos, distintos de iniciativas organizadas para pessoas com surdez ou cegueira.
Autismo	Comprometimento global do desenvolvimento, que se manifesta tipicamente antes dos três anos, causando dificuldades significativas de comunicação, interação social e de comportamento, caracterizando-se frequentemente por movimentos estereotipados, atividades repetitivas, respostas, mecânicas, resistência a mudanças nas rotinas diárias ou no ambiente e a experiências sensoriais.
Condutas Típicas	Comprometimento psicossocial, com características específicas ou combinadas de síndromes e quadros psicológicos e neurológicos e/ou psiquiátricos, que causem atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atenção e cuidados específicos.
Lesão Cerebral Traumática	Compreende uma lesão adquirida, causada por força física externa, resultando em deficiência funcional ou parcial ou deficiência psicomotora, ou ambas, e que comprometem o desenvolvimento e/o desempenho social da pessoa.
Deficiência Múltipla	Compreende a associação de duas ou mais deficiências, cuja combinação acarreta comprometimentos no desenvolvimento global e desempenho funcional da pessoa e que não podem ser atendidas em uma só área da deficiência.

Contextualizadas algumas deficiências de acordo com a legislação brasileira, o trabalho segue para a demonstração sobre os índices de educação das pessoas com deficiência no Brasil.

## 5.1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

A partir dos dados do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do ano de 2010, disponibilizados através da Cartilha do Censo – Pessoa com Deficiência, a pesquisa aborda o perfil das pessoas com deficiência e seu nível de escolaridade. A educação é considerada por todas as nações do mundo como a forma de melhor desenvolvimento do ser humano. O direito à educação é garantido pela Constituição Brasileira nos artigos de número 205 e 206 da seguinte forma:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Já no artigo de número 208, da Constituição Brasileira também fica garantido o direito à educação das pessoas com deficiência:

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência<sup>13</sup>, preferencialmente na rede regular de ensino.

Partindo do princípio da garantia da educação, abaixo são expostos os índices de escolaridades das pessoas com deficiência no Brasil. De acordo com a cartilha Censo 2010 - Pessoa com deficiência do IBGE, a pesquisa sobre educação partiu do princípio de que “a taxa de alfabetização de uma pessoa mede o percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que sabe ler e escrever pelo menos um bilhete simples em seu idioma” (CARTILHA SENSO - PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2012, p. 15). Os dados pesquisados pelo censo apontam que 81,7% da população deficiente do Brasil possui algum índice de alfabetização, sendo que os maiores índices são apresentados nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste e as menores nas regiões Norte e Nordeste:

As regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste tiveram os maiores índices de 94,6%, 95% e 92,9% para as pessoas sem deficiência e 88,2%, 88,1% e 84,6% para as pessoas com deficiência. A maior diferença entre as taxas da população total e da população de pessoas com deficiência ocorreu na Região Nordeste, em torno de 11,7 pontos percentuais. Essa diferença foi alta, também, na Região Norte, de 8,8%. A menor diferença foi observada na Região Sul, de 6,9 pontos percentuais (CARTILHA SENSO 2010 - PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2012, p. 15).

---

<sup>13</sup> A nomenclatura apresentada no item 3 encontra-se defasada. A mesma foi atualizada através da portaria da Portaria da Secretaria de Direitos Humanos de nº 2.334 de 03 de Novembro de 2010, artigo 2º alínea I.

A taxa de escolarização que, segundo o IBGE significa “a porcentagem dos estudantes de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário”, também é explanada neste trabalho. Considerando-se que o ciclo escolar começa aos seis anos de idade e dura nove anos, o cálculo da escolarização considerou uma faixa etária entre seis e 14 anos. As taxas mais baixas foram encontradas nas regiões Norte 93,3% e os maiores valores novamente aparecerem no Sul, Sudeste e Centro Oeste:

A taxa de escolarização foi calculada para o grupo etário total de 6 a 14 anos e para o segmento das crianças com pelo menos uma das deficiências. Observa-se que essa taxa foi relativamente uniforme tanto entre as regiões como entre os dois segmentos da população. As taxas mais baixas ocorreram na Região Norte, 94% para o total e 93,3% para a população com deficiência, sendo a diferença entre eles a menor entre as regiões, de 0,7%. Os maiores valores foram verificados nas regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste, de 95,4%; 97,7% e 95,5%; 97% e 95,7%, respectivamente. A maior diferença entre a população total e a população com deficiência ocorreu na Região Sul, que foi de 2,4%. A diferença para a população do Brasil foi de 1,8% (CARTILHA SENSO 2010 - PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2012, p. 15).

Já o índice de instrução, segundo o IBGE, “mede a proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade que atingiram determinados anos de estudo”. De acordo com a cartilha, 14,2% das pessoas com deficiência possuíam ensino fundamental completo, 17,7% tinham ensino médio completo, 6,7% apresentavam ensino superior completo e, ainda, aparece uma porcentagem de 0,4% definida como “não determinado”. Foi salientado também que em 2010 haviam muitos sem instrução e com o ensino fundamental incompleto um total de 61,1%. O levantamento mostrou números referentes a dificuldades de aprendizado entre homens e mulheres deficientes e o resultado apontou o seguinte:

Considerando o gênero da população com deficiência, para as mulheres a taxa de alfabetização foi de 82,33% e de 80,97% para os homens. Entre os tipos de deficiência, a menor taxa de alfabetização foi no grupo com deficiência mental ou intelectual, taxa de 52,8%, seguida pela motora, com 71,6% e visual com 83,1%. Portanto, em 2010, a deficiência mais restritiva à alfabetização era a mental ou intelectual (CARTILHA CENSO 2010 - PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2012, p. 18).

Após a contextualização dos índices educacionais relacionados às pessoas com deficiência, de acordo com a Cartilha – Pessoa com Deficiência 2010, é feita uma amostragem sobre a jurisprudência relativa à pessoa com deficiência nos países do Mercosul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, no quesito de definição do conceito de pessoa com deficiência.

## 5.2 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A LEGISLAÇÃO NOS PAÍSES DO MERCOSUL

As legislações têm por objetivo garantir os direitos de todos, sendo assim a legislação também se volta às pessoas com deficiência. Pensando nisso, esta pesquisa compara a lei brasileira de inclusão com as leis dos países do Mercosul, que é composto, além do Brasil, por Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai, Peru, Paraguai, Venezuela, Equador e Bolívia.

Nesta comparação, são levados em conta a data de homologação da lei, princípios e objetivos, descrição do conceito de deficiência e acessibilidade. Devido à dificuldade em encontrar as leis, este subcapítulo se baseia no trabalho: Acessibilidade – Comparação das Leis dos Países do Mercosul, elaborado por Antônio Maria de Fátima Oliveira, consultora legislativa da área XIII, Desenvolvimento Urbano, Transito e Transporte, no ano de 2008.

### 5.2.1 Lei Brasileira

A lei brasileira de nº 10.098/2000<sup>14</sup> é a lei que regulamenta as normas e condições de acessibilidade no Brasil, conforme estabelecido no Artigo 1º. Essa lei tem o objetivo de:

Estabelecer normas gerais e critérios básicos para a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência<sup>15</sup> ou com mobilidade reduzida, pela supressão de barreiras e obstáculos nas vias, espaços públicos, mobiliário urbano, construção e reforma de edifícios, nos meios de transporte.

Conceituadas as definições da lei e do conceito geral de deficiência, aborda-se o conceito de acessibilidade, que é explicado da seguinte maneira na lei brasileira, ainda no artigo 2º:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A partir das definições e conceitos da lei brasileira de nº 10.098/2000, que trata sobre as pessoas com deficiência no Brasil, o trabalho também trata das legislações dos países do Mercosul.

---

<sup>14</sup> A lei de nº 10.098/2000 foi substituída em 2015 pela lei nº 13.146/2015.

<sup>15</sup> O texto da Constituição Federal de 1988 apresenta um conceito defasado em relação à definição, ou seja, não se trata mais como demonstrado. De pessoa portadora de deficiência passou para pessoa com deficiência, conforme apresentado na Portaria da Secretaria Nacional de Direitos Humanos nº 2.334 de 03 de Novembro de 2010, artigo 2º alínea I.

### 5.2.2 Lei Argentina

Na Argentina as leis que regulamentam os direitos das pessoas com deficiência são duas: a lei de nº 22.431/1981 e a lei nº 24.314/1994. Nelas são estabelecidos os conceitos gerais, definição de deficiência e condições de acessibilidade. Nesse sentido, há a demonstração desses conceitos na lei nº 24.314/1994, que estabelece o seguinte conceito no Artigo nº 20:

Estabelecer a prioridade da supressão de barreiras físicas nos âmbitos urbanos, arquitetônicos e de transporte que se realizem ou nos existentes, que remodelem ou substituam total ou parcialmente seus elementos constitutivos.

Já na lei de número 22.431/1981 fica estabelecido o conceito de pessoa com deficiência no seu artigo 2º:

Toda pessoa que padeça uma alteração funcional permanente ou prolongada, física ou mental, que em relação a sua idade e meio social implique desvantagens consideráveis para sua integração familiar, social educacional ou laboral.

O conceito de acessibilidade está presente na lei de nº 24.314/1994 no artigo número 20 da seguinte forma:

Possibilidade de usufruir das condições adequadas de segurança e autonomia, como condição primordial para o desenvolvimento das atividades do cotidiano, sem restrições derivadas do ambiente físico urbano, arquitetônico ou de transporte, para sua integração.

Findadas as considerações sobre as leis Argentinas, percebe-se a evolução da legislação no sentido de que na lei de nº 22.431/1981 não constam definições sobre acessibilidade, mas que são apresentadas na lei posterior, nº 24.314/1994.

### 5.2.3 Lei Chilena

Distintivamente da lei Argentina, o Chile possui apenas uma lei que regulamenta o conceito de pessoa com deficiência. Portanto, todas as definições são dadas a partir da lei de nº 19248/1994. Cabe ressaltar essas resoluções são garantidas desde a homologação da constituição do país. O princípio da lei explica:

Estabelecer a forma e condições que permitam obter a plena integração das pessoas com incapacidade na sociedade, e velar pelo pleno exercício dos direitos que a Constituição e as leis reconhecem a todas as pessoas.

A lei chilena também fala sobre o conceito de pessoa com deficiência no artigo terceiro, que é apresentado da seguinte maneira:

É toda aquela que, por força de uma ou mais deficiências físicas, psíquicas e sensoriais, congênitas ou adquiridas, tem comprometida, pelo menos, um terço de sua capacidade educativa, laboral ou de integração social.

Porém, a lei chilena de nº 19248/1994, mesmo conceituando deficiência de modo geral e definindo o conceito de pessoa com deficiência, não apresenta algum conceito relativo a ações de acessibilidade, ações que são vitais para a adaptação das cidades e melhorias de modo geral.

#### **5.2.4 Lei Colombiana**

Na Colômbia a lei que trata dos direitos das pessoas com deficiência é a lei de número 361/1997, embasada na Constituição Nacional, que tem por princípios fundamentais o seguinte:

Os princípios que inspiram a presente lei se fundamentam nos artigos 13, 47, 54 e 68 da Constituição Nacional, que garantem os direitos fundamentais, econômicos, sociais e culturais das pessoas com limitação, para sua completa realização pessoal e sua total integração social e para as pessoas com limitações severas e profundas, a assistência e proteção necessárias.

A legislação colombiana não trata especificamente de um conceito para a definição da pessoa com deficiência, mas traz um tópico destinado à acessibilidade, conforme exposto no artigo nº 54:

É a condição que permite em qualquer espaço ou ambiente interior ou exterior, o deslocamento fácil e seguro da população em geral, e o uso de forma confiável e segura dos serviços instalados nestes ambientes.

Vale observar que apesar de não conceituar claramente um conceito sobre pessoa com deficiência, a lei colombiana traz um conceito sobre acessibilidade.

#### **5.2.5 Lei Uruguaia**

No Uruguai, a legislação que regulamenta os direitos das pessoas com deficiência é a lei de número 16.095/1989, que apresenta os seguintes princípios:

Estabelecer um sistema de proteção integral das pessoas incapacitadas, com atenção médica, educação, reabilitação física, psíquica, social, econômica, profissional e seguridade social, outorgando-lhes os benefícios, as prestações e os estímulos para neutralizar as desvantagens da incapacidade, dando-lhes oportunidade, mediante seu esforço, de desempenhar na comunidade um papel equivalente ao que exerce as demais pessoas.

Vale destacar que a mesma oferece atenção em várias áreas tanto a pessoas com deficiência, quanto à família. Diferente da lei colombiana, a uruguaia contempla uma descrição sobre o conceito de pessoa com deficiência:

É toda aquela que padeça uma alteração funcional permanente ou prolongada, física ou mental, que em relação a sua idade e meio social implique desvantagens consideráveis para sua integração familiar, social, educacional ou laboral.

Outra diferença em relação à Colômbia é que, por sua vez, a lei do Uruguai não conta com um conceito de acessibilidade.

### **5.2.6 Lei Peruana**

No Peru a lei que regulamenta os direitos das pessoas com deficiência e outras providências é a lei de nº 27050/1998, que tem por princípio fundamental o seguinte:

Estabelecer o regime legal de proteção, de atenção de saúde, trabalho, educação, reabilitação, seguridade social e prevenção, para que a pessoa com incapacidade alcance seu desenvolvimento e integração social, econômica e cultural, previsto no art. 7 da Constituição Política do Estado.

Vale ressaltar que a lei do Peru é amparada pela Constituição. Na lei peruana existe uma definição sobre o conceito de pessoa com deficiência, que é explicado no artigo 2º:

É a que tem uma ou mais deficiências, com a perda significativa de uma ou mais funções físicas, mentais ou sensoriais, que diminua ou elimine a capacidade de realizar atividade dentro dos índices normais, limitando sua participação equitativa na sociedade.

Porém, a lei de nº 27050/1998, que regulamenta os direitos das pessoas com deficiência, não apresenta um conceito sobre acessibilidade.

### **5.2.7 Lei Paraguuaia**

No Paraguai, a lei que rege sobre os direitos da pessoa com deficiência é a mesma que criou o Instituto Nacional de Proteção a Pessoas Excepcionais. A lei nº 780/1979 tem por princípio básico o seguinte:

O artigo 1º da lei cria o Instituto Nacional de Proteção a Pessoas Excepcionais – INPRO, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, que tem por objetivo, de acordo com o art. 5º, proteger de forma integral as pessoas Excepcionais, de modo a neutralizar as desvantagens que sua condição lhes provoca, e lhes dar oportunidade, mediante seu próprio esforço, de desempenhar na comunidade um papel equivalente ao que exercem as pessoas normais.

No entanto, a lei paraguuaia não conceitua de forma clara uma definição sobre pessoa com deficiência ou sobre acessibilidade. Mas, apesar disso, garante apoio à família do deficiente no item “p” da lei: “Prestar e promover assistência à família do

excepcional, quando seja necessário, na forma e medida que serão regulamentadas”.

### **5.2.8 Lei Venezuelana**

Na Venezuela os direitos das pessoas com deficiência são garantidos pela lei de nº 4.623/1993, que, conforme descrito na mesma, busca a integração das Pessoas Incapacitadas. Em seus princípios bases, a lei garante os direitos e desenvolvimento das pessoas com deficiência dessa forma:

Segundo o artigo 1, esta lei, que entrou em vigência a partir de 19 de janeiro de 1994, tem por objetivo estabelecer o regime jurídico aplicável às pessoas incapacitadas, tendo em vista seu desenvolvimento normal na sociedade e completa realização pessoal.

A lei venezuelana, já em seu artigo 2º, conceitua pessoa com deficiência. Porém, a nomenclatura do termo é diferente, pois a lei da Venezuela define pessoas com deficiência como pessoas de incapacitadas:

O artigo 2 define pessoas incapacitadas como sendo aquelas cujas possibilidades de integração social estejam diminuídas em razão de um impedimento físico, sensorial ou intelectual, em seus diferentes níveis e graus, que limite sua capacidade de realizar qualquer atividade.

A jurisprudência da Venezuela também descreve um conceito base para a definição de acessibilidade:

No Capítulo VI - Do Livre Acesso das Pessoas Incapacitadas aos Serviços e Instalações de Uso Público, temos no artigo 32, a diretiva para tornar acessíveis e utilizáveis pelas pessoas incapacitadas, a construção, ampliação e reforma dos edifícios de propriedade pública ou privada, destinados ao uso público, assim como a planificação e urbanização das vias públicas, parques e jardins de iguais características. De acordo com o art. 33, excetuam-se dessa obrigação, as intervenções feitas nos monumentos de interesse histórico ou artístico relacionada à higiene, ornamentação e conservação normal.

Terminadas as considerações sobre a lei da Venezuela, chegam-se aos dois últimos países membros do Mercosul: Equador e Bolívia.

### **5.2.9 Lei Equatoriana**

A lei do Equador, dentre todas as apresentadas, é uma das mais recentes em termos de homologação. A lei de nº 301/2001 trata sobre a proteção das pessoas com deficiência:

O art. 1. Define como âmbito da lei proteger as pessoas com incapacidade e estabelecer um sistema de prevenção de incapacidades, de atenção e integração dessas pessoas, que garanta seu desenvolvimento e evite que sofram todo tipo de discriminação, incluída a de gênero.



Sobre uma definição para pessoa com deficiência, a lei não é clara e nem reserva algum tópico para esse tema. Por outro lado, a mesma lei apresenta detalhadamente um conceito sobre acessibilidade no artigo 19:

Acessibilidade – Garantir-se-á às pessoas com incapacidade a acessibilidade e utilização de bens e serviços da sociedade, evitando e suprimindo barreiras que impeçam ou dificultem seu desenvolvimento normal e integração social. Em toda obra pública que se destine a atividades que suponham o acesso de público, deverão prever-se acessos, meios de circulação, informação e instalações adequadas para as pessoas com incapacidade. A mesma previsão deverá efetuar-se nos edifícios destinados a empresas privadas de serviço público, nos que exibam espetáculos públicos e nas unidades sociais e recreativas para uso comunitário, que venham a ser construídas, reformadas ou modificadas.

A lei equatoriana mostra-se completa na questão de garantia de direitos e também de acessibilidade. Essa lei não conceitua pessoa com deficiência, porém.

### **5.2.10 Lei Boliviana**

A lei da Bolívia foi homologada em 1995 sob o nº 1678. A legislação traz conceitos que diferenciam deficiência e incapacidade, além de garantir os direitos e deveres da pessoa com deficiência:

A. Deficiência – É toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. B. Incapacidade – É toda restrição ou ausência, devida a uma deficiência, da capacidade de realizar uma atividade na forma ou dentro da margem que se considera normal para um ser humano. A lei tem como finalidade regular os direitos, deveres e garantias das pessoas com incapacidade, tanto as que estejam em trânsito quanto as que habitam no território da República, além de normatizar os processos destinados à habilitação, reabilitação, prevenção e equiparação de oportunidades das pessoas incapacitadas, assim como sua incorporação aos regimes de trabalho, educação, saúde e seguridade social, com seguros de curto e longo prazos.

A lei ainda trata sobre obrigações, direitos e deveres e garantias a pessoas com deficiência, como sua livre locomoção em vias públicas, áreas de trabalho, desportivas e de lazer. Sobre acessibilidade, a lei boliviana diz que:

Conta-se com a Secretaria Nacional de Assuntos Urbanos, que em coordenação com as Prefeituras Municipais, o Comitê Nacional da Pessoa com Incapacidade e outras instituições afins à problemática da incapacidade, em cumprimento de suas funções e responsabilidades, ditarão normas específicas para o urbano, arquitetônico e a construção, ajustadas à realidade nacional, com o objetivo de prover a integração das pessoas com incapacidade.

Findadas as considerações sobre as leis do Mercosul, é possível perceber que cada país tem uma peculiaridade. Mas, cabe destacar a época em que as leis

foram homologadas e, ainda, cabe ressaltar que algumas delas ainda se apresentam de forma incompleta com relação a alguns conceitos.

## 6. METODOLOGIA E ANÁLISE

Este trabalho, quanto à sua metodologia, é desenvolvido através de uma pesquisa exploratória quanto ao tema do trabalho e também quanto aos conteúdos presentes no objeto de estudo (*Revista Incluir*), buscando entender o problema estudado e adquirir informações para a realização de um panorama geral sobre o assunto. A pesquisa exploratória possibilita a apropriação de conhecimento sobre o objeto investigado, a fim de facilitar a delimitação do tema de pesquisa, fixação de objetivos e formulação de hipóteses. (PRODANOV E FREITAS, 2009).

A próxima etapa se vale de dados primários, referindo-se a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, em estado bruto, possibilitando atribuir-lhe uma nova importância como fonte de consulta, tais como questionários e dados gerais sobre as Pessoas com Deficiência no Brasil. Também são utilizados dados secundários da pesquisa bibliográfica em si, que são documentos que, de alguma forma, já foram analisados, como obras literárias, publicações e obras relacionadas ao tema do trabalho. (PRODANOV E FREITAS, 2009).

No caso desta pesquisa, é utilizada a pesquisa exploratória, pois é através dela que se torna possível entender a produção noticiosa da *Revista Incluir* e como ela dialoga com o público deficiente que a consome. A fim de entender o posicionamento do público diante da produção oferecida pela *Revista Incluir*, e também entender o que o público deficiente deseja consumir, é aplicada uma coleta de dados através de questionário, que se constitui em uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente), sem a presença do entrevistado. O questionário se constitui de perguntas abertas, permitindo aos informantes responderem livremente e possibilitando investigações mais profundas e precisas. Se constitui, ainda, de perguntas fechadas, que apresentam alternativas fixas, proporcionando respostas mais objetivas. (PRODANOV E FREITAS, 2009).

Na pesquisa exploratória é possível se apropriar do conhecimento sobre o objeto investigado. Por isso, se torna necessário escolher os documentos que passam pela análise, formular as hipóteses e os objetivos, além de elaborar indicadores que fundamentem a interpretação final. (BARDIN, 2004).

A hipótese apresentada nesse trabalho trata-se de uma suposição que permanece em suspenso enquanto não é colocada em prova. O objetivo é a finalidade para a qual é proposto o trabalho, onde os resultados obtidos são

utilizados. A hipótese sugerida precisa de fatos e conceitos que possam prová-las e, na busca de materiais bibliográficos, são vistos os conceitos que estão dentro do foco da pesquisa. (BARDIN, 2004). Por conta disso, nesse estudo, é utilizada a metodologia de análise de conteúdo, como exposto por Bardin.

Nessa fase de pré-análise, onde todo o material é preparado, dimensionado e direcionado, é feita a exploração do material encontrado, buscando colocar em ordem a ideia estabelecida no início e verificando os detalhes que possam coincidir com objetivo. Nessa parte é essencial codificar, enumerar e administrar as técnicas sobre o tema. (BARDIN, 2004).

No final desta exploração, vem o tratamento dos resultados e interpretações, com a verificação das operações estatísticas, sejam elas simples – através de percentagens – ou complexas – com uma análise factorial –, originando, deste modo, as provas de validação, a fim de buscar descobertas e interpretações sobre o objeto de pesquisa. Em seguida, os dados são sintetizados e são selecionados os resultados propostos na etapa anterior, verificando as deduções que se ligam com a *Revista Incluir*, fazendo uma interpretação de tudo o que foi visto a respeito. Por fim, são utilizados os resultados para comunicar-se sobre a veracidade da hipótese e, ainda, sugerir novas orientações em busca de uma nova análise. (BARDIN, 2004).

Para a aplicação dos questionários, são escolhidos o NUAP (Núcleo de Acessibilidade e Permanência) da Universidade Feevale, através do envio do questionário via e-mail a todas as Pessoas com Deficiência da Universidade Feevale. E também são utilizados locais como a LEME (Associação de Lesados Medulares de Novo Hamburgo) e o grupo do Facebook do Hospital Sarah Kubitschek, que conta com mais de 6.500 membros. Além deste grupo, a pesquisa é aplicada em outros grupos relacionados a pessoa com deficiência, na APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Hartz/RS, além das empresas do ramo coureiro calçadista localizadas na cidade de Nova Hartz/RS que possuem programa de inclusão. A justificativa para o uso dessas empresas se dá pelo fato de estarem localizadas na cidade onde reside o pesquisador, portanto, por questão de acessibilidade.

A partir dessa leitura e coleta de material, é possível ter um panorama de onde estão as pessoas com deficiência abrangidos por estes órgãos, como elas vivem, que produto midiático elas consomem e, pelo levantamento de dados, também é possível entender o que elas querem e gostariam de consumir.

## 6.1 OBJETO DE ANÁLISE

O objeto de análise deste trabalho é a *Revista Incluir*. Lançada no ano de 2009, a revista busca tratar de diversas temáticas relacionadas à pessoa com deficiência, idosos, gestantes e obesos, pois este público se encaixa no perfil de pessoas com mobilidade reduzida. A *Revista Incluir* é bimestral e não trabalha com vendas em bancas, apenas com um mailing de distribuição e assinaturas. O veículo também conta com site que tem uma média mensal de 7 mil acessos e 5.477 assinantes.

Pensando na acessibilidade, a Revista possui mecanismos que possibilitam aos deficientes visuais pleno acesso ao conteúdo no seu site, como as opções de auto contraste, aumento de fonte, além do acesso à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) através de um aplicativo. A capa da revista impressa, ainda, vem com braile, que encaminha o deficiente visual para o site para que ele tenha total acesso aos conteúdos das matérias. Além disso, o veículo possui a coluna Incluir dentro dos jornais Diário de São Paulo e o Dia no Rio de Janeiro. A revista ainda está presente nas redes sociais como: Facebook, em que tem 9.282 curtidas, Twitter com 4.322 seguidores e Instagram com 3.578 seguidores.

Para a análise foram selecionados 6 exemplares da Revista, sendo eles os de número: 36, 37, 38, 39, 40, 41, que representam os meses de setembro de 2015, outubro de 2015, dezembro e janeiro de 2016, fevereiro e março de 2016, abril e março de 2016 e junho e julho de 2016. Algumas delas contam com a data de 2015, por conta da bimestralidade. Desta forma, é possível ter um total de seis revistas, contemplando um ano inteiro de conteúdo da mesma, viabilizando uma análise mais ampla da publicação. Na figura 01, estão as capas das edições da revista Incluir que analisadas nesse trabalho.

**Figura 1 - Capas da Revista Incluir**



**Fonte: Site da Revista**

Buscando uma melhor compreensão da *Revista Incluir* e de seu conteúdo, a mesma foi dividida em categorias: tipos de deficiências, acessibilidade, atividade profissional, vestuário e moda, propaganda, entretenimento e esportes. Nessas categorias são desconsideradas a capa e o editorial, já que a revista também trabalha com a temática de idosos, gestantes e pessoas obesas. Desta forma estes elementos poderiam não tratar especificamente de pessoas com deficiência.

Considerando isso, conforme diz Bardin (2016), a categorização é a forma de classificar os elementos de um mesmo conjunto de unidades:

A categorização é uma operação de classificação de elementos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos (BARDIN, 2016, p. 147).

Após isso, é feita a organização dos materiais para análise que, segundo Bardin (2016), consiste em três etapas: “As diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2016, p. 126).

Esta monografia, portanto, busca as hipóteses de que as pessoas com deficiência não são bem representadas pela mídia, no quesito de produção de conteúdo. Serve, também, para demonstrar a necessidade de jornalistas se especializarem no assunto, visto que existe um público de mais de 45 milhões de pessoas que podem ser interessar diretamente pelo tema. A pesquisa, ainda, busca entender como o deficiente se sente representado pela mídia de forma geral, bem como se eles conhecem e consomem o produto oferecido pela *Revista Incluir*.

### **6.1.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO INTERNO DA REVISTA INCLUIR**

Para a análise da *Revista Incluir* foram criadas categorias que demonstram o conteúdo da revista e a relevância que a mesma dá para determinados temas, sendo elas: Tipos de deficiências; Acessibilidade; Atividades profissionais; Vestuário; Propagandas; Entretenimento e Esporte.

A categoria 1, “Tipos de Deficiência”, busca mapear em todo o conteúdo da revista quais são as deficiências apresentadas, seja em forma de reportagem, colunas, artigos ou notas, em cada edição da *Revista Incluir*. Com isso, é possível classificar as deficiências apresentadas de forma quantitativa e ver quais são as mais presentes dentro da Revista. Já categoria 2, “Acessibilidade”, tem por objetivo mostrar quantas vezes a revista aborda as questões referentes à acessibilidade dentro das edições e qual o objetivo da mesma com essas matérias. Outro objetivo, também, é saber quantas vezes o tema é tratado pela Revista.

Na categoria 3, “Atividades Profissionais”, busca-se entender de que forma a *Revista Incluir* aborda a questão do deficiente no mercado de trabalho, visto que as pessoas com deficiência podem ocupar uma parte significativa do mercado de trabalho devido à Lei Brasileira de Cotas. A categoria 4, “Vestuário e Moda” pretende entender o posicionamento das edições quanto ao assunto, já que é visto em concursos e prêmios o interesse do público deficiente pela moda, tanto que existem diversos eventos de moda inclusiva no Brasil. Outro fato, ainda, é o desejo do

deficiente querer vestir-se de modo mais confortável, para que suas roupas sejam adaptadas para sua necessidade.

Já a categoria 5, “Propagandas”, traz a quantidade de anúncios presentes na revista, quantos deles são destinados a pessoa com deficiência e quantos não. Para chegar a esse número são considerados os anúncios destinados a pessoa com deficiência, ou seja, todos aqueles que trazem algum tipo de informação destinada ao deficiente. Na categoria 6, “Entretenimento e Esporte” mapeiam-se todas as edições que falam de esportes e entretenimento. Cabe ressaltar que, nas matérias de esporte, sempre há uma matéria em português e a mesma em inglês. Na questão entretenimento, ainda, a *Revista Incluir* sempre traz informações de filmes, teatro, livros e turismo. Nesse caso, o veículo leva em consideração as condições de acessibilidade dos locais.

Depois de demonstradas as categorias e para melhor compreender cada uma delas, os dados são quantificados e transformados em gráficos. Desta forma, é possível contabilizar os dados das seis edições da *Revista Incluir*. Em alguns casos, os gráficos são feitos por edição e em outras por quantidade de vezes em que o item pesquisado apareceu. Esse caso está presente na categoria “Tipos de Deficiência”, em que, ao invés de considerar as edições, são considerados os tipos de deficiência e sua totalidade.

Para melhor compreender o conteúdo da *Revista Incluir*, a mesma foi dividida em categorias, que geram gráficos interpretados através de uma análise qualitativa. Essa técnica de pesquisa é explicada por Bardin (2016) da seguinte maneira: “A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais” (BARDIN, 2016, p. 145).

Para a melhor compreensão da totalidade dos conteúdos da *Revista Incluir*, o quadro abaixo demonstra a quantidade de reportagens, colunas, notas, artigos e entrevistas que compõem cada edição:

**Tabela 2 - Conteúdo Interno da *Revista Incluir***

Tipo de conteúdo	Edição n° 36	Edição n° 37	Edição n° 38	Edição n° 39	Edição n° 40	Edição n° 41



Reportagem	21	22	9	17	22	19
Coluna	7	7	4	8	6	7
Nota	3	3	4	3	5	5
Artigo	1	1	2	1	1	1
Entrevista	1	1	1	1	1	1

A partir disso, pode-se demonstrar os tipos de conteúdos que compõem a *Revista Incluir*, pois percebe-se que o gênero informativo, através da reportagem que predomina na revista, aparece um total de 110 vezes. A reportagem é conceituada no item 3.1.3 da seguinte forma: “A reportagem é, portanto, uma espécie de notícia que pode ter as suas próprias regras e alcança um valor especial” (BAHIA, 1990, p. 49).

Outro gênero presente na *Revista Incluir* é o gênero opinativo, presente através da coluna – constante em todas as edições – aparecendo num total de 39 vezes. O conceito de coluna está explicado no capítulo 1, no item 3.3.5: “Mosaico estruturado por unidades curtíssimas de informação e de opinião, caracterizando-se pela agilidade e pela abrangência” (COSTA, 2013 apud MARQUES DE MELO, 2006, p. 65).

Novamente, o gênero informativo aparece no formato da nota, que está presente 23 vezes na *Revista Incluir*. O conceito deste subgênero está descrito no capítulo 1, no item 2.1.1 da seguinte forma: “Nota é o relato de um acontecimento que está em processo de configuração. Nem todos os elementos da notícia (AÇÃO – AGENTE – TEMPO – LUGAR – MODO – MOTIVO) são conhecidos” (COSTA, 2013 apud MARQUES DE MELO, 2006, p. 55)

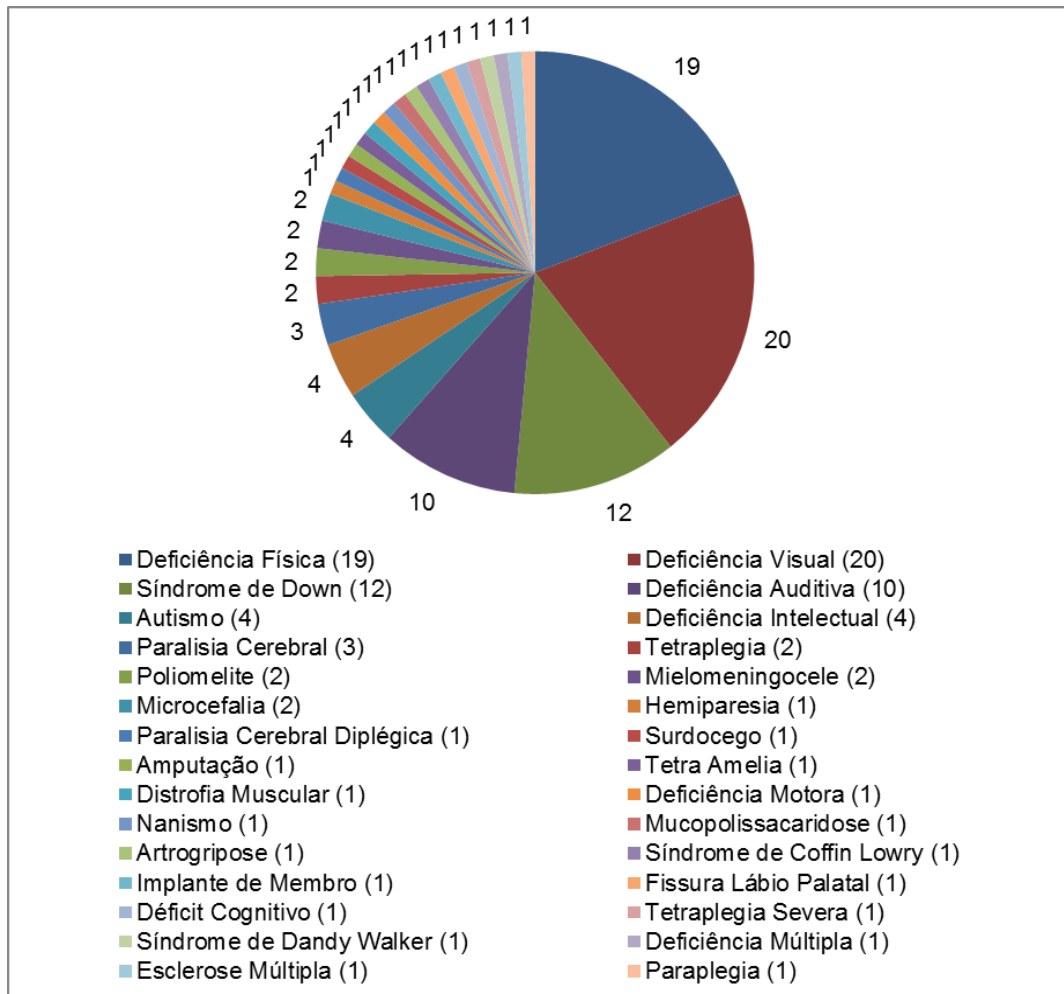
O gênero opinativo reaparece no artigo, pois está presente sete vezes nas revistas analisadas. O artigo também é conceituado no item 3.3.2: “Artigos e análises representam a opinião de quem assina o texto. Os jornais publicam

pequenas notas de rodapé com informações sobre o autor, para dar credibilidade ao escrito e ajudar a entender as intenções por trás dos pontos de vista apresentados” (SALVADOR E SQUARISI, 2005, p. 76).

Fechando a lista dos conteúdos há entrevista, presente em todas as edições. Na *Revista Incluir* ela trata de diversos assuntos, geralmente falando sobre o tema trabalhado naquela edição. Nas edições analisadas todas têm uma entrevista, ou seja, o subgênero entrevista aparece seis vezes. Esse subgênero é conceituado dentro do gênero informativo no item 3.1.4: “A entrevista é concebida como uma conversação dirigida a um propósito definido que não é a satisfação da conversação em si” (LODI, 1986, p. 64).

Com esta análise é possível perceber que predomina na Revista o gênero informativo, mas que o gênero opinativo também está presente. Estes gêneros costumam predominar nas revistas, visto que as mesmas não trabalham com a instantaneidade e, sim, com a temporalidade. No caso da *Revista Incluir*, a mesma é bimestral, então as matérias devem ser pensadas a partir destes princípios.

A seguir são apresentados os gráficos referente à categorização da *Revista Incluir* e o resultado de cada categoria.

**Gráfico 1 - Tipos de Deficiência**

**No gráfico estão presentes todas as deficiências apresentadas na Revista Incluir e a quantidade que cada uma aparece.**

Conforme demonstrado no capítulo 2 e no censo do IBGE (2010), a revista contempla as maiores classes de deficientes do país. E, conforme demonstrado no gráfico acima, a deficiência predominante é a visual, assim como apontou o censo, que diz que das 45,6 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, 18,8% são deficientes visuais. Outra deficiência bastante presente é a física, que vem em segundo lugar na Revista e na mesma posição no censo do IBGE, com 7%. Ainda é possível perceber que a revista trata de deficiências raras e desconhecidas do público em geral – fato positivo, levando em conta o ponto de vista informativo.

Na categoria de “Acessibilidade”, a quantificação dos dados é feita através do total em cada edição. Desta forma, pode-se mostrar o total de matérias que falam sobre o tema nas seis edições analisadas. A acessibilidade surge em um conceito de adaptação dos meios urbanos, que sempre foram voltados para ao

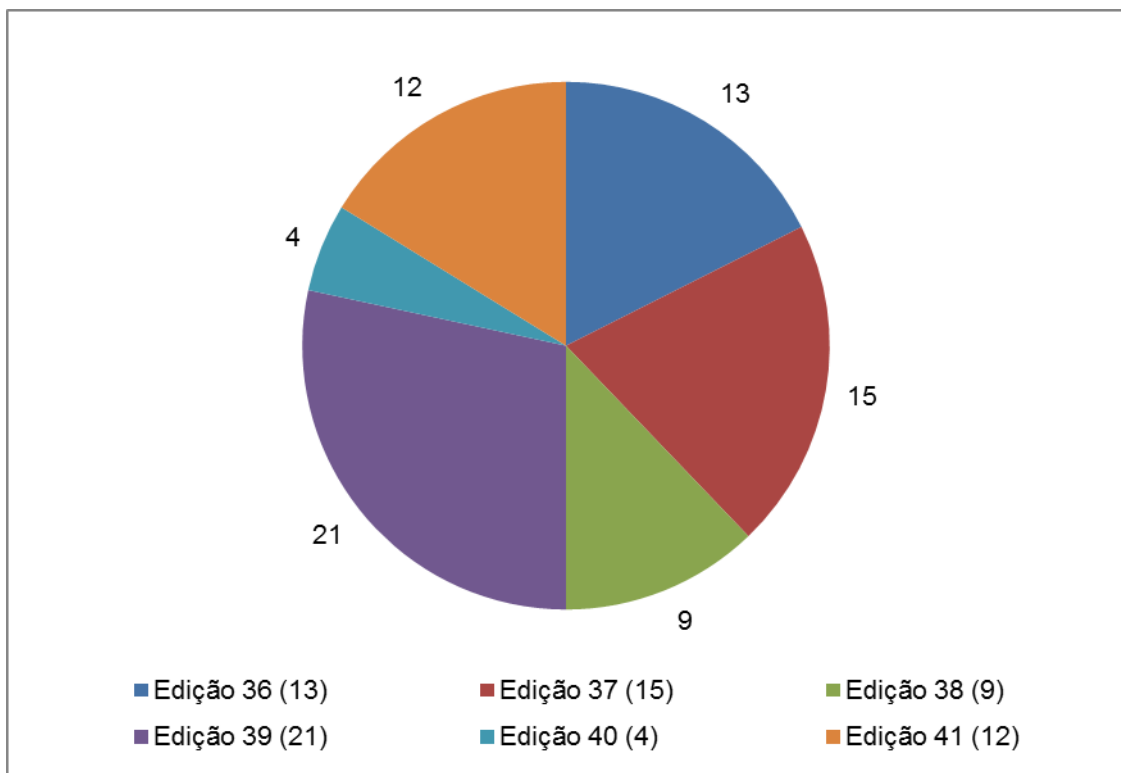
desenvolvimento econômico, mas que nunca se importaram em eliminar barreiras e promover ao deficiente uma melhora na condição social.

Esse conceito já começava a ser pensado e debatido a partir dos anos de 1940: “A origem do uso do termo para designar as condições de acesso das pessoas com deficiência está no surgimento de reabilitação física e profissional no final da década de 40” (SASSAKI, 2006, p. 1). Essa ideia de acessibilidade e construção de cidades adaptadas repercutiu no ministério das cidades:

Dessa forma essa imagem de acessibilidade ligada aos portadores de deficiência, teve como alvo do planejamento urbano a priorização do acesso do usuário de cadeira de rodas, através de elevadores, aos diversos tipos de veículos utilizados no Brasil. Essa visão impediu uma abordagem mais adequada do problema, desconsiderando-se nesta solução todos os tipos de deficiência existentes (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2006, p.1 apud MORAES, s/d, p. 2).

Considerando as definições apresentadas sobre acessibilidade, vê-se a importância de veículos de comunicação tratarem deste assunto, pois este exige constante debate, visto que as cidades estão sempre em constante transformação. Nesse ponto, cabe ressaltar que a *Revista Incluir* cumpre com seu papel ao falar de acessibilidade como, por exemplo, nas matérias sobre turismo, onde todos os locais apresentados são acessíveis à pessoa com deficiência. A seguir, apresenta-se o gráfico elaborado para a acessibilidade.

**Gráfico 2 - Acessibilidade**



**No gráfico são apresentados o total de matérias que aparecem em cada edição tratando do tema acessibilidade.**

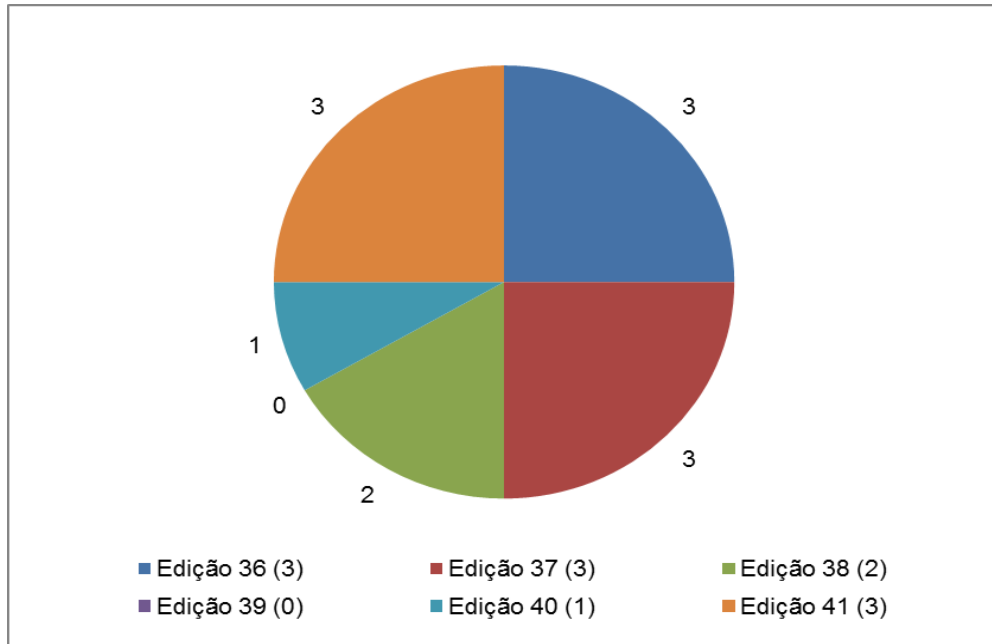
Considerando que cada edição da *Revista Incluir* possui entre 31 e 35 matérias, o gráfico acima demonstra a quantidade de matérias sobre acessibilidade, que variam de quatro matérias na edição 41 até 21 matérias na edição 39. Os números mostram um desequilíbrio natural diante das temáticas com que a revista trabalha. A terceira categoria trata sobre a presença de reportagens que mostraram as atividades profissionais que envolvam pessoas com deficiência. Essa categoria, ainda, segue o princípio da totalidade das edições.

A inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é garantida pela Lei nº 8.213/91, chamada de Lei de Cotas. No artigo 93 da lei consta que, se a empresa tiver 100 ou mais empregados, é obrigada a reservar de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com algum tipo de deficiência. Cabe ressaltar que as proporções variam de acordo com a quantidade de funcionários: de 100 a 200, a reserva legal é de 2%; de 201 a 500, de 3%; de 501 a 1.000, de 4%; e acima de 1.001, de 5%.

Mesmo tendo o seu direito ao trabalho garantido, a falta de informação tanto do deficiente, quanto do empregador é uma barreira que precisa ser superada para que essa inclusão aconteça de fato. Somente em uma sociedade inclusiva o deficiente poderá superar a segregação e ter acesso aos demais recursos oferecidos para qualquer cidadão, assim como já foi explicado na pesquisa teórica:

Uma sociedade inclusiva é aquela capaz de contemplar, sempre, todas as condições humanas, encontrando meios para que cada cidadão, do mais privilegiado ao mais comprometido, exerça o direito de contribuir com seu melhor talento para o bem comum (GIMENES, s/d, p. 7 apud WERNECK, 2003, s.n.).

Partindo desse princípio, também é papel da mídia trabalhar com a temática de inclusão do deficiente no mercado de trabalho, em diferentes áreas. Visto que a *Revista Incluir* possui matérias sobre esse tipo de assunto, a mesma cumpre com seu papel para a informação e inclusão tanto do deficiente quanto do empregador, ao falar em deficiência. A seguir apresenta-se o gráfico que expressa a qualificação dessa categoria.

**Gráfico 3 - Atividades Profissionais**

**No gráfico são apresentados o total de matérias que tratam do tema atividades profissionais.**

Na categoria “Vestuário e Moda” são apresentados o total de matérias que falam sobre o assunto em cada edição. Chama atenção a baixa quantidade de matérias sobre um tema que desperta interesse no público deficiente, pois esse público tem por característica a busca por roupas e tendências que se adaptem às suas necessidades.

Historicamente, as roupas aparecem como um exercício de interpretação do corpo. Desta forma, as roupas são a maneira de interpretar ou reinterpretar um corpo através da categorização do caráter de segunda pele ou vestimenta. Ou seja:

Para que se consiga um resultado satisfatório do produto de moda, um produto que atenda às expectativas do usuário, além da criatividade para desenvolver o desenho, o projeto deve tomar como base para modelagem do vestuário a percepção dos contornos do corpo, bem como suas medidas antropométricas (MAFFEI, 2010, p. 19).

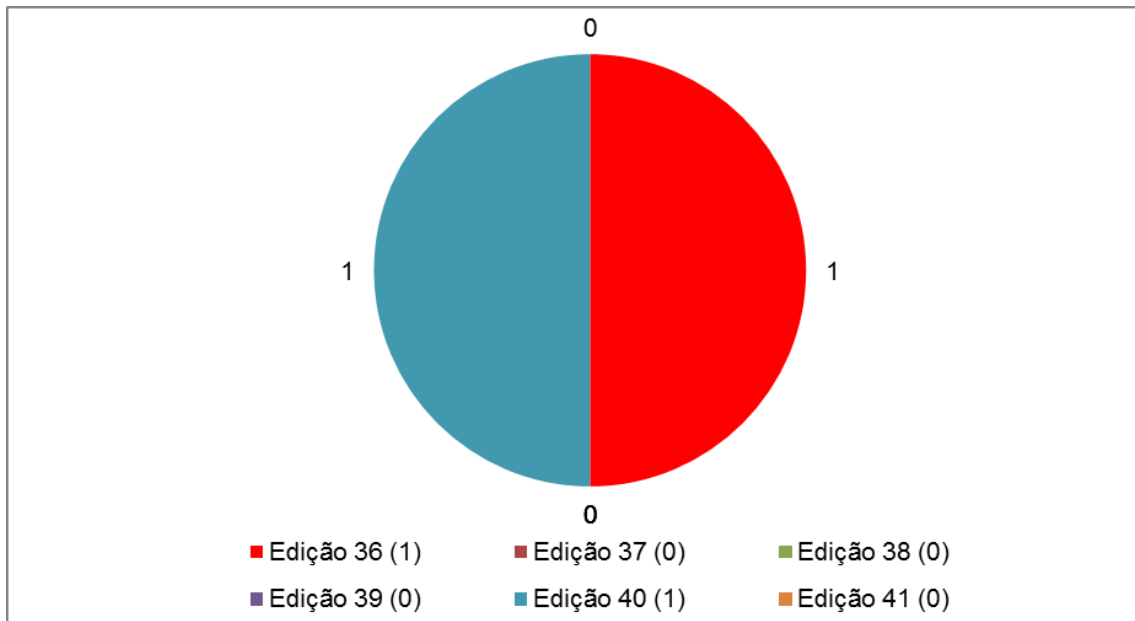
Diante do exposto acima, é preciso pensar a moda para os deficientes, pois dependendo o tipo de deficiência será necessária uma adaptação:

Desta forma, a integração da ergonomia e do design de produto também é particularmente relevante quando se projetam artefatos para serem comumente utilizados por pessoas com necessidades especiais, como portadoras de deficiência<sup>16</sup>, como por aquelas que não são portadoras de deficiência (MAFFEI, 2010, p. 19 apud SOARES, 2005, s.n.).

<sup>16</sup> Conceito defasado em relação a definição, ou seja, não se trata mais como demonstrado.

Dada a importância da moda e sua relevância para o público deficiente, é preciso ressaltar a pouca quantidade de matérias que tratam sobre o assunto “Moda e Pessoa com Deficiência” na *Revista Incluir*. Isso pode ser visto através da categoria “Vestuário e Moda” que conta com apenas duas matérias nas seis edições analisadas. A seguir, o gráfico que expressa essa qualificação:

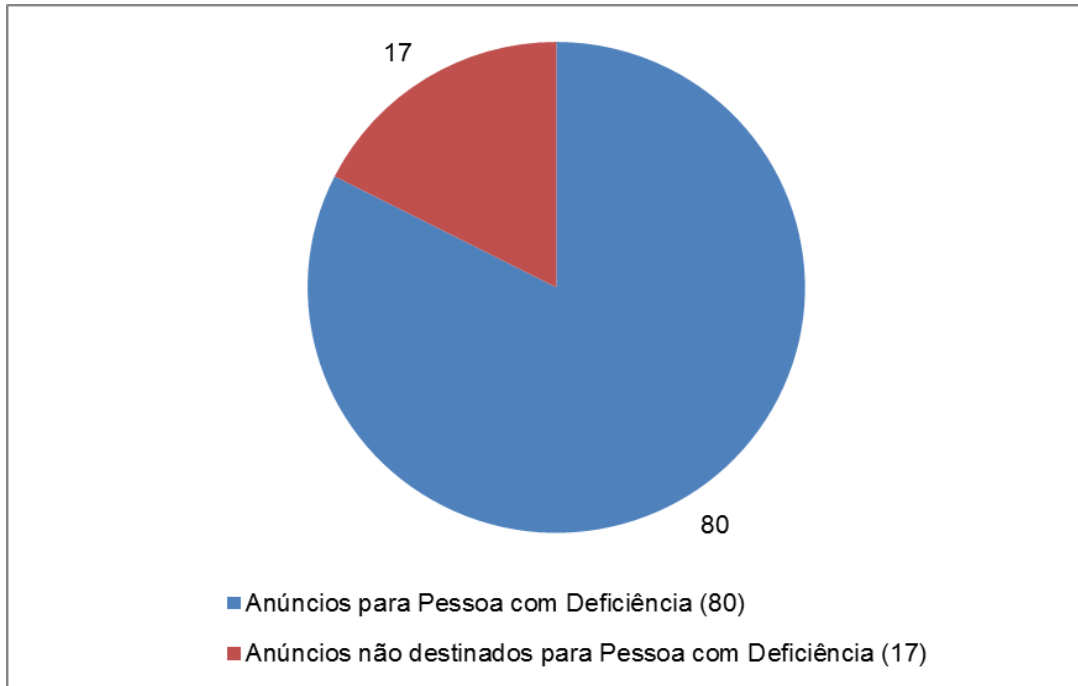
**Gráfico 4 - Vestuário e Moda**



**No gráfico estão demonstradas o total de matérias sobre vestuário e moda.**

Na categoria “Propaganda” são apresentados todos os anúncios que compõem a revista, separados em destinados a pessoas com deficiência e não destinados. Para categorizar os destinados a pessoa com deficiência são levados em conta a menção ao público deficiente, desde vantagens na compra e programas de acessibilidade.

Também se encaixam na categoria os anúncios que faziam menção a pessoas com deficiência em seu corpo. Um exemplo ocorre no caso de veículos, em um anúncio de contracapa da fabricante de veículos automotores “Honda”, que traz em um canto da página o logotipo de um cadeirante dentro de uma chave com a escrita “programa Honda conduz” – localizados nos anexos A e B. Desta forma, todos os anúncios seguem esse modelo através do uso de logotipos ou frases que levem o leitor a entender que o produto oferecido é destinado à pessoa com deficiência. A seguir, o gráfico que expressa categoria:

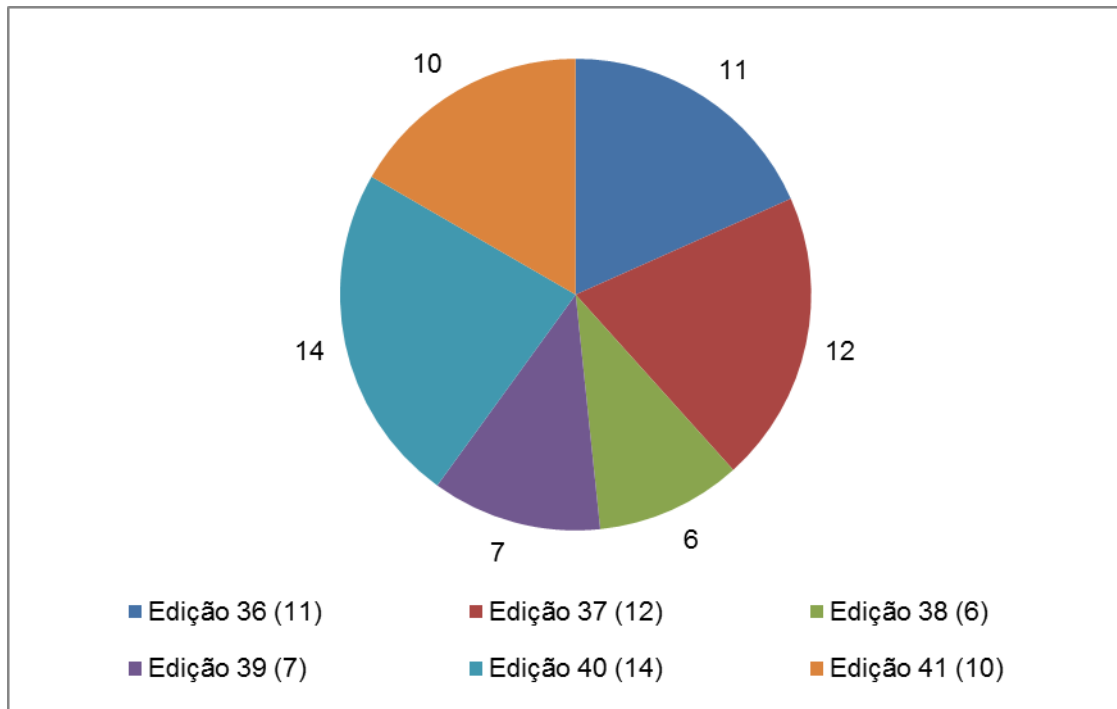
**Gráfico 5 - Propaganda**

**No gráfico aparecem todos os anúncios separados por destinados ao público deficiente e não destinados a esse público.**

Já na última categoria, são analisadas as matérias que tratam sobre entretenimento e esportes. Nessa categoria consideram-se informações de filmes, teatro, livros, atividades esportivas, chamando atenção que a questão do turismo trabalha sempre com ênfase na acessibilidade dos locais, o que é correto por tratar de pessoas com deficiência, que teriam certas dificuldades de acesso.

A prática esportiva traz para pessoas com deficiência desde a possibilidade de reabilitação física, mental ou intelectual, até a melhora de qualidade de vida. Por isso, a prática esportiva é “a oportunidade de testar seus limites e potencialidades, prevenir as enfermidades secundárias em sua deficiência e promover a integração social do indivíduo” (CARDOSO, 2011, p. 530 apud MELO E LOPÉZ, 2002, s.n.). No gráfico a seguir, mostra-se o resultado dessa categoria:



**Gráfico 6 - Entretenimento e Esporte**

**No gráfico aparecem o total de matérias que tratam da temática relacionada a entretenimento e esporte.**

### 6.1.2 Análise das Respostas do Questionário on-line

Este trabalho também conta com uma pesquisa de opinião, feita no período de 30 dias entre 27 de março e 27 de abril de 2017. A mesma tem por objetivo dar voz às pessoas com deficiência e buscar compreender que tipo de mídia elas consomem, de qual maneira, os tipos de deficiência que mais estão presentes na sociedade de forma geral, se eles conheciam a *Revista Incluir* – objeto de análise deste trabalho – e se eles se sentem bem representados pela mídia brasileira.

Para aplicação do questionário, fez-se o uso de suas redes sociais: Facebook e Twitter, buscando ainda identificar grupos que trabalhassem com a temática da pessoa com deficiência e nos quais a pesquisa pudesse ser divulgada. Além disso, a aplicação do questionário também ocorre na APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da cidade de Nova Hartz/RS, cidade onde reside o pesquisador. Assim como a aplicação nas empresas do setor coureiro calçadista, em que de três, duas estão localizadas na cidade do pesquisador. Também está aplicado o questionário na LEME – Associação dos Lesados Medulares de Novo Hamburgo/RS. Essa pesquisa, ainda, conta com o apoio do NUAP – Núcleo de

Acessibilidade e Permanência da Universidade Feevale/RS, que enviou o formulário para todos os alunos com deficiência da Universidade.

O formulário da pesquisa é composto por perguntas como: idade, escolaridade, sexo, tipo de deficiência, o que a pessoa costuma ler, como ela faz essa leitura, se procura publicações sobre deficiência e se, quando encontra, estas são satisfatórias. O questionário também dá a possibilidade da pessoa sugerir um assunto para uma futura editoria sobre deficiência, se conhece a *Revista Incluir* e de qual forma faz a leitura e, se na opinião dela, o público deficiente é bem representado pela mídia no Brasil.

### **6.1.3 Aplicação do Questionário On-line na APAE de Nova Hartz/RS**

A aplicação do questionário na APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Hartz/RS foi feita nos dias 11/04/17, na parte da manhã, e no dia 18/04/17, durante o dia todo. Assim, é possível entrevistar 18 dos 19 alunos que estudam na instituição. Destes 18, 12 têm diagnóstico de deficiência intelectual associada a outra deficiência.

Considerando que a deficiência intelectual exige uma maior adaptação e construção do entendimento, o pesquisador conta com o apoio do psicólogo da instituição senhor Guilherme Schmidt, que intermedia sua aplicação.

### **6.1.4 Aplicação do Questionário On-line na LEME de Novo Hamburgo/RS**

Na LEME – Associação dos Lesados Medulares de Novo Hamburgo/RS a aplicação ocorreu no período da manhã do dia 20/04/17. Participam da pesquisa 13 associados, todos com perfil para a deficiência física, pois, na sua maioria, são lesados medulares, vítimas de acidentes automobilísticos. Mas também aparecem casos de tetraplegia, acidente de trabalho, amputação, que resultam na perda total ou parcial dos movimentos dos membros inferiores.

Cabe ressaltar que, na LEME, a aplicação ocorreu de forma rápida e tranquila, pois nenhum dos entrevistados possui algum tipo de deficiência intelectual, fato que demandaria maior atenção na aplicação.

### **6.1.5 Aplicação do Questionário On-line nas Empresas Coureiro Calçadistas de Nova Hartz/RS**

A cidade de Nova Hartz/RS, onde reside o pesquisador, está localizada no Vale dos Sinos. Ela é um dos principais polos calçadistas da região, contando com três empresas do ramo com aporte nacional. Essas empresas têm política de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Para não identificar as empresas, devido a políticas internas, as mesmas serão tratadas aqui através de números: “Empresa 1”, “Empresa 2” e “Empresa 3”. O contato inicial com as empresas se dá via telefone. Desta forma, o pesquisador informa sobre sua pesquisa e manifesta interesse em aplicá-la junto às empresas. Os outros contatos para a aplicação dos questionários são feitos via e-mail.

A Empresa 1 não mostrou interesse na participação na pesquisa, sendo que o pesquisador se dispôs a ir na empresa fazer a aplicação e tirar qualquer tipo de dúvida sobre a pesquisa. A Empresa 2 informou que aceitaria participar, mas que não liberaria a aplicação dentro da empresa. Assim, solicitou ao pesquisador que levasse até ela os questionários impressos e depois voltasse para buscar os resultados. A Empresa 3, por sua vez, disponibilizou as dependências da empresa para a aplicação da pesquisa.

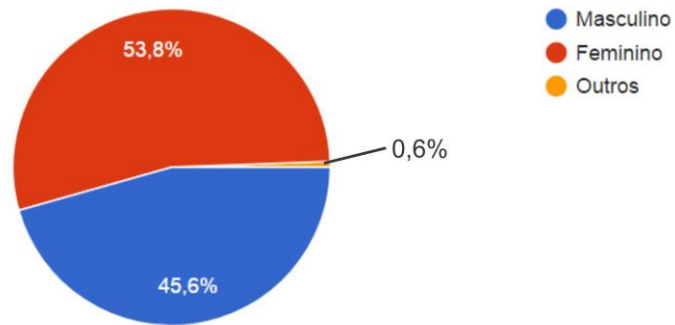
A Empresa 2, conta com 48 funcionários com algum tipo de deficiência e, destes, 44 responderam a pesquisa. Já na Empresa 3 foram entrevistados 13 dos 19 funcionários que possuem deficiência, sendo que os seis restantes trabalham em turnos adversos à aplicação da pesquisa, feita na tarde do dia 26/05/2017.

#### **6.1.6 Resultado do Questionário On-line**

Considerando os 30 dias em que o questionário ficou disponível, o pesquisador alcançou o número de 331 respostas. Essas respostas geraram gráficos que são apresentados a seguir.

### Gráfico 7 - Sexo

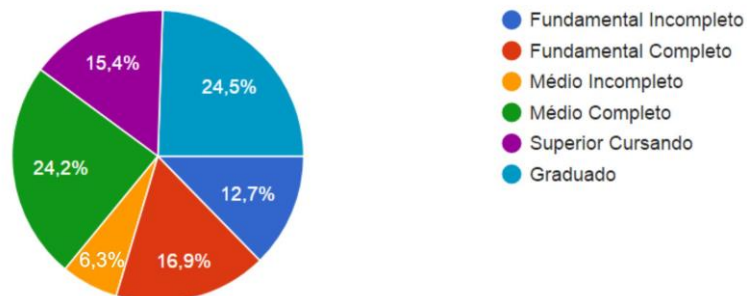
Qual seu sexo? (331 respostas)



O gráfico acima demonstra o nível de participação na pesquisa, sendo que, na sua maioria, os votantes são mulheres.

### Gráfico 8 - Escolaridade

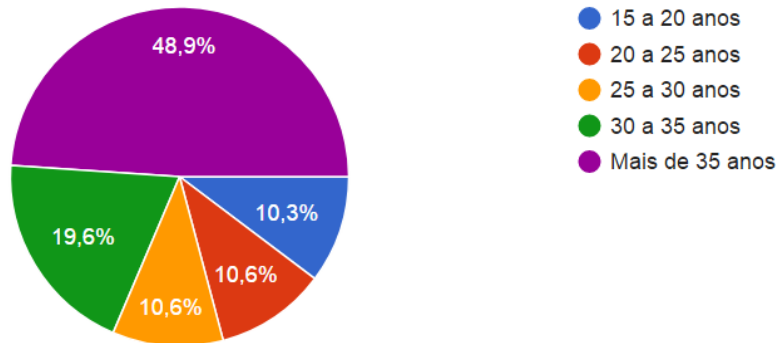
Qual sua escolaridade? (331 respostas)



Na questão da escolaridade, percebe-se que a maioria tem algum tipo de graduação e, de modo geral, os participantes possuem um grau de instrução que possa dar a eles autonomia.

### Gráfico 9 - Faixa Etária

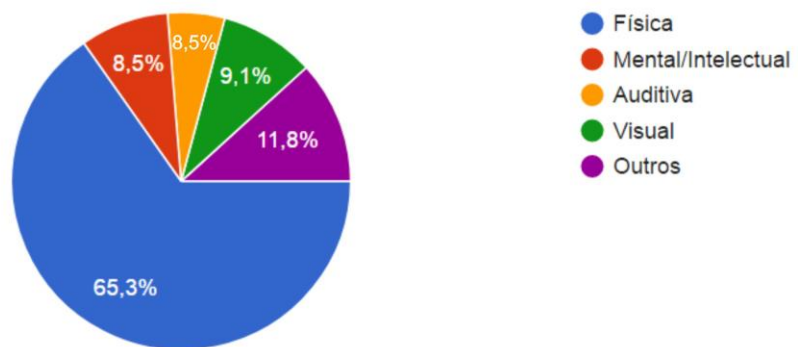
Qual a sua faixa etária? (331 respostas)



Na faixa etária é predominante a participação de pessoas com mais de 35 anos e, ainda, na faixa entre 30 e 35 anos. Os demais demonstram baixa participação.

### Gráfico 10 - Tipos de Deficiência

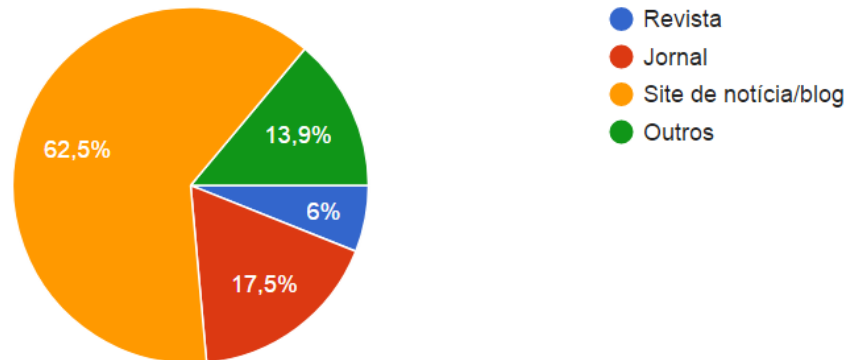
Qual a sua deficiência? (331 respostas)



No item tipos de deficiência prevalecem as deficiências físicas e visuais, vistas que essas são a maioria no país. E que, em ambas, não há dificuldade mental para a assimilação e compreensão do formulário.

### Gráfico 11 - O que você costuma ler

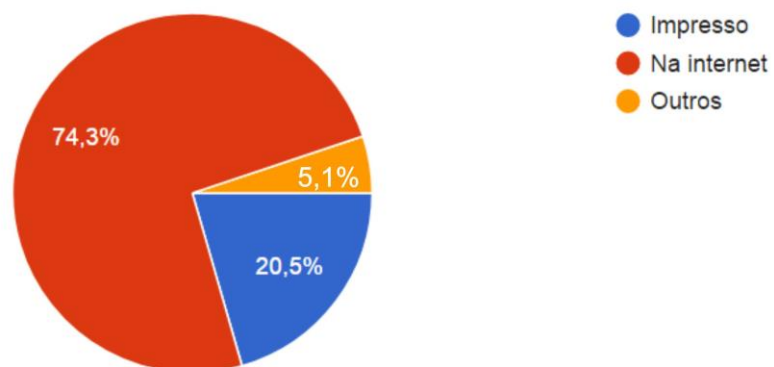
O que você costuma ler? (331 respostas)



Nos tipos de leitura destacam-se os sites de notícias e blogs, confirmando o acesso a internet de modo geral. Mas, cabe ressaltar que a leitura do jornal ainda está presente na vida das pessoas – o que não é o mesmo caso da revista.

### Gráfico 12 - Como você costuma ler

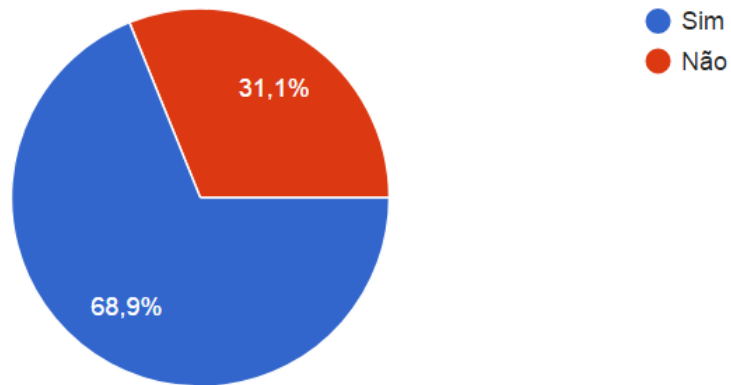
Como você costuma ler? (331 respostas)



A hipótese levantada acima, sobre o uso da internet, se confirma pelo fato de 74,3% dos participantes terem dito que leem na internet. No caso dos deficientes visuais, que são a maioria, para usar a internet os mesmos utilizam softwares que fazem a leitura das páginas.

**Gráfico 13 - Você procura publicações sobre deficiência**

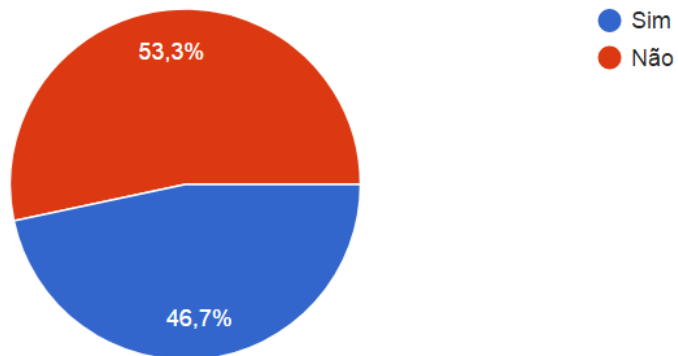
Você procura publicações sobre pessoa com deficiência?



A pesquisa também mostrou que os deficientes buscam informações sobre a sua própria deficiência ou sobre outras.

**Gráfico 14 - As publicações são satisfatórias**

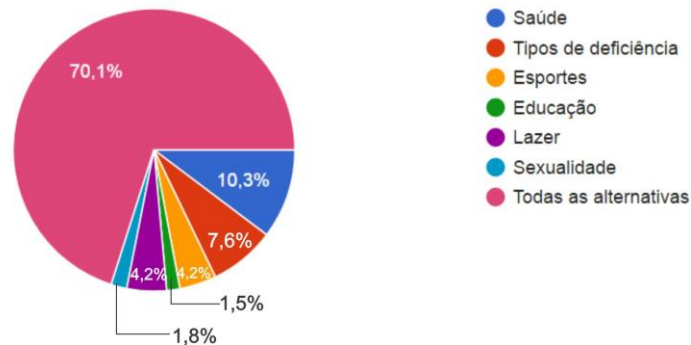
As publicações que você encontra são satisfatórias? (225)



Quando perguntados sobre a satisfação destas publicações, há um equilíbrio entre os votos. Porém, mais da metade não estão satisfeitos com o conteúdo oferecido pela mídia.

### Gráfico 15 - Sobre os assuntos para compor uma editoria

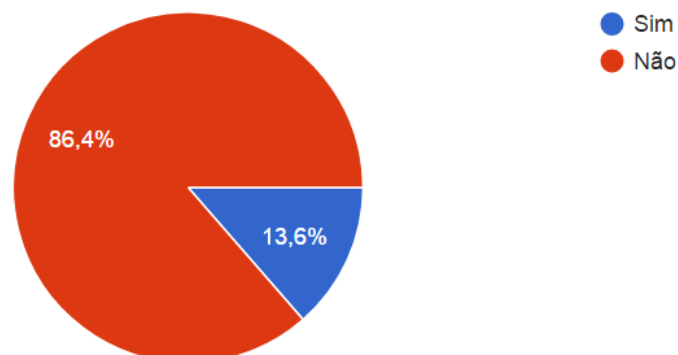
Na sua opinião, qual assunto deveria compor uma editoria sobre deficiência?  
(331 respostas)



Sobre a possibilidade de opinar sobre temas para a composição de uma editoria sobre deficiência em algum jornal ou revista, foram ofertadas opções como: saúde, tipos de deficiência, esportes, educação, lazer, sexualidade ou todas as alternativas. Percebe-se, através dos votos, que todos esses assuntos despertam o interesse do público.

### Gráfico 16 - Você conhece a Revista Incluir

Você conhece a Revista Incluir (331 respostas)

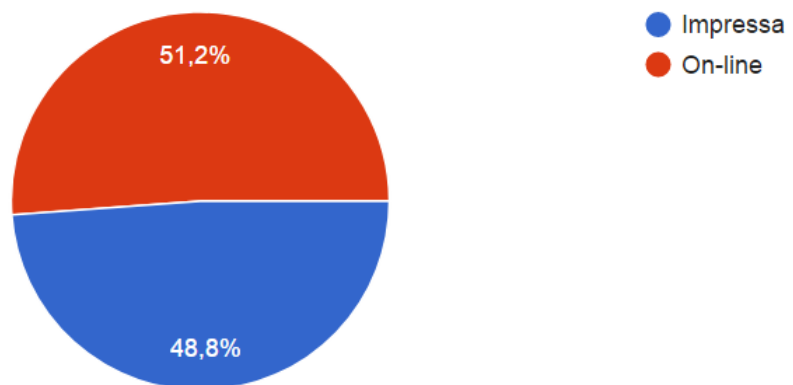


Essa pergunta tem relação com o fato do público conhecer ou não a *Revista Incluir*, objeto de estudo deste trabalho. E, mesmo ela estando presente na internet de várias formas, o número de pessoas que declararam não conhecer é considerável.



### Gráfico 17 - Você costuma ler a Revista de qual forma

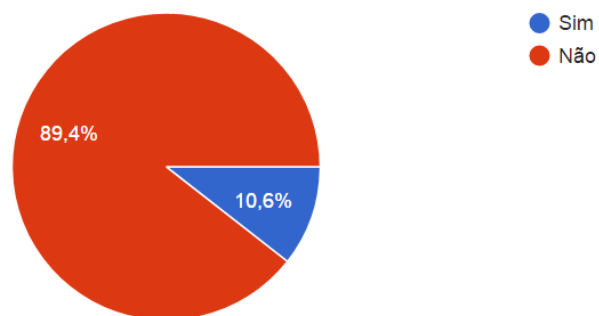
Você costuma ler a revista de qual forma? (43 respostas)



Essa pergunta foi direcionada para quem disse conhecer a *Revista Incluir* e, dentre essas respostas, destaca-se a paridade entre quem lê no impresso e no on-line.

### Gráfico 18 - O deficiente é bem representado pela mídia no Brasil

Na sua opinião, no Brasil o público deficiente está bem atendido pela mídia (331 respostas)



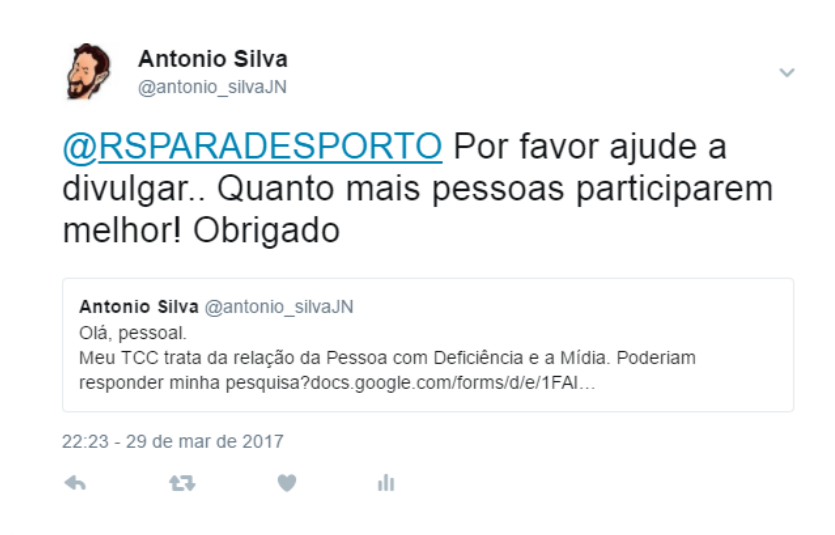
Conforme demonstra o gráfico acima, fica claro o descontentamento do deficiente com a mídia, pois separando os poucos veículos especializados, a grande mídia só dá espaço para o deficiente quando o mesmo tem ações transformadas em heroísmo ou em vitimismo.

#### 6.1.7 Diário de Pesquisa

O formulário on-line tem por objetivo dar voz às pessoas com deficiência, de forma que opinem à respeito da sua relação com a mídia, o consumo da mesma e sobre o que falta na mídia para atender às necessidades do público deficiente.

Desta forma, este pesquisador fez um levantamento de possíveis locais para a divulgação da pesquisa, que incluem locais físicos, como os que foram aplicados a pesquisa, assim como a busca via redes sociais. Para isso, são mapeados diversos grupos no Facebook, além da busca de pessoas ligadas à causa no Twitter. Após esse levantamento, o pesquisador começa a enviar mensagens, buscando a divulgação da pesquisa. Muitos destes ajudaram e contribuíram na divulgação, mas outros nem sequer tentaram. Abaixo são mostrados alguns prints<sup>17</sup> de pessoas e instituições que poderiam contribuir, mas que sequer responderam o pesquisador.

**Figura 2 - Print do Twitter RS Paradesporto**

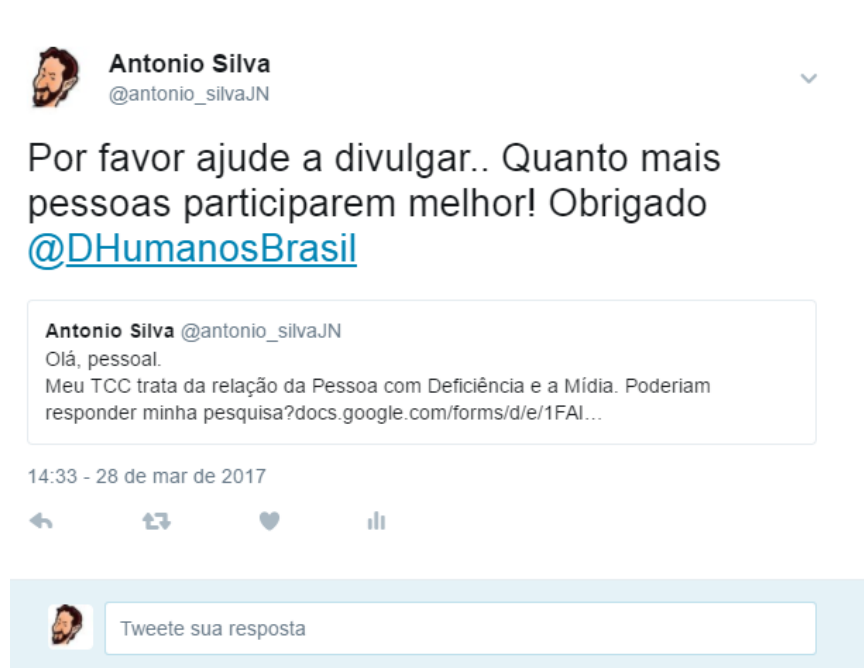


Acima demonstra-se um print de uma possibilidade de contato com a entidade intitulada RS Paradesporto da cidade de Porto Alegre/RS, que tem por objetivo promover acessibilidade, cidadania, inclusão, paradesporto, direitos e participação através do esporte. Porém, o pesquisador não obteve nenhum tipo de resposta. O contato é feito pelo fato de que a entidade citada trabalha diretamente com pessoas com deficiência, público-alvo da pesquisa.

---

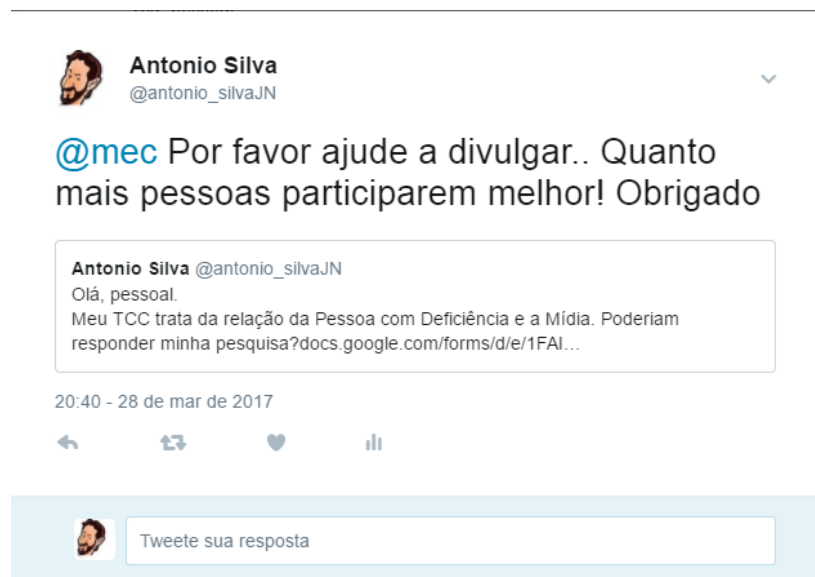
<sup>17</sup> Uma tecla que significa imprimir tela, salvar, após conclusão, de acordo com o site Dicionário Informal.

**Figura 3 - Print do Twitter Secretaria dos Direitos Humanos**



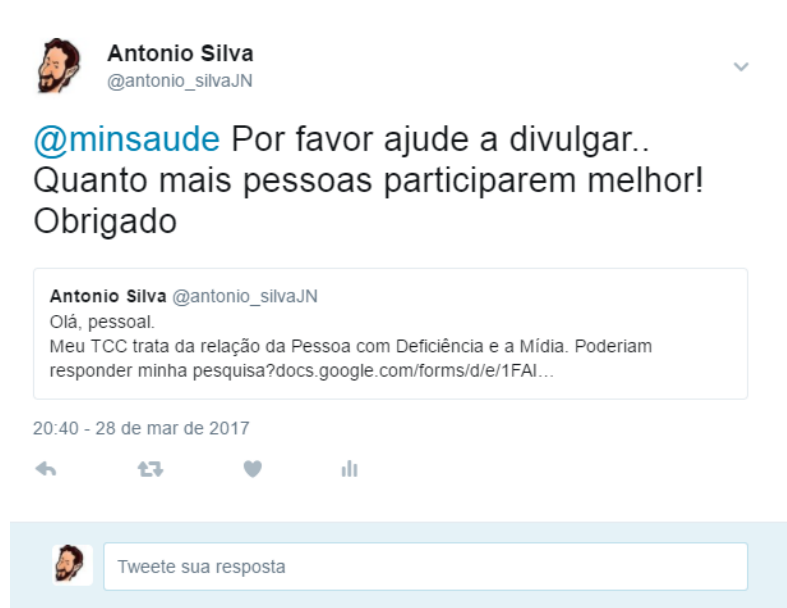
Outro órgão governamental tentado via Twitter é a Secretaria de Direitos Humanos, mas, da mesma forma, o pesquisador não obteve nenhuma resposta.

**Figura 4 - Print do Twitter Ministério da Educação**



Seguindo a tentativa de divulgação e maior abrangência da pesquisa, ainda há a tentativa de contato com o Ministério da Educação. Também sem resposta.

**Figura 5 – Print do Twitter Ministério da Saúde**



As deficiências são questões de saúde, e além disso, é direito de todos o acesso a saúde. Por isso, também houve a tentativa de contato com o Ministério da Saúde, mas sem sucesso.

**Figura 6 - Print do Twitter Ministério do Trabalho**



Seguindo as possibilidades de ampliação da pesquisa e, conseqüentemente, maior abrangência de público, há a tentativa de contato com o Ministério do Trabalho, sem sucesso.

**Figura 7 - Print do Twitter Ministério do Esporte**



Outro órgão federal tentado é o Ministério do Esporte e, novamente, não houve sucesso na tentativa.

**Figura 8 – Print do Twitter Time Brasil**



O perfil do Twitter do Time Brasil é a conta oficial dos atletas olímpicos brasileiros. Desta forma, tem um alcance muito grande, além disso, deficiência e esporte sempre se demonstraram bons parceiros, porém, o pesquisador não obteve nenhum tipo de resposta.

**Figura 9 – Print do Twitter Senador Romário**



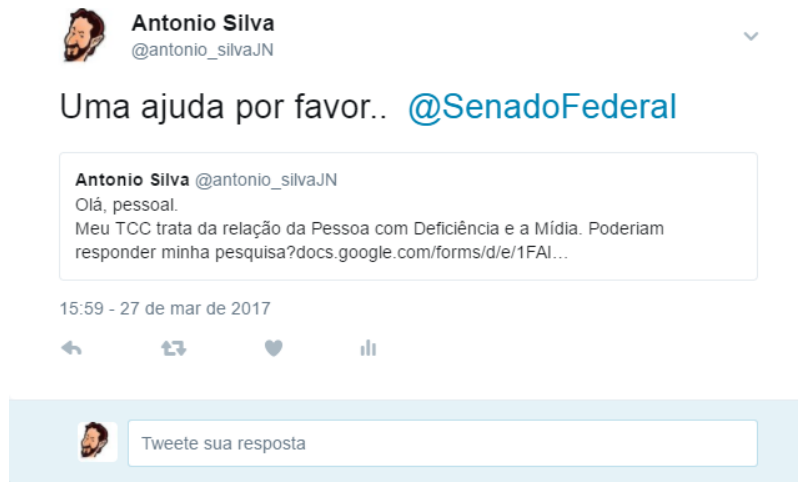
O ex-jogador de futebol Romário Faria, atual Senador pelo estado do Rio de Janeiro, sempre levantou a bandeira de apoio às pessoas com deficiência, também pelo fato de ter uma filha com Síndrome de Down. Porém, ao se tentar contato para a pesquisa, não houve retorno.

**Figura 10 – Print do Twitter Deputados(as) Maria do Rosário, Jean Wyllys e Mara Gabrilli**



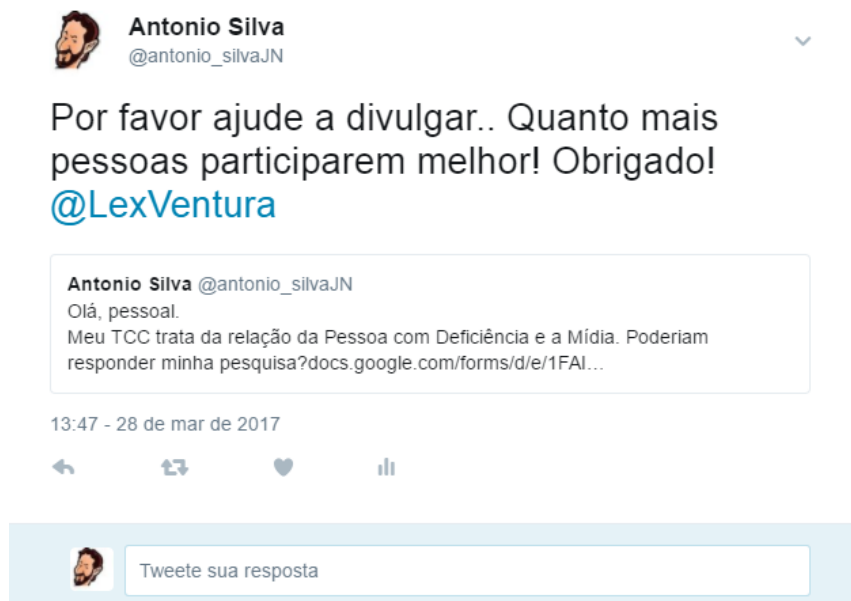
Os três deputados acima citados têm destaque na defesa da luta de direitos sociais, em especial, Mara Gabrilli deputada federal pelo PSDB/ São Paulo, que é tetraplégica e, assim como Romário, levanta a bandeira de apoio à pessoa com deficiência. Em nenhum dos casos houve qualquer tipo de retorno.

### Figura 11 - Print do Twitter Senado Federal



Assim como as outras instituições tentadas, o Senado Federal via Twitter não apresentou nenhuma resposta referente à pesquisa.

### Figura 12 - Print do Twitter Blog Vencer Limites

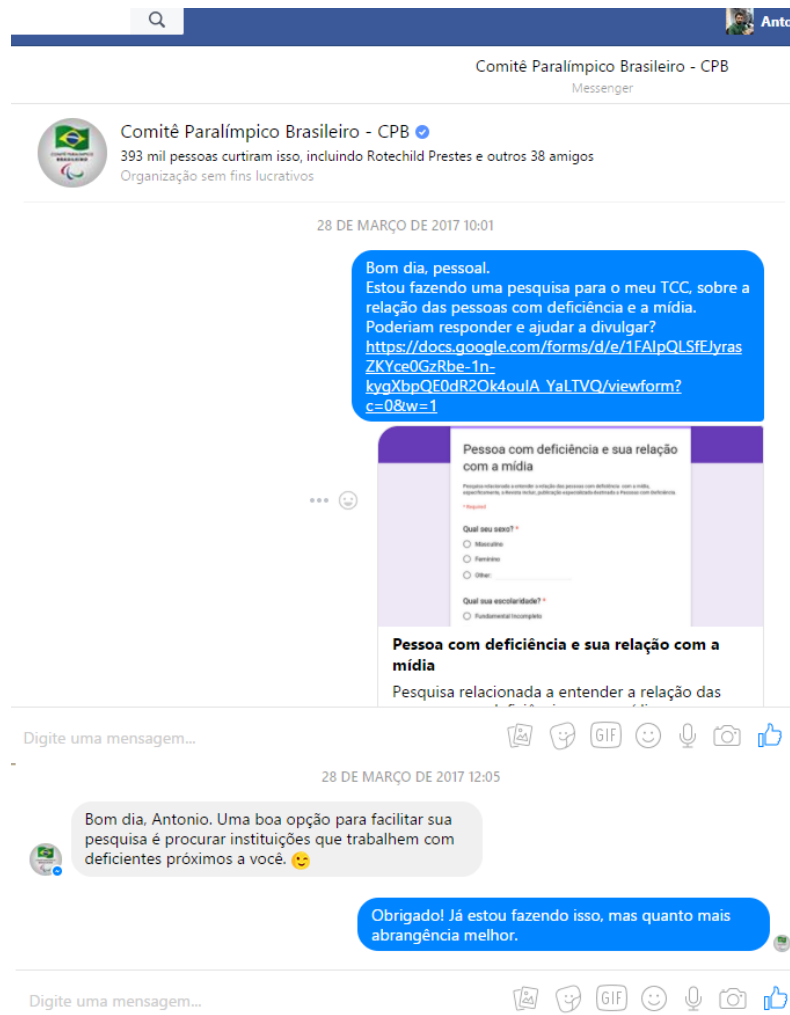


A tentativa com o @LexVentura se deu pelo fato deste ser o blog Vencer Limites, no site do jornal Estadão. O mesmo é alimentado por um jornalista que possui uma deficiência chamada Síndrome de Charcot-Marie-Tooth<sup>18</sup>. O blog também não respondeu à tentativa.

<sup>18</sup> A Doença de Charcot-Marie-Tooth é um grupo de desordens progressivas que afeta os nervos periféricos e que se torna aparente na adolescência ou no início da idade adulta. Os sintomas podem variar na severidade, mesmo entre pessoas da mesma família. A maioria dos indivíduos afetados apresenta alteração física moderada. Uma pequena porcentagem apresenta fraqueza ou outros problemas, sendo que a expectativa de vida da maioria não é alterada. Informação do site Centro de Genomas.

Apesar desses percalços, a pesquisa no Twitter fluiu bem, pois a tentativa com esses citados acima tinha por objetivo realmente buscar uma abrangência ainda maior e, conseqüentemente, alcançar mais público. A mesma tentativa foi feita via Facebook, com algumas instituições ligadas a pessoa com deficiência e o resultado não foi muito diferente.

**Figura 13 - Print do Facebook Comitê Paralímpico Brasileiro**



Seguindo a busca por locais onde poderia ser divulgado a pesquisa, o Comitê Paralímpico Brasileiro é um excelente local, pois esta entidade é responsável pelos atletas paralímpicos. Pensando nisso, este pesquisador enviou uma mensagem solicitando a divulgação da pesquisa. A resposta dada chega a ser irônica.



## Figura 14 - Print do Facebook AACD Região Sul

**AACD** Aacdrs Região Sul  
4,6 mil pessoas curtiram isso, incluindo Rotechild Prestes e outros 3 amigos  
Organização sem fins lucrativos

28 DE MARÇO DE 2017 20:23

Boa noite, pessoal.  
Me chamo Antonio, sou deficiente físico, e estou elaborando meu TCC em jornalismo, que trata sobre pessoas com deficiência e sua relação com a mídia. Esse trabalho compõe uma pesquisa de opinião, vocês poderiam me ajudar divulgando ela para os pacientes da AACD?  
Segue o formulário:  
[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfEJyrasZKYce0GzRbe-1n-kygXbpQE0dR2Ok4ouIA\\_YaLTVO/viewform?c=0&w=1](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfEJyrasZKYce0GzRbe-1n-kygXbpQE0dR2Ok4ouIA_YaLTVO/viewform?c=0&w=1)  
Caso haja alguma dúvida, estou a disposição para esclarecer e ajudar no que for preciso.  
Abraço a todos, obrigado pela atenção.

\*\*\* 😊

Pessoa com deficiência e sua relação com a mídia

Qual seu sexo? \*

Masculino

Feminino

29 DE MARÇO DE 2017 08:26

Bom dia, Antônio. Agradecemos sua mensagem. Infelizmente não poderemos ajudá-lo, pois não é permitido a abordagem de pacientes para assuntos não relacionados a Instituição. Obrigado.

Bom dia! Obrigado pelo retorno!

Também foi feito contato com a AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente da Região Sul. A instituição respondeu prontamente, mas, por questões legais não haveria a possibilidade de aplicação do questionário.

## Figura 15 - Print do Facebook ANDE

ANDE - Associação Nacional de Desporto para Deficiente

Facebook

**ANDE** - Associação Nacional de Desporto para Deficientes  
11 mil pessoas curtiram isso, incluindo Rotechild Prestes e outros 4 amigos  
Organização

27 DE MARÇO DE 2017 09:32

Bom dia, pessoal.  
Me chamo Antonio Silva moro em Nova Hartz/RS. Estou concluindo minha graduação em Jornalismo, meu tema do TCC é: Jornalismo Especializado e Pessoa com Deficiência, estou desenvolvendo uma pesquisa sobre o tema, poderiam me ajudar respondendo:  
Essa é minha pesquisa:  
[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfEJyrasZKYce0GzRbe-1n-kygXbpQE0dR2Ok4ouIA\\_YaLTVO/viewform?c=0&w=1](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfEJyrasZKYce0GzRbe-1n-kygXbpQE0dR2Ok4ouIA_YaLTVO/viewform?c=0&w=1)

Pessoa com deficiência e sua relação com a mídia

Qual seu sexo? \*

Masculino

Feminino

Outro

Qual sua escolaridade? \*

Fundamental/Incompleto

Contato feito com a ANDE – Associação Nacional de Desporto para Deficientes. Sem resposta.

Essas são algumas das demonstrações de tentativas de contato deste pesquisador para a divulgação da pesquisa. Houve outras, porém, não serão apresentadas aqui para que não fique repetitivo. Mas, com estas amostras é possível perceber o quanto essas pessoas e/ou instituições levam a sério a questão da deficiência, pois é muito comum ver seus representantes reclamarem que não ganham espaços, que suas reivindicações não são ouvidas e que faltam pessoas para trabalhar pela causa. Mas, e quando há interesse, tem resposta? Tem envolvimento destas pessoas e/ou instituições? Estão abertas a diálogo? Pelo que se pode perceber neste diário a resposta é não.

### 6.1.8 Deficientes na Universidade Feevale

A Universidade Feevale conta com um núcleo especializado para atendimento de pessoas com deficiência que ingressem na universidade. O NUAP – Núcleo de Acessibilidade e Permanência, que tem como diretriz:

Articular ações que potencializem o processo de aprendizagem do aluno, compreendendo que a aprendizagem é um processo subjetivo e, também, é um espaço de acompanhamento dos acadêmicos que possam indicar questões diferenciadas de aprendizagem, bem como os acadêmicos com necessidades educacionais especiais, desde o Processo Seletivo do vestibular, até a conclusão de sua trajetória acadêmica. O núcleo ainda desenvolve ações voltadas ao nivelamento dos alunos com defasagem de conteúdo do ensino médio.

Em acompanhamento no ano de 2017, o Núcleo de Acessibilidade e Permanência, possui 165 alunos, conforme tabela abaixo:

**Tabela 3 - Lista de deficiências acompanhadas pelo NUAP na Universidade Feevale**

CONDUTAS TÍPICAS	<b>4</b>
DEFICIÊNCIA AUDITIVA - Faz uso de aparelho	<b>14</b>
DEFICIÊNCIA FÍSICA - Mobilidade reduzida	<b>48</b>
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	<b>6</b>
DEFICIÊNCIA VISUAL	<b>23</b>
DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	<b>58</b>

DISLEXIA	<b>3</b>
SURDEZ - Faz uso Intérprete	<b>8</b>
MULTIPLAS	<b>3</b>
SÍNDROME DE ASPERGER	<b>2</b>

**Fonte: Núcleo de Acessibilidade e Permanência – NUAP**

**Tabela 4 - Outros atendimentos feitos pelo NUAP na Universidade Feevale**

ORIENTAÇÕES GERAIS DE ESTUDO	<b>1</b>
PROBLEMAS EMOCIONAIS	<b>1</b>
OUTROS - LUPUS SISTÊMICO	<b>1</b>
VULNERABILIDADE SOCIAL	<b>1</b>
OBESIDADE	<b>2</b>
BAIXA ESTATURA	<b>1</b>

**Fonte: Núcleo de Acessibilidade e Permanência - NUAP**

Os dados apresentados acima demonstram que a Universidade Feevale cumpre com seu papel de inclusão de pessoas com deficiência, tanto pela criação de um espaço específico para isso, quanto no acompanhamento e assistência oferecida a esses alunos. No Apêndice C deste trabalho há uma entrevista com a coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Permanência da Universidade Feevale – NUAP. Na entrevista, há a explicação sobre o núcleo, diretrizes, acompanhamentos e ações de acessibilidade.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos seis exemplares da *Revista Incluir*, de aplicar o método quantitativo e qualitativo através da análise de conteúdo de Bardin, de analisar a pesquisa de opinião, bem como de fazer a análise dos resultados em cada categoria, foi possível entender como o público deficiente é tratado por esta mídia e como os deficientes se vêem na mesma.

Na primeira categoria foram apresentados os tipos de deficiência presentes nas edições da *Revista Incluir* e, assim como mostram as pesquisas do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é possível perceber que a revista é pautada pelas principais deficiências presentes no país: visual e física. Mas, cabe salientar que ela também abre espaço para deficiências pouco conhecidas pela população de modo geral. Desta forma, a *Revista Incluir* cumpre com seu papel informativo.

Cabe ressaltar que nas outras categorias a *Revista Incluir* também busca apresentar e trabalhar com os conceitos de acessibilidade, tanto no acesso ao conteúdo, quanto nas matérias, que sempre levam em considerações as ações acessíveis de cada local ou ação. Neste quesito de atividades profissionais que envolvem pessoas com deficiência, a mesma apresentou uma grande reportagem que mostrava várias pessoas de diferentes deficiências desempenhando diversas atividades. Porém, essa prática não é comum nas outras edições.

A categoria vestuário e moda foi a que menos apresentou matérias, apesar de haver um grande interesse do público deficiente por esse assunto, pelo fato de que as pessoas buscam roupas que se adaptem às suas necessidades. Esse interesse é comprovado pelos inúmeros eventos de moda inclusiva que ocorrem pelo país.

Na categoria propagandas a *Revista Incluir* apresenta mais de 80% dos seus anúncios destinados às pessoas com deficiências, que vão desde cadeiras de rodas, próteses, eventos, anúncios de vagas de trabalho e inclusão no mercado. Já na categoria entretenimento e esporte, a *Revista Incluir* apresenta vários esportes, tanto para pessoas com deficiência e também para não deficientes, além de indicações de filmes, livros, cultura e teatro no entretenimento. Destaca-se que as matérias sobre turismo sempre focam na questão acessibilidade.

Este trabalho também propôs uma pesquisa de opinião, feita através de formulário eletrônico divulgado nas redes sociais do pesquisador e em outros meios que trabalhassem com a temática da Pessoa com Deficiência. Através deste

formulário foi possível entender o posicionamento do deficiente em relação à mídia e como ele se relaciona com ela.

É notável a insatisfação deste público ao falar de como se vê representado na mídia, pois, segundo seus depoimentos, falta informação qualificada. Também é possível perceber que muitos deles têm pouco conhecimento sobre a sua própria deficiência e até mesmo sobre a terminologia “PCD”, nomenclatura usada para definir “Pessoa com Deficiência”. Em conversas informais foram perguntadas várias vezes sobre a sigla e muitos não sabiam seu significado. Ainda foi possível identificar como eles encaram a deficiência, onde e como mais se informam e o que gostariam de saber sobre o assunto.

Ao final desse trabalho foi possível confirmar as hipóteses estudadas, pois faltam veículos de qualidade e de grande abrangência, que falem sobre a causa das pessoas com deficiência, com caráter informativo e construtivo, sem uso de “coitadismo ou heroísmo” e até mesmo abordando o assunto sem conhecimento. Assim, também foi possível identificar a necessidade de especialização jornalística nessa área por dois motivos: para que o conteúdo tenha qualidade e também para que se tenha conhecimento de terminologias, normas técnicas e não se trate o deficiente como um incapaz.

A *Revista Incluir* cumpre com esse papel, pois fala de um grande leque de deficiências e tem variedades de matérias e temas. Além disso, todos os profissionais que trabalham na revista recebem uma cartilha, a qual contém várias informações sobre deficiências.

Como pode ser visto, ao final de uma pesquisa surgem novos questionamentos, abrindo possibilidades para novas pesquisas e visto que o público deficiente abrange mais de 45 milhões de pessoas no Brasil, novas pesquisas seriam amplamente viáveis ao fato de entender esse público e todas as suas peculiaridades. Através delas seria possível entender melhor cada caso, adaptar as mídias, produzir conteúdo de qualidade, informar, divertir, orientar e principalmente combater o preconceito, principal entrave da inclusão, e oriundo da falta de conhecimento.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABIAHY, Ana Carolina de Araújo. **O jornalismo especializado na sociedade da informação.** *Online.* 2000. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf>> Acesso em: 03 de ago. 2016.

ALI, Fátima. **A Arte de Editar Revistas - Um Guia para jornalistas, diretores de redação, diretores de arte, editores e estudante.** São Paulo: Editora Nacional, 2009.

AMARAL, Ligia Assumpção. **Conhecendo a deficiência (em companhia de Hercules).** São Paulo: Rode, 1995.

ASSIS, Francisco; **Primórdios do Jornalismo Diversional no Brasil: Uma introdução à luz de desacordos.** *Online.* 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/Primordios%20do%20jornalismo%20diversional%20no%20Brasil%20uma%20introducao%20a%20luz%20de%20desacordos.pdf/view>> Acesso em: 11 de jan. 2017.

AZUBEL, Larissa Lauffer Reinhardt. **Jornalismo de Revista: Um olhar complexo.** *Online.* 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/58942/64212>> Acesso em: 18 de jan. de 2017.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica 2 As Técnicas do Jornalismo.** São Paulo: Editora Ática, 1990.

BAPTISTA, Íria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. **A História das Revistas no Brasil: Um Olhar sobre o segmentado Mercado Editorial.** *Online.* s/d. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/baptista-iria-abreu-karen-a-historia-das-revistas-no-brasil.pdf>> Acesso em: 26 de jan. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Portugal: Edições 70, 2004.

\_\_\_\_\_. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Almedina Brasil, 2016.

BELTRÃO, Luiz. **A imprensa Informativa.** São Paulo: Editor Folco Massucci, 1969.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo Interpretativo: Filosofia e Técnica.** Porto Alegre: Sulina, 1976.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo Opinativo.** Porto Alegre: Sulina, 1980.

BRASIL. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Decreto nº 3.956/2001 de 08 de Outubro de 2001. *Online.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm)> Acesso em: 16 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo.** Decreto nº 186/2008 de 09 de Julho de 2008. *Online.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm)> Acesso em: 16 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.** Portaria nº N° 2.344/2010 de 03 de Novembro de 2010. *Online.* Disponível em: <[http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port\\_2344\\_pcd.pdf](http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port_2344_pcd.pdf)> Acesso em: 26 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Presidência da República.** Decreto nº 5.296/2004 de 02 de Dezembro de 2004. *Online.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Presidência da República.** Lei nº 8213/91 de 24 de Julho de 1991. *Online.* Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)> Acesso em: 16 mar. 2017.

CARDOSO, Vinícius Debaradin. **A Reabilitação de Pessoas com Deficiência Através do Desporto Adaptado.** *Online.* 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v33n2/17.pdf>> Acesso em: 08 de mai. 2017.

CENSO 2010, Cartilha do. **Pessoa com Deficiência.** *Online.* 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>> Acesso em: 14 mar. 2017.

CENTRO DE GENOMAS. **Doença de Charcot-Marie-Tooth.** *Online.* Disponível em: <[http://www.centrodegenomas.com.br/m1866/testes\\_geneticos/doenca\\_de\\_charcot-marie-tooth](http://www.centrodegenomas.com.br/m1866/testes_geneticos/doenca_de_charcot-marie-tooth)> Acesso em: 10 mai. 2017.

COSTA, Lailton Alves da. **Gêneros Jornalísticos.** São Paulo: In Gêneros Jornalísticos no Brasil, org: José Marques de Melo e Francisco de Assis, 2013.

COSTA, Lailton Alves da; LUCHT, Janine Marques Passini. **Gênero Interpretativo.** São Paulo: In Gêneros Jornalísticos no Brasil, org: José Marques de Melo e Francisco de Assis, 2013.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Nota.** *Online.* Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/nota/>> Acesso em: 26 jan. 2017.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Hemiplegia.** *Online.* Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/hemiplegia/>> Acesso em: 05 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Hemiparesia.** *Online.* Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/hemiparesia/>> Acesso em: 05 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Monoplegia.** *Online.* Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/monoplegia/4954/>> Acesso em: 05 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Monoparesia.** *Online.* Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/monoparesia/8882/> Acesso em: 05 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Ostomia.** *Online.* Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/ostomia/> Acesso em: 05 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Paraparesia.** *Online.* Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/paraparesia/> Acesso em: 05 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Paraplegia.** *Online.* Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/paraplegia/> Acesso em: 05 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Print.** *Online.* Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/print+screen/> Acesso em: 10 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Tetraparesia.** *Online.* Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/tetraplegia/> Acesso em: 05 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Triparesia.** *Online.* Disponível em: <https://www.priberam.com/dlpo/triparesia> Acesso em: 05 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Triplegia.** *Online.* Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/triplegia/8236/> Acesso em: 05 mai. 2017.

ERBOLATO, Mário. **Jornalismo Especializado: Emissão de textos no jornalismo impresso.** São Paulo: Atlas, 1981.

FERREIRA, Fábio Gonçalves. **Gêneros Jornalísticos no Brasil: Estado da Arte.** *Online.* 2012. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/bibliocom/article/view/1194/114>. Acesso em: 26 out. 2016.

GIMENES, Antonia Maria; BECHARA, Matheus Toledo; ÁVILA, Renato Nogueira Perez; RODRIGUES, Bruna Cardoso; ARAÚJO, Deise Cristina dos Santos. **A Dificuldade da Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho.** *Online.* s/d. Disponível em: [https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol\\_33\\_1426199840.pdf](https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426199840.pdf) Acesso em: 08 mai. 2017.

GRADIM, Anabela. **Manual de Jornalismo.** *Online.* 2000. Disponível em: [http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/gradim\\_anabela\\_manual\\_jornalismo.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/gradim_anabela_manual_jornalismo.pdf) Acesso em: 04 jan. 2017.

HENRIQUE, Cláudio. **Revistas semanais – a notícia em sete dias.** In Deu no Jornal – O jornalismo impresso na era da Internet, org: Álvaro Caldas. São Paulo: Edições Loyola, 2002.



IBGE. **Censo Demográfico 2010.** *Online.* Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 04 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010 - Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência.** *Online.* Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf)> Acesso em: 04 jan. 2017.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e Técnica da Notícia 3ª edição.** Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LODI, João Bosco. **A Entrevista Teoria e Prática.** São Paulo: Pioneira, 1986.

MAFFEI, Simone Thereza Alexandrino; **O Produto da Moda para o Portador de Deficiência Física: Análise do Desconforto.** *Online.* 2010. Disponível em: <<https://www.faac.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/MestradoeDoutorado/Design/Dissertacoes/simone-thereza-alexandrino-maffei.pdf>> Acesso em: 08 mai. 2017.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros Jornalísticos no Brasil.** São Paulo: Universidade Metodista, 2015.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinativo.** *Online.* s/d. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/62191117/Jose-Marques-de-Melo-Jornalismo-Opinativo-Capitulo-IV>> Acesso em: 09 jan. 2017.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. **Gêneros Jornalísticos: repensando a questão.** *Online.* 2001. Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3196/3196.PDF>> Acesso em: 26 out. 2016.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista O Diálogo Possível.** São Paulo: Editora Ática, 1990.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Definição do Conceito de Deficiência.** *Online.* 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defcontexto.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2017.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revista: A segmentação da cultura no século XX.** São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2001.

MORAES, Fernando Antônio de Andrade. **A Importância da Acessibilidade na Cidade.** *Online.* s/d. Disponível em: <[https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo\\_33.pdf](https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_33.pdf)> Acesso em: 08 mai. 2017.

NASCIMENTO, Ruan Emmanuel Santos do. **Gêneros jornalísticos no globoesporte.com: hibridismo nas notícias da copa do mundo de 2014.** *Online.* 2014. Disponível em: <[http://biblioteca.feevale.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024\\_1](http://biblioteca.feevale.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1)> Acesso em: 04 jan. 2017.

OLVEIRA, Antônia Maria de Fátima. **Acessibilidade – Comparação das Leis dos Países do Mercosul.** *Online.* 2008. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=044a23cadb567653>> Acesso em: 19 mar. 2017.

PAIM, Paulo. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Brasília/DF: 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa do trabalho científico acadêmico.** Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

RODRIGUES, Lorena Silva Bicalho. **Mudanças na Crítica do Jornal do Brasil (1930): Uma leitura a partir da semiótica da cultura.** *Online.* 2011. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4289/1/2011\\_LorenaSilvaBicalhoRodrigues.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4289/1/2011_LorenaSilvaBicalhoRodrigues.pdf)> Acesso em: 09 jan. 2017.

SALVADOR, Arlete; SQUARISI, Dad. **A Arte de Escrever Bem.** *Online.* 2005. Disponível em <<https://zellacoracao.files.wordpress.com/2009/03/a-arte-de-escrever-bem-dad-total.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista. 2.ed.** São Paulo: Contexto, 2004.

SITE REVISTA INCLUIR. **A revista.** *Online.* Disponível em: <<http://www.revistaincluir.com.br/arevista>> Acesso em: 02 fev. 2017.

SOUZA, Kleber Mazziero de. **Gêneros informativo e opinativo: a necessidade de transformação do discurso do jornal e da revista do jornal.** *Online.* 2013. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/soac/ocs/viewpaper.php?id=950&cf=26>> Acesso em: 18 fev. 2017.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. **O jornalismo especializado e a especialização periódistas.** *Online.* 2009. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **O jornalismo especializado e a mediação de um ethos na sociedade contemporânea.** *Online.* 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/1990/1091>> Acesso em: 03 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. **Percursos entre o Jornalismo e o Jornalismo Especializado.** *Online.* 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0648-1.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2016.

TRESCA, Laura Conde. **Gênero Informativo no Jornalismo Impresso – O Estado da Arte no Brasil.** *Online.* 2007. Disponível em: <<file:///J:/TCC/Genero%20Informativo%20no%20Jornalismo%20Impresso%20-%20O%20estado%20da%20arte%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em: 09 nov. 2016.

UNIVERSIDADE FEEVALE. **Núcleo de Acessibilidade e Permanência – NUAP.** Disponível em: <<http://www.feevale.br/institucional/acessibilidade/nucleo-de-acessibilidade-e-permanencia---nuap>> Acesso em: 10 mai. 2017.

VILAS BOAS, Sérgio. **O Estilo Magazine: O Texto em Revista.** São Paulo: Summus, 1996.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A: Tipos de Deficiências

**Deficiência Física:** Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/conceito-de-deficiencia-fisica/60977>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Síndrome de Down:** A síndrome de Down é causada pela presença de três cromossomos 21 em todas ou na maior parte das células de um indivíduo. Isso ocorre na hora da concepção de uma criança. As pessoas com síndrome de Down, ou trissomia do cromossomo 21, têm 47 cromossomos em suas células em vez de 46, como a maior parte da população. Disponível em: <<http://www.movimentodown.org.br/sindrome-de-down/o-que-e/>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Autismo:** O autismo é uma inadequacidade no desenvolvimento que se manifesta de maneira grave por toda a vida. Disponível em: <<http://www.autismoevida.org.br/p/autismo-definicao.html>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Paralisia Cerebral:** A Paralisia Cerebral (PC) é um dos mais importantes e frequentes problemas neurológicos, acarretando deficiências físicas e/ou mentais. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/fisioterapia/conceito-de-paralisia-cerebral/23976>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Poliomielite:** É uma doença infecto-contagiosa aguda, causada por um vírus que vive no intestino, denominado Poliovírus. Embora ocorra com maior frequência em crianças menores de quatro anos, também pode ocorrer em adultos. Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/poliomielite-sintomas-transmissao-e-prevencao>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Microcefalia:** Trata-se de uma malformação congênita, em que o cérebro não se desenvolve de maneira adequada. Neste caso, os bebês nascem com perímetro cefálico (PC) menor que o normal, que habitualmente é superior a 32 cm. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/links-de-interesse/1225-zika/21849-o-que-e-a-microcefalia>> Acesso em: 11 mar. 2017.

**Amputação:** Processo pelo qual se separa do organismo, parcial ou totalmente, mediante cirurgia, um membro ou outra parte do corpo. A amputação pode-se tornar necessária em consequência de ferimento grave, infecção, tumor, ou outras doenças. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/amputacao/>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Distrofia Muscular:** Distrofia muscular se refere ao grupo de doenças genéticas nas quais os músculos que controlam o movimento enfraquecem progressivamente. No geral, apenas os músculos de movimentos voluntários são afetados, mas algumas formas dessa doença também podem atingir o coração e outros órgãos de

movimentos involuntários. Disponível em: <<http://www.minhavidacom.br/saude/temas/distrofia-muscular>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Nanismo:** Condição de tamanho de um indivíduo cuja altura é muito menor que a média de todos os sujeitos que pertencem à mesma população. Admite-se que se pode chamar de nanismo quando o tamanho de um indivíduo tem uma estatura até 20% inferior à média dos mesmos indivíduos de sua espécie, à mesma idade. Na espécie humana, em termos de adultos, considera-se anão o homem que mede menos de 1,45 metro, e anã, a mulher com altura inferior a 1,40 metro. Disponível em: <<http://dicionariportugues.org/pt/nanismo>> Acesso em 11 mai. 2017.

**Artrogripose:** É o nome dado à malformação das articulações do bebê, ocasionando limitação de movimento e menor força muscular. Nesse quadro, o bebê tem dificuldade em mover as articulações devido a uma contratura. Disponível em: <<http://www.minhavidacom.br/saude/temas/artrogripose>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Déficits Cognitivos:** São alterações na maneira como o indivíduo processa uma informação. Está relacionado à inteligência. Envolve principalmente funções mentais como a memória, linguagem, raciocínio lógico e abstrato, atenção, percepção, capacidades executivas e capacidade visuo espacial. Disponível em: <<https://sheilarosskamp.wordpress.com/o-que-e-deficit-cognitivo/>> Acesso em: 12 mai. 2017.

**Síndrome de Dandy Walker:** Também chamada de complexo de Dandy Walker, consiste em uma malformação cerebral congênita que acomete o cerebelo e os espaços repletos de líquido circunvizinhos a ele. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/doencas/sindrome-de-dandy-walker/>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Esclerose múltipla:** É uma doença inflamatória crônica, provavelmente autoimune. Por motivos genéticos ou ambientais, na esclerose múltipla o sistema imunológico começa a agredir a bainha de mielina (capa que envolve todos os axônios) que recobre os neurônios, comprometendo a função do sistema nervoso. Disponível em: <<https://drauziovarella.com.br/doencas-e-sintomas/esclerose-multipla/>> Acesso em 12 mai. 2017.

**Deficiência Visual:** Inclui dois grupos de condições distintas – cegueira e baixa visão. A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/conceitos-e-caracteristicas-da-deficiencia-visual/44645>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Deficiência Auditiva:** É a perda parcial ou total da audição, causada por má-formação (causa genética), lesão na orelha ou nas estruturas que compõem o aparelho auditivo. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/273/o-que-e-deficiencia-auditiva>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Deficiência Intelectual:** Pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva costumam apresentar dificuldades para resolver problemas, compreender ideias abstratas (como as metáforas, a noção de tempo e os valores monetários), estabelecer relações sociais, compreender e obedecer a regras, e realizar atividades cotidianas - como, por exemplo, as ações de autocuidado. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/271/o-que-e-deficiencia-intelectual>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Mielomeningocele:** Também conhecida como espinha bífida aberta, é a malformação congênita da coluna vertebral da criança em que as meninges, a medula e as raízes nervosas estão expostas. Disponível: <<http://www.minhavidacom.br/saude/temas/mielomeningocele>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Hemiparesia:** Paralisia parcial de um lado do corpo. Disponível: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/hemiparesia/>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Surdocego:** A surdocegueira é uma deficiência única caracterizada pelo prejuízo de dois sentidos, a visão e audição simultaneamente e em graus de perda diferentes. Não se trata de uma pessoa surda que não pode ver e nem de uma cega que não pode ouvir, isto é, a surdocegueira não consiste na somatória das duas deficiências, podendo não haver a perda total dos dois sentidos. Disponível em: <<http://www.olhosdaalma.com.br/saibamais.php?id=67>> Acesso em: 12 mai. 2017.

**Tetra-Amelia:** Tetra-amelia é uma síndrome humana de rara ocorrência caracterizada por uma falha na formação embrionária, que acarreta a ausência dos quatro membros. Malformações em outras partes do corpo, como cabeça, coração, esqueleto, genitália e pulmões podem ocorrer concomitantemente. Disponível em: <[https://www.conhecimentogeral.inf.br/tetra\\_amelia/](https://www.conhecimentogeral.inf.br/tetra_amelia/)> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Deficiência Motora:** Deficiência motora refere-se à dificuldade ou até impossibilidade em mexer, controlar ou coordenar algum tipo de movimento motor. Esta incapacidade pode ser transitória ou permanente e pode ser congênita ou adquirida por acidente ou doença. Há vários graus de incapacidade motora, que é tanto maior quanto o nível de movimentos afetados. Disponível: <<http://www.associacaoemlimites.com/deficiencia/deficiencia-motora.html>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Mucopolissacaridose:** As mucopolissacaridoses são enfermidades metabólicas hereditárias provocadas por disfunções no metabolismo que causam o funcionamento inadequado de determinadas enzimas, responsáveis por importantes reações químicas do corpo humano. As enzimas ajudam a nos manter vivos e saudáveis, sendo que qualquer problema no funcionamento destas provoca uma série de danos. Disponível: <<http://www.saudemedicina.com/mucopolissacaridose/>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Síndrome de Coffin-Lory:** A síndrome de Coffin-Lowry (CLS) é uma doença neurológica genética rara caracterizada por atraso psicomotor e de crescimento, dismorfismo facial, anomalias dos dedos e alterações esqueléticas progressivas.

Disponível em: <[http://www.orpha.net/consor/cgi-bin/OC\\_Exp.php?Lng=PT&Expert=192](http://www.orpha.net/consor/cgi-bin/OC_Exp.php?Lng=PT&Expert=192)> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Fissura Lábio Palatal:** É uma abertura no lábio ou no palato, podendo ser completa, lábio e palato. Essas aberturas resultam do desenvolvimento incompleto do lábio e/ou do palato (céu da boca), enquanto o bebê está se formando, antes de nascer. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/145fissura\\_labio\\_palatal.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/145fissura_labio_palatal.html)> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Tetraplegia Severa:** Uma das limitações físicas mais severas (ou tetraplegia), em que ocorre a perda em maior ou menor grau, do movimento dos braços e pernas do indivíduo. Existe uma imensa gradação nessa perda de movimento, que pode ir desde a perda de força até uma imobilidade completa. As situações que provocam a tetraplegia são muitas, mas quase todas têm a ver com danos a uma porção da medula na coluna cervical. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/motrix/tetraplegia.htm>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Deficiência Múltipla:** A deficiência múltipla é a ocorrência de duas ou mais deficiências simultaneamente - sejam deficiências intelectuais, físicas ou ambas combinadas. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/267/o-que-e-deficiencia-multipla>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Paraplegia:** Termo da medicina que consiste na paralisação de determinadas partes do corpo humano, geralmente dos membros inferiores, ou seja, da cintura para baixo. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/paraplegia/>> Acesso em: 05 mai. 2017.

**Condutas Típicas:** A nomenclatura “condutas típicas”, utilizada a partir da década de 90 para fazer referência aos alunos que apresentavam distúrbios de comportamentos, atualmente refere-se às “manifestações típicas de síndromes e quadros neurológicos, psicológicos ou psiquiátricos persistentes que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/condutas\\_tipicas.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/condutas_tipicas.pdf)> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Dislexia:** A Dislexia do desenvolvimento é considerada um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração. Essas dificuldades normalmente resultam de um déficit no componente fonológico da linguagem e são inesperadas em relação à idade e outras habilidades cognitivas. Disponível em: <<http://www.dislexia.org.br/o-que-e-dislexia/>> Acessado em: 11 mai. 2017.

**Síndrome de Asperger:** A Síndrome de Asperger é uma perturbação neurocomportamental de base genética. Pode ser definida como uma perturbação do desenvolvimento que se manifesta por alterações sobretudo na interação social, na comunicação e no comportamento. Embora seja uma disfunção com origem num funcionamento cerebral particular, não existe marcador biológico pelo que o

diagnóstico se baseia num conjunto de critérios comportamentais. Disponível em: <<https://www.apsa.org.pt/sindrome-de-asperger/o-que-e>> Acesso em: 11 mai. 2017.

**Lupus Sistêmico:** O Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES) é uma doença inflamatória crônica de carácter auto-imune, pois apresenta a produção de vários auto-anticorpos devido a uma disfunção do sistema imune. De acordo com o local do envolvimento do seu processo inflamatório, pode se apresentar com diversos sinais e sintomas, o que pode dificultar o seu diagnóstico nas fases iniciais da doença. Por isso, infelizmente, ainda hoje existe o falso conceito de que a doença é intratável. Disponível em: <<https://www.tuasaude.com/lupus-sistemico/>> Acesso em: 11 mai. 2017



## APÊNDICE B: Entrevista com a editora da Revista Incluir, Julliana Reis

A entrevista com a editora *Revista Incluir*, foi feita via e-mail, através de 12 perguntas, relacionadas a revista, conteúdos, acessibilidade entre outros.

### **Nome completo, formação e profissão:**

Julliana Reis de Sá, jornalista. Atuo como editora-chefe do núcleo de Inclusão da editora Minuano, sendo responsável pelas revistas Incluir e Mundo da Inclusão

### **1. Como surgiu a ideia da criação da Revista Incluir? Tens alguma razão especial?**

A revista Incluir surgiu em 2009, a partir de uma análise do mercado editorial, em que se constatou a existência de apenas duas publicações do segmento. Na época, a diretora da editora frequentava a AACD com sua filha, que precisava realizar uma cirurgia no pé e ela então se deparou com o público-alvo da publicação.

### **2. Qual a linha editorial da revista quanto à apresentação dos tipos de deficiência?**

A revista Incluir é uma publicação sobre deficiências, que no decorrer dos anos ampliou seu leque de público falando também com pessoas idosas, pessoas obesas e gestantes, que, no caso, se enquadram no perfil mobilidade reduzida.

### **3. Qual a periodicidade da revista?**

A revista é bimestral.

### **4. A revista conta com o apoio de especialistas nas deficiências para dar suporte nas matérias?**

Sim, além de nossa equipe, que é formada por jornalistas formados, especializados no segmento, contamos com um time de colunistas que atuam como colaboradores especialistas em suas respectivas áreas, alguns deles, além de serem especialistas, têm deficiência.

### **5. Quanto aos jornalistas há algum tipo de "treinamento ou capacitação" para escrever sobre deficiências? E quantos compõem a equipe?**

Eu estou na revista desde a primeira edição e passei por um treinamento. Na ocasião em que fui convidada para escrever para a revista ganhei uma apostila com cerca de 100 páginas que explicava o segmento, cada uma das deficiências, dicas de relacionamento e as terminologias corretas. Também li muitos livros sobre o assunto. Quando me tornei editora da revista (na sétima edição), desenvolvi um material bem mais enxuto e, desde então, todos que passam a escrever para as revistas devem ler. Mas, além da leitura, temos também uma conversa para que eles compreendam o setor, que é bastante complexo. Atualmente, nossa equipe conta com três jornalistas, uma publicitária e duas profissionais de arte.

### **6. Em termos de comunicação o público deficiente está bem “servido” de veículos que abordam a causa?**

Atualmente, existem três revistas sobre deficiência. Com circulação nacional, a revista Incluir conta, além de sua versão impressa, com um portal e também temos um diferencial, que são nossas colunas semanais nos jornais Diário de São Paulo (SP) e O Dia (RJ), ambos com grande tiragem. A coluna Incluir é a primeira coluna

semanal nos jornais de grande circulação de São Paulo e do Rio. No entanto, notamos um aumento no número de sites, blogs e páginas abordando as deficiências.

### **7. Como se chegou ao ponto da capa em Braile?**

Quando a revista foi lançada, ela era comercializada com um CD com a audiodescrição. No entanto, era comum que os CDs se perdessem em meio ao manuseio. Em 2012 uma parceria com uma associação especializada resultou na impressão das chamadas em braile em nossa capa, com um código para que pessoas com deficiência visual tenham acesso gratuito ao conteúdo audiodescrito em nosso portal. A Incluir é a única revista brasileira a oferecer esse recurso. Atualmente estudamos outras possibilidades para atender novas demandas de públicos com necessidades específicas. Destaco ainda que nosso site dispõe ainda de uma ferramenta que faz a tradução dos textos para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

### **8. A revista é disponibilizada em banca ou apenas via assinatura e site?**

A revista é enviada gratuitamente para um mailing de associações e é vendida em nosso site. Por lá, é possível adquirir um exemplar ou assinar. Alguns pontos específicos adquirem a revista e revendem em seus estabelecimentos de forma independente. Estamos avaliando a possibilidade de realizar uma distribuição dirigida em pontos de venda nas capitais. Espero que isso se concretize em breve.

### **9. Que tipo de matérias compõem a publicação?**

A revista Incluir aborda diversos assuntos, todos relacionados ao público em questão. São matérias de educação, saúde, turismo, esporte, instituto, internacional, moda, beleza, tecnologia, lazer e cultura...

### **10. A revista realiza algum trabalho de Inclusão Social? Poderia explicar qual?**

Desde 2013 realizamos diversos projetos sociais, entre eles, a Ação Incluir, que já levou milhares de pessoas com deficiência de todas as idades para os principais parques de diversões do país. Também destaco aqui nossa participação em diversos eventos em outros estados e até mesmo internacionais, por meio da parceria com a Special Olympics Brasil e com o Arnold Classic.

### **11. Qual a importância do trabalho da revista na Inclusão de Pessoas com Deficiência?**

A Incluir surgiu com o objetivo de atuar como instrumento de informação, orientação e discussão de temas que envolvem pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, além de abordar temas que podem influenciar positivamente e de forma concreta a vida dessas pessoas. Além disso, a publicação conquistou quatro prêmios de jornalismo e é também a única publicação do segmento que conta com duas colunas semanais, publicadas nos principais jornais com circulação nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Com isso, a Incluir segue ainda mais forte com o compromisso de contribuir junto ao mercado editorial para criar uma nova visão da inclusão.

### **12. Qual o diferencial da Revista Incluir, se comparada com outras que estão no mercado?**

Nosso reconhecimento, nossas conquistas como as colunas semanais e jornais de grande circulação e nossos prêmios de jornalismo são uma forma de reconhecimento de um trabalho sério, realizado há mais de sete anos, com a criação de conteúdos exclusivos e da participação de forma ativa na vida de nossos leitores.

APÊNDICE C: Entrevista com a psicopedagoga, mestre em inclusão social e acessibilidade e diretora do NUAP – Núcleo de Acessibilidade e Permanência da Universidade Feevale – Josilda Berenice Cândido Fogaça, realizada pelo autor da pesquisa em: 23 de março de 2017.

### **1. Como surgiu o NUAP?**

O NUAP já existia em outro formato, quando fui convidada para trabalhar aqui a gente foi redimensionado e estruturando ele como núcleo. Ele era ao núcleo de pedagogia universitária e foi desmembrado tomando corpo sozinho, quando a gente começou a organizar a inclusão e acessibilidade dentro da universidade nesse escopo que a gente tem hoje.

### **2. Quais são os trabalhos feitos pelo NUAP?**

O NUAP faz todo o acompanhamento do aluno desde ingresso no vestibular do aluno com deficiência e para além da deficiência a gente faz um trabalho com alunos com algum tipo de dificuldade de aprendizagem, que aprendem num tempo diferente ou alguma dificuldade no decorrer do curso, pelo núcleo para ver quais são os causadores dessa não aprendizagem, faz encaminhamento e organiza os estudos com o aluno, mas o foco principal do NUAP, é garantir a acessibilidade no campus.

### **3. Quantos e quais são os profissionais que trabalham no NUAP?**

São quatro pessoas, uma especialista em deficiência visual, uma especialista em deficiência auditiva, uma secretária, uma psicopedagoga e coordenadora que sou eu (Josilda) e uma secretária.

### **4. Quantos alunos com deficiência a Universidade Feevale possui atualmente?**

São 169 alunos com deficiência, a gente faz a atualização via indicação do aluno no sistema. E alunos com dificuldade de aprendizagem e outros acompanhamentos são 7, totalizando 176 atendidos pelo NUAP.

### **5. Que tipos de deficiência estão presentes na Universidade Feevale?**

Condutas Típicas (4); Deficiência Auditiva – Faz uso de aparelho (14); Deficiência Física – Mobilidade Reduzida (48); Deficiência intelectual (6); Deficiência Visual (23) Dificuldade de Aprendizagem (58); Dislexia (3) Surdez – Faz uso de intérprete (8); Múltiplas (3) e Síndrome de Asperger (2). Alunos para outras orientações: Orientações gerais de estudo (1); Problemas emocionais (1); Outros – Lupus Sistêmico (1); Vulnerabilidade Social (1); Obesidade (2) e Baixa estatura (1).

### **6. Que tipo de orientações são passadas aos professores, quando há algum aluno com deficiência na turma?**

Ele é anunciado para o professor, enviamos um e-mail para o professor no início de cada semestre, dizendo a ele qual a deficiência do aluno e no corpo do e-mail vão as orientações, e ainda a gente faz um agendamento com o professor caso ele precise de maiores orientações.

### **7. Existem trabalhos e provas específicos para os alunos com deficiência em caso de necessidade?**

O aluno com deficiência não faz nenhuma adaptação curricular, a menos que ele tenha deficiência mental, aí a gente adapta para as necessidades dele. A gente adapta o tipo de cobrança que vai ser feita, mas não tem cobrança diferenciada, pois

nós queremos que o deficiente saia um profissional apto e competente da universidade.

**8. Em termos de acessibilidade, o que a Universidade Feevale, oferece aos alunos atualmente e como é feito esse levantamento das necessidades de adaptação?**

É via sistema, o aluno se anuncia e a gente o acompanha desde o vestibular, a gente já faz acessibilidade desde o vestibular e acompanha o processo seletivo. Hoje a Feevale busca excelência em todas as áreas, e também em acessibilidade, então a gente tem hoje o piso tátil, as rampas e especificamente o NUAP, onde estão recursos de acessibilidade com a TV para trabalhos ampliados, a impressora em braile, a adaptação dos materiais para os professores e pros deficientes visuais, interpretes para os alunos surdos. E a gente vem investindo nisso, a gente tem um comitê que avalia, qualifica e faz a acessibilidade, hoje toda a reforma que é feita já é pensada para alunos com deficiência. Ano passado (2016), a gente investiu quase R\$ 90 mil, na reforma dos banheiros, para que todos os banheiros de acesso aos prédios sejam acessíveis. A gente vem trabalhando para que todo o campus seja acessível e de a maior autonomia possível para os alunos.

**9. Quanto à inserção dos deficientes no mercado de trabalho, vocês conseguem ter esse acompanhamento?**

Não temos ainda, é provavelmente uma tarefa que a gente assuma em breve porque a gente precisa saber como está isso, se tem inserção no mercado e se ela está sendo qualificada.

ANEXOS

ANEXO A: Modelo de anúncio destinado a Pessoa com Deficiência.

Figura 16 - Anúncio Destinado a Pessoa com Deficiência

**Novo Honda**  
**FIT** 2016  
*Ainda mais Fit.*

Todos juntos fazem um trânsito melhor.

2013 REAÇÃO

**PROGRAMA Honda Conduz**

A Honda oferece o programa Honda Conduz, que conta com concessionárias e equipes de venda preparadas para atender clientes especiais, com agilidade no atendimento, rapidez na entrega, além de garantir total conveniência e tranquilidade na hora de adquirir e conduzir o Novo Honda Fit 2016 até sua garagem.

EXCLUSIVO SISTEMA Honda ULTRa SEAT

TRANSMISSÃO CVT

CÂMERA DE RÉ MULTIVISÃO

PAINEL BLUEMETER COM COMPUTADOR DE BORDO

**HONDA**

Na imagem acima o anunciante faz menção a possibilidade de acessibilidade ao comprador.

Fonte: Revista Incluir, edição nº 41, anúncio da marca Honda.

ANEXO B: Modelo de anúncio não destinado a Pessoa com Deficiência.

Figura 17 - Anúncio não Destinado a Pessoa com Deficiência



**HOPI NIGHT  
360**

- .parque o dia inteiro
- .festa eletrônica
- .performances
- .sucesso de público

de 5 Maio  
a 30 Junho

**HOPIHARI**  
MAGIA, DIVERSÃO E ENCANTAMENTO

fb.com/hopihari - twitter @hopihari - instagram @hopiharioficial - youtube.com/hopiharioficial

Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros n.º 174448, válido até 23/01/2017.

Na imagem acima o anunciante não faz menção a possibilidade de acessibilidade ao comprador.

Fonte: Revista Incluir, edição n° 41, anúncio da marca HopiHari.